

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA
DA AMAZÔNIA**

IARINMA DE MORAIS PAULA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA EM CRUZEIRO: SABERES
TRADICIONAIS, CONFLITOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA**

São Luís - MA
Fevereiro/2019

IARINMA DE MORAIS PAULA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA EM CRUZEIRO: SABERES
TRADICIONAIS, CONFLITOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política.

Grande área: Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jurandir Santos Novaes.

Co-orientadora: Prof.^a Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

São Luís – MA
Fevereiro/2019

Paula, Iarinma de Moraes.

A construção da identidade quilombola em Cruzeiro: saberes tradicionais, conflitos sociais e estratégias de resistência / Iarinma de Moraes Paula. – São Luís, 2019.

179 f.

Dissertação (Mestrado) – Curso de Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jurandir Santos Novaes.

Co-orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

1. Território. 2. Saberes. 3. Conflitos e estratégias de resistência. I.Título

CDU: 316.48 (812.1)

IARINMA DE MORAIS PAULA

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA EM CRUZEIRO: SABERES TRADICIONAIS, CONFLITOS SOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Jurandir Santos de Novaes
Orientadora (UEFPA/PPGCSPA/UEMA/PNCSPA)

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Universidade Estadual do Maranhão (UEA/PPGCSPA/UEMA/PNCSPA)

Prof^ª. Dra. Patrícia Maria Portela Nunes
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA/PNCSPA)

Prof^ª. Dra. Carmen Lúcia Silva Lima
Universidade Federal do Piauí (UEMA/PNCSPA)

*Aos povos e comunidades tradicionais...
Aos corajosos que lutam incessantemente por um mundo mais justo e fraterno
E aos que fervorosamente acreditam e se lançam a esse desafio*

AGRADECIMENTOS

Este momento é um daqueles que resgatamos as lembranças e recordamos com carinho todas as pessoas que foram importantes para a construção do estudo no âmbito do mestrado. É o momento que reconhecemos como o outro é necessário para nos mantermos firmes e serenos. Humildemente, agradeço a todos/as vocês por todo o aprendizado!

Agradeço aos povos e comunidades tradicionais, em especial, aos agentes sociais da comunidade quilombola de Cruzeiro, por terem me acolhido com amor e respeito. Agradeço a pessoa de José Grácio e de Vâubia Rodrigues, assim como, seus filhos/as por me acolherem em sua residência e pela amizade que construímos ao longo desses anos de pesquisa.

À todos/as os agentes sociais que viabilizaram a construção da pesquisa, sem o conhecimento compartilhado por vocês este estudo não poderia ter se materializado. Muito obrigada a todos e todas!

À minha família, minha mãe Maria Brito por toda dedicação, incentivo, apoio e carinho que demonstra por mim em todos os momentos de minha vida, em especial, este. Ao meu Pai Francisco de Oliveira, que sempre me apoia e torce por mim e ao meu irmão Rodolfo de Moraes pelo apoio incondicional, por compartilharmos tudo durante esses anos que estamos na universidade na busca de aprendizado e melhores condições de vida, não foram anos fáceis, mas compartilhar com você tornou tudo mais encorajador. Obrigada, por toda a compreensão e amor dedicado a mim durante o processo dissertativo!

À minha companheira e amiga, Yasmin Caldas, que sempre me incentivou e me deu todo apoio durante os momentos difíceis na escrita. Pelo amor e zelo a mim dedicado, te agradeço muito, meu amor!

Aos meus amigos e amigas, em especial meu irmão Filipe Cunha, com quem compartilhei tudo durante esses anos de mestrado, as muitas experiências, angústias, alegrias e todas as dúvidas e discussões do período dissertativo, nosso companheirismo foi essência para que esse objetivo se tornasse possível, muito obrigada por ser esse amigo maravilhoso. A minha grande amiga, Geysa Fernandes, a pessoa com quem mais dividi tudo que se passou durante o processo de escrita,

pelas palavras lúcidas de incentivo, pela cumplicidade e afeto, por tudo que construímos através de nossa amizade, te agradeço muito.

À minha amiga, Cristina Bezerra, com quem compartilhei alegrias, experiências estudantis e dificuldades, muito obrigada!

Aos meus colegas de turma, por compartilharmos desafios e nos propormos a estarmos juntos no processo de aprendizagem, obrigada!

À minha orientadora, Jurandir Novaes, por me acompanhar e me orientar no processo de construção da dissertação. Obrigada pelo incentivo e pelas orientações.

Ao meu co-orientador, Alfredo Wagner, pelas contribuições e orientações durante esses anos no mestrado, aprendi muito com seus ensinamentos, muito obrigada!

À professora e coordenadora Patrícia Portela, por ter me ajudado a elaborar reflexões dentro da dissertação, por todo apoio, ajuda e encorajamento. Muito obrigada!

Aos professores/as do PPGCSPA/UEMA, Jurandir Novaes, Helciane de Fátima Abreu Araújo, Aridimar Gaioso, André Dias, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Benjamin Mesquita, Greilson, Cynthia Martins, Patrícia Portela, pelo conhecimento compartilhado.

À Universidade Estadual do Maranhão – UEMA pelo acolhimento ao longo destes dois anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia pela possibilidade de me fornecer elementos para ampliar meu aprendizado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento da Pessoa de Nível Superior – CAPES pelo financiamento do projeto de pesquisa.

RESUMO

No referido estudo verso sobre os conflitos socioambientais vivenciados na nomeada comunidade quilombola de Cruzeiro, que está situada na baixada maranhense, assim como, as estratégias de resistência acionadas por esses agentes sociais mediante os conflitos, com um enfoque mais detido aos processos ocorridos a partir de 2009, que vem usurpando o direito de uso e permanência no território pelos autodefinidos. Nas reflexões levantadas trago saberes e práticas inerentes ao modo de vida que estão intrinsecamente relacionados com a construção da identidade quilombola e com a luta pela garantia do território. Evidencia-se na descrição que esses agentes sociais dotados de consciência de si, estabelecem acordos coletivos e estratégias que se renovam a partir das experiências vivenciadas para construir uma unidade. Assim, a disputa está circunscrita pelas múltiplas formas de uso dos territórios e seus recursos e o modo como se atribui significado ao território e aos recursos. Os sentidos atribuídos pelos autodefinidos que é dão valor simbólico ao território, vem sofrendo sistemáticas ações, tornando o território e os recursos naturais alvos da anseios privatistas com a exploração de recursos e devastação para produção pecuarista. Nesse sentido, o presente trabalho, analisa as disputas circunscritas em um campo pela legitimação do reconhecimento território, tendo em vista, que as reflexões foram possíveis pela rede de relações construída com os agentes sociais da comunidade quilombola de Cruzeiro.

Palavras-chaves: Território, saberes, conflitos e estratégias de resistência.

ABSTRACT

In the aforementioned study, on the socio-environmental conflicts experienced in the so-called quilombola community of Cruzeiro, which is located in the Maranhão state, as well as the resistance strategies triggered by these social agents through conflicts, with a more focused approach to the processes that have occurred since 2009, which has usurped the right of use and permanence in the territory by the self-defined. In the reflections raised I bring knowledge and practices inherent to the way of life that are intrinsically related to the construction of the quilombola identity and the struggle for the guarantee of the territory. It is evident in the description that these social agents endowed with self-consciousness, establish collective agreements and strategies that renew themselves from the lived experiences to construct a unit. Thus, the dispute is circumscribed by the multiple forms of use of territories and their resources and the way in which territory and resources are given meaning. The senses attributed by the self-defined ones that give symbolic value to the territory, have been undergoing systematic actions, making the territory and the natural resources targets of the privatist yearnings with the exploitation of resources and devastation for cattle ranch production. In this sense, the present work analyzes the disputes that are circumscribed in a field for the legitimation of territorial recognition, considering that the reflections were possible through the network of relations built with the social agents of the quilombola community of Cruzeiro.

Keywords: Territory, knowledge, conflicts and strategies of resistance.

LISTA DE SIGLAS

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

PPGCSPA - Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia

CPT - Comissão Pastoral da Terra

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

ONG - Organização Não Governamental

ACESA - Ação Comunitária em Saúde e Agricultura

MOQUIBOM - Movimento Quilombola do Maranhão

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1:** Agente Social José Grácio nos campos de *roça* p.57
- Imagem 2:** Sra. Domingas Bertolha fazendo o plantio de feijão p.89
- Imagem 3:** Áreas de *roça* no sistema de *roça revirada* p.91
- Imagem 4:** *Locais de encantaria (pocinhos)* p.106
- Imagem 5:** Rio da Valença (*Local de encantaria*) p.108
- Imagem 6:** Nascente (*Pocinho*), *Local de encantaria* p.108

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Tipos de *roças* na produção dos cultivados p.93

Quadro 2: classificação dos vegetais p.124

LISTA DE CALENDÁRIOS E MAPAS

Calendário: Plantio e Colheita dos produtos cultivados pela comunidade quilombola de Cruzeiro p.43

Mapa 1: território étnico da comunidade quilombola de Cruzeiro – Maranhão p.79

Mapa 2: área de sociabilidade dos agentes sociais de Triângulo representada pelas crianças p.80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - REFLETINDO A CONSTRUÇÃO DO OBJETO E AS RELAÇÕES SOCIAIS NA PESQUISA.....	23
1.1 Descrevendo a construção das relações de pesquisa	26
1.1.1 Trajetória de pesquisa: construindo relações no contexto monográfico.....	29
1.1.2 Ampliando as relações de pesquisa	35
1.1.3 Enfrentando dificuldades no processo investigativo	37
1.1.4 O controle na construção das relações: estabelecendo relações de confiabilidade	45
1.2 A dinâmica na pesquisa: as posições sociais	47
1.2.1 Formação social na pesquisa: de onde falo?.....	47
1.2.2 Formação social na pesquisa: De onde falam os agentes sociais e como narram os conflitos sociais?	53
1.3 Refletindo a construção do objeto, os procedimentos metodológicos e a problemática da pesquisa	73
1.4 A construção de novas reflexões no contexto da Pós-Graduação	74
CAPÍTULO 2 - MODO DE VIDA: SABERES, PRÁTICAS, RELIGIOSIDADE E PRODUÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRO	82
2.1. A roça como modo de vida: apontamentos da roça como garantia da reprodução física e social	87
2.1.1 “Os caminhos da roça”: uso, cultivo e produção	87
2.1.2. A roça como modo de ser e estratégia de resistência	96
2.2 A representação dos <i>encantados</i> para a construção e controle do território.....	103
2.3. Práticas e saberes como elementos de resistência na vida cotidiana	109
2.3.1. A pesca como conhecimento na relação com o território.....	110

2.3.2. “As nossas caças tão voltando”: a recuperação das matas e as narrativas sobre um passado de devastação.....	117
2.3.3. Os saberes tradicionais: sistemas de classificação dos vegetais	121
2.4 As diferentes formas de pertencimento na comunidade quilombola de Cruzeiro	124
CAPÍTULO 3 – “O QUE MAIS PREJUDICA É AS DERRIBADA DAS ROÇA E A OUTRA É O LENTAMENTO DO GOVERNO”: conflitos socioambientais e estratégias de resistência	125
3.1 Dimensões do conflito: modalidades perceptíveis do conflito.....	129
3.1.1 A centralidade do conflito social nas relações: diferenciação de modos de vida, formas de apropriação e controle dos recursos naturais	130
3.1.2 As ações do Estado e a emergência do reconhecimento territorial como aspectos amplificadores dos conflitos socioambientais	133
3.1.3 Os conflitos e os processos de devastação: do desmatamento a contaminação dos rios, lógicas distintas do uso do território	139
3.2 como as situações de conflitos incidem sobre o modo de vida.....	142
3.2.1 As derrubadas das roças e as impossibilidades de reprodução social e física	142
3.2.2 “A cerca é o que nos deixa cercado”: a cerca, os despejos e as retomadas.....	148
3.3 Estratégias de resistência acionadas nas situações dos conflitos sociais	152
3.3.1 formas organizativas: redes de apoio e organização interna	155
3.3.2. As retomadas como estratégias de resistência na defesa territorial	160
3.4 A identidade quilombola como estratégia de resistência	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS	174

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um ponto de vista, dentro de muitos pontos de vista. É a construção a partir de um olhar direcionado pelo recorte do que se pesquisa, é a descrição a partir de uma perspectiva elaborada através de instrumentos de análises.

O estudo ora apresentado é resultado de dois anos de investimentos de pesquisa, de 2016 a 2018, executadas no decorrer de múltiplas atividades inerentes ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA, da Universidade Estadual do Maranhão.

O trabalho se concentra na análise da construção da identidade¹ quilombola e das estratégias de resistência² face aos conflitos socioambientais³.(acserald, 2004)

Considerando que a diversidade de territórios e de identidades, as nomeadas “terras de preto”, “terras de santo” e as “terras de índio” de que observa Almeida (1989), assim como as “açorianos”, “caboclos”, “caiçairas”, “caipiras”, “campeiros”, “jangadeiros”, “pantaneiros”, “pescadores artesanais”, “praicrios”, “sertanejos” e “varjeiros” (Diegues e Arruda, 2001) constituem um campo de estudos que a variável exige análise específica, já que existe uma heterogeneidade interna de construção identitária e territorial que muda de comunidade para comunidade, a descrição apresentada se propõe a entender como as estratégias de resistência são acionadas mediante os conflitos socioambientais na comunidade⁴ quilombola de Cruzeiro.

¹ como explica Martins (2010), a identidade é construída processual e de forma mobilizatória. Destacando que: Ora, as relações sociais são dinâmicas e o ‘quilombo’ hoje deve ser entendido como um lugar de recriações, ele não é o lugar de isolamento, onde necessariamente estão os agentes sociais que tem uma mesma origem ou um ‘passado comum’. Antes de materializada, a presença da ancestralidade é traduzida nas práticas, no compartilhar de crenças e formas de territorialidade. (MARTINS, 2010, p. 163-164)

² Consulta-se **SCOTT**, J. C. Los dominados y el arte de la resistencia. México: Ediciones Era, 1990.

³ Consultar **ACSELRAD**, H. Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas 2004.

⁴ O sentido dado a comunidade possui caráter dinâmico e não deve ser entendido objetivamente, deve ser entendido a partir das relações, deve se atentar aos sentidos apreendidos e coletivizados pelos agentes. Assim, o termo comunidade não se limita ao dado fisicamente observado, apesar de dar a entender dessa forma em falas dos agentes sociais. desta forma, ao depender do contexto descrito, entende-se como local de moradia, ou para as relações construídas. Para melhor compreensão consultar: GUSFIELD. A community: a critical response. New York: Harper & Row Pub., 1975.

Os povos e comunidades tradicionais que através de processos de luta passaram a serem reconhecidas oficialmente pelo Estado através do texto constitucional de 1988, trazem para o debate no campo teórico e prático a “luta por reconhecimento” (Frazer, 2006). Frazer (2006) propõe uma relação entre reconhecimento e redistribuição:

[...]temos pela frente uma nova tarefa intelectual e prática: a de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, que identifique e assuma a defesa somente daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade. Ao formular esse projeto, assumo que a justiça hoje exige tanto redistribuição como reconhecimento. (FRAZER, 2006, p. 231)

A relação entre econômico e reconhecimento orientam a situação empírica descrita neste estudo. Esse esforço acadêmico de pensar esta relação foi movido por processos políticos que incluíram a questão territorial pelo viés identitário - principalmente nas últimas décadas ao citar o contexto político brasileiro - foram esses processos de afirmação territorial que pediram formulações no campo intelectual por este eixo de análise.

Essa propositiva, endossa que as políticas específicas para povos e “comunidades tradicionais⁵” (Almeida, 2011) são fruto dos processos políticos que tiveram ascensão nas últimas décadas.

A relação se dar por processos de lutas políticas⁶ que estão imbricados com a construção de direitos. Essa articulação de lutas políticas com construção de direitos rebate a ideia instrumentalista de que se aciona uma identidade coletiva para se alcançar as políticas. Há na verdade, uma inversão em que as políticas foram assentadas pelas lutas políticas das afirmações das identidades coletivas.

⁵ Usarei aspas sempre que for destacar alguns conceitos analíticos trabalhado por uma variedade de autores que cito no trabalho ou categorias que estão sendo postas em suspenso para a análise. Em itálico será destacado as denominações dos agentes sociais e as em negrito com aspas são referências de termos próprios

⁶ Weber ao elaborar a argumentativa sobre lutas afirma a luta efetiva só ocorre em situações em que haja competição, ou ainda, quando a luta promove “perturbação de determinadas relações sociais concretas”.

Nesse sentido, a descrição localizada para entender a construção dessas territorialidades específicas (Almeida, 1989) fazem parte de investimentos do campo antropológico para entender expressões variadas de modos de vida.

Os estudos localizados se fazem necessários para entender as relações sociais construídas com o território, os saberes, as práticas e os conflitos com antagonistas. Esses estudos apontam para a multiplicidade de territórios que tem suas particularidades socioculturais.

Hoje vivencia-se o processo de ampliação do agronegócio, do latifúndio e dos grandes empreendimentos com o incentivo do Estado brasileiro avançando nos territórios de povos e comunidades tradicionais que está intensificando os conflitos sociais.

O contexto social e político representado pela frente política neoliberal que neste momento atende aos interesses de grandes empreendimentos, do agronegócio, do latifúndio com mais empenho, avançam no Brasil e provoca um esvaziamento do Estado na garantia dos direitos dos nomeados povos e comunidades tradicionais.

A política de Estado, reforçada pelas ideias de avanço dessas frentes que atendem ao neoliberalismo firmada com as grandes categorias como “desenvolvimento” podem reduzir os trabalhos que dão protagonismos aos povos e comunidades tradicionais, desqualificando-os. Este momento, com mais força, lança aos pesquisadores, o desafio de elaborar trabalhos que apontem distinções coerentes e faça frente a produção científica que atende aos interesses do dito “desenvolvimento”, na disputa das classificações.

Buscando esse esforço de fazer análises localizadas, ou seja, que busca compreender as especificidades de determinada situação social foi que se embasou a descrição dissertativa. O estudo toma como base de análise a situação concreta da comunidade quilombola de Cruzeiro.

Assim, o presente estudo visa refletir os conflitos sociais na comunidade quilombola de Cruzeiro e as estratégias de resistência mediante os conflitos socioambientais, é feita uma análise sobre modo de vida, formas de apropriação dos recursos naturais e sobre conhecimentos tradicionais para poder elaborar uma distinção que se assenta a ideia de conflito. É problematizando como os agentes

sociais constroem a identidade coletiva e elaboram estratégias de resistência, pensadas a partir dos conflitos sociais eminentes que o trabalho foi construído.

É preciso, antes de iniciar de fato a descrição, apontar que todas as relações sociais analisadas no estudo, são indivisíveis. Elas abarcam uma infinidade de relações que a descrição científica pede divisão. Contudo, as “partes” do trabalho fazem parte de um conjunto de relações interligadas. Essa é a complexidade que se apresenta para qualquer pesquisador do campo das Ciências Sociais, elaborar análises de situações concretas que se apresentam em sua totalidade articuladas e construir divisões. Ter consciência deste processo próprio da ciência e refletir sobre isso, é o que nos distancia do conhecimento baseado no positivismo.

Dito isto, o estudo direciona suas análises tendo consciência que as divisões são apenas formas de apreensões das representações sociais de uma dada realidade. Desse modo, aponta-se que os direcionamentos da pesquisa se deram de forma reflexiva, entendendo que a construção do trabalho faz parte de um processo que, em certa medida, não deixa de ser autoritário e conjectural.

No estudo em causa, o que se elabora enquanto conhecimento é como se classifica as relações pelos agentes sociais. E como esses entendem seu território, suas práticas, seus saberes e seus processos de luta por reconhecimento. O que faz-se aqui, não é classificar um grupo como fazia a antropologia clássica, mas entender como esse grupo classifica sua realidade, entendendo as dinâmicas nas representações.

A pesquisa é direcionada sob as análises na comunidade quilombola de Cruzeiro. Este “caso particular concreto” (Bourdieu, 1989) possibilitou a formulação de problemas teóricos tangentes do campo das ciências sociais que puderam ser construído a partir do conceito de campo, formulado por Bourdieu, e estudado por Carrara (1996) e Portela (2000) ao tratar do combate a sífilis e o conjunto de ações e discursos em torno disso no final do século XIX até a década de 1940 tratado por Carrara, assim como, sobre o sistema de relações sociais inerentes do campo médico na busca por reconhecimento e legitimação da autoridade em determinada situação histórica, no caso do trabalho de Portela (2000).

Dito isto, reflete-se sob esta ótica (possibilitada pelos instrumentos de análise já descritos) sobre a determinação de um campo de disputas, os conflitos

“socioambientais” (Acserald, 2004) e as “estratégias de resistência” (scott, 1990) na situação concreta da comunidade quilombola de Cruzeiro.

A comunidade quilombola de Cruzeiro está situada na baixada maranhense e se organiza no território socialmente construído. Esta é dotada de singularidades. Isso se expressa pela sua historicidade própria, pelas práticas e saberes tradicionais, uso de forma coletivo do território, pela forma de apropriação dos recursos e pelo uso/manejo da terra para cultivo.

Os conflitos sociais que permeiam a comunidade quilombola de Cruzeiro podem ser analisados mediante as relações com o fazendeiro local, com o Estado (na busca pelo reconhecimento do território) e agentes locais que não se autodefinem enquanto quilombolas.

É pela descrição do modo de vida, pela relação com o território e pela afirmação da identidade que se pode elaborar uma descrição que analisa os planos do conflito e as estratégias de resistência.

A lógica de apropriação da territorialidade (Almeida, 2009) pelos “agentes sociais” (Bourdieu, 1989) que se identificam enquanto quilombolas é singular, nesse campo de disputa outras lógicas de apropriação se opõem a lógica da comunidade. É fazendo a distinção que se observa o conflito social e as estratégias de resistência.

Buscou-se também trazer para reflexão, os efeitos das práticas repressivas cometidas pelos antagonistas e como isso é sentido nas relações, situando como mediante o conflito se aciona estratégias de resistências cotidianas (Scott, 2000). Nesse sentido, o presente estudo discute como esses agentes sociais constroem sua identidade coletiva e em meio as experiências de conflitos que surgem com os que disputam o território a identidade coletiva é acionada na defesa da “territorialidade específica⁷” (ALMEIDA, 2006).

A pesquisa traz para debate os processos de disputa pelo território, dando maior ênfase as disputas ocasionadas pela chegada do fazendeiro local Manoel Gentil em 2008 que acentuou os conflitos. Analisa-se ainda, os efeitos das práticas repressivas e como os agentes se mobilizam para defesa de seu território.

⁷ (...) podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território (ALMEIDA, 2006).

A problemática que deu base à pesquisa buscou identificar como as experiências dos conflitos inviabiliza a reprodução social do grupo e quais as estratégias de resistências são acionadas em meio às situações de conflitos.

A análise foi possível a partir das relações de pesquisa que foram construídas na graduação e agora já com as relações mais consolidadas com o Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA no qual sou discente. A inserção no campo empírico foi articulada por integrantes de movimento sociais Maranhão, como Thereza Bitencourt e José Grácio. A rede de relações na pesquisa se deu por atividades organizadas por agentes sociais e por sistemáticas pesquisas na comunidade quilombola de Cruzeiro/Triângulo.

A pesquisa etnográfica foi que possibilitou esse olhar crítico e elaborado sobre as representações sociais. O caráter etnográfico aponta para uma formulação descritiva aberta e dinâmica, descortinando as relações sociais.

Como será descrito no capítulo a seguir a metodologia não foi uma fórmula rígida aplicada para se obter resultados. A metodologia fez parte de um processo construtivo do trabalho dissertativo. Dito isto, observa-se que entrevistas, a observação direta, construção de mapas coletivamente, conversas, fotográficas foram alguns dos instrumentos que ajudaram na construção do estudo.

As narrativas, a oralidade das histórias pelos agentes sociais foi imprescindível para a análise das relações, para pensar as estratégias de resistências e os efeitos das situações de conflito, assim como, para descrever o modo de vida da comunidade. Observando que não os classifico apenas como interlocutores, mas como agentes dotados de conhecimento cujo as informações por eles cedidas são inerentes de uma relação dialógica. Reconhece-los como detentores de conhecimentos e que promovem suas falas e ações, afasta a possibilidade de engessar a análise, partindo de um sentido objetivo.

Ao tratar da comunidade quilombola de Cruzeiro pensa-se campo pelas disputas que circundam a territorialidade e que se processam em ações e discurso para provar quem detém o reconhecimento legítimo da territorialidade. Nesse sentido, buscou-se pensar as relações sociais envolvidas nessa questão, analisando as diferentes ações inerentes a luta pela territorialidade.

A investigação descortina as relações de poder em torno da disputa pelo reconhecimento territorial refletindo as ações do Estado, do fazendeiro local, e dos agentes que não compartilham da identidade coletiva enquanto quilombola e dividem o território.

A problemática que é pensada a partir de uma situação concreta debate as estratégias de resistência que vigoram mediante os conflitos. É através desta situação concreta que se elabora uma descrição sobre conflito e resistência.

A descrição no sentido amplo de aberta e plural, traz elementos que aproximam o estudo dos agentes sociais que proporcionaram a elaboração do estudo. Os elementos construídos, se materializam com poemas, fotografias e mapas.

Essa linguagem inserida na descrição é uma tentativa de aproximar o texto dos agentes sociais. A inserção desses elementos foi feita através da observação no processo de pesquisa.

A discussão de como os trabalhos construídos com as comunidades e povos tradicionais podem ser apropriado e usados por elas como instrumentos que fortaleçam as reivindicações, antes de tudo é necessário se produzir uma descrição em que esses agentes sociais se reconheçam, pensando em aproximar o texto dos agentes utilizei os elementos ora citados para compor a análise.

Esses elementos se justificam também por serem instrumentos que refinam a análise. No caso da cartografia social em que sua construção se distancia da ideia da Cartografia elaborada por outras instâncias de saber, a produção cartográfica instituída aqui se mostra como possibilidade dentro do campo da política, já que o mapa é um instrumento de poder sobre território, recursos e modos de vida.

Assim, construir mapas a partir dos elementos apontados pelo/com a comunidade inaugura uma “nova” apropriação da técnica cartográfica. O sentido da cartografia social aqui elaborada emerge como uma possibilidade dentro da política e como instrumento de poder no campo de disputas.

A descrição se divide em três capítulos que vão tomar como análise principal os conflitos e as estratégias de resistência. O primeiro discute a construção do objeto de pesquisa, assim como as relações sociais e a trajetória de pesquisa.

1º capítulo: Neste capítulo, objetiva-se refletir sobre como ocorreu o processo de construção do objeto, como as relações de pesquisa e de entrevista foram construídas. E além disso, entender os procedimentos metodológicos e o objeto como um processo de construção. Se discutiu as dificuldades para construção do estudo e para estabelecer vínculos de confiança com os agentes sociais. A dinâmica das relações e como se buscou estabelecer confiabilidade nas relações com os agentes sociais. Neste mesmo capítulo discutiu-se as posições sociais, observando de onde fala o pesquisador e como isso infere na pesquisa, assim como, de onde fala os agentes sociais referidos na pesquisa.

2º capítulo: traz elementos para se estabelecer distinção para se pensar os conflitos sociais e por seguinte, as estratégias de resistência. Ele aponta para o modo de vida, a forma de apropriação do território, a religiosidade e os saberes tradicionais. Faz-se uma descrição da dinâmica e interligada das esferas da vida social. A roça, os saberes, os encantados e a pesca são representados neste capítulo como aspectos que produzem uma lógica de vida própria e singular

3º capítulo: analisa-se os conflitos socioambientais e a disputa pela territorialidade, destacando como os conflitos incidem sobre o modo de vida dos autodefinidos. Faz-se uma reflexão sobre os planos dos conflitos e seus efeitos. Neste capítulo, analisa-se os *atos de Estado* e a incapacidade dos suas entidades e agentes em entender e atender as reivindicações dos povos e comunidades tradicionais, especificamente, no caso de Cruzeiro. Bem como, as estratégias de resistências que são acionadas mediante os conflitos.

Todos esses elementos, descritos de forma relacional e interligada elucidam o debate sobre em que planos o conflito social é perceptível. Além disso, versa como à afirmação da identidade é intrínseca a construção territorial. O conjunto de análises realizados neste texto dissertativo dão margem para como se pensar a luta política por reconhecimento territorial e identitário.

Assim, convido-o/a para mergulhar na descrição aqui elaborada com a mente direcionada para entender as problemáticas aqui apresentadas para além do dado evidente, compreendendo as relações sociais de forma dinâmica, aberta e plural.

CAPÍTULO 1 - REFLETINDO A CONSTRUÇÃO DO OBJETO E AS RELAÇÕES SOCIAIS NA PESQUISA

Construir-se enquanto pesquisador
Colocar-se em suspenso num processo transformador
Chamando a atenção para dificuldades
Incluir-se na análise sem superioridade

Reflexões que são reflexos de nossas posições
Reflexões que são reflexos de nossas delimitações

A ciência sendo analisada
Métodos e procedimentos sendo colocados em causa
Fundamentados na relativização e problematização
É que se inicia essa apreensão
Ciência (Iarinma de Moraes Paula)

O presente capítulo objetiva apresentar como as relações de pesquisa foram sendo construídas. Ao longo do capítulo, será descrito como ocorreu à trajetória de pesquisa e como os agentes sociais⁸ estão referidos a posições sociais dinâmicas que refletem na construção da pesquisa. As dificuldades enfrentadas no processo de pesquisa e como o objeto de pesquisa está sendo construído também são refletidas ao longo do primeiro capítulo do trabalho dissertativo.

Expõe-se, que, o que se apresenta aqui são resultados preliminares que estão ainda em construção, tendo em vista que esse processo constante de reflexividade é próprio da pesquisa.

O intuito do primeiro capítulo é refletir sobre as limitações na pesquisa, sobre as dificuldades, sobre como o campo pesquisado é dinâmico e como esse dinamismo reflete no que está sendo construído.

⁸ O termo é inspirado em Bourdieu (1989) que considera que os agentes sociais, tanto nas sociedades mais “arcaicas” quanto nas atuais, não são simples autômatos ou meras peças de uma engrenagem. (BOURDIEU, 1989).

Os estudos apresentados estão sendo realizados na comunidade quilombola de Cruzeiro⁹, que está situada na baixada maranhense. A citada comunidade reúne diversos agentes sociais que estão referidos a uma territorialidade específica que está em disputa.

As relações sociais em que os autoafirmados quilombolas estão referidos são permeadas por conflitos, seja em relação ao fazendeiro Manoel de Jesus Martins Gomes (Manoel de Gentil), que possui um documento de compra e venda do território e em 2009 consegue um mandado de despejo de famílias, agravando ainda mais o conflito, seja com agentes sociais que se autoafirmam lavradores, seja com o Estado na busca pela titulação de seu território.

Com a identificação de conflitos que permeiam as relações sociais, o objeto de estudo da pesquisa é entender como as relações sociais se dinamizam em meio os conflitos. Problematizando como os agentes sociais autodefinidos quilombolas criam estratégias próprias para sua reprodução social face aos conflitos e para lutar por reconhecimento perante o Estado.

Apresenta-se também o modo de vida próprio que é compartilhado pelos agentes sociais referidos ao território de Cruzeiro¹⁰. Partindo disso, é feita uma reflexão das dimensões do conflito e como isso incide sobre o modo de vida dos autodefinidos em Cruzeiro.

As reflexões construídas até o presente momento estão embasadas em análises feitas por autores como Bourdieu (1989), Almeida (2011), Bachelard (1976) em relação com as situações sociais encontradas nas pesquisas. Assim, as análises expostas são frutos de leituras de material bibliográfico e trabalhos de campo realizados no ano de 2016 e 2017.

1.1 O campo de pesquisa: descrevendo as relações de pesquisa, obstáculos e dificuldades

⁹ Essa é uma designação que é observada pelos laços afetivos e de solidariedade, assegurados com base na reciprocidade entre os agentes sociais. A relação com o território e as lutas conjuntas também são expressões do que se entende por comunidade quilombola de Cruzeiro. Por essa perspectiva Cruzeiro apresenta-se como uma unidade social de referência.

¹⁰ A denominação do que se entende por território de Cruzeiro está na ideia da construção social de uma base física onde a reprodução social e física é garantida. A noção de território não é entendida somente como espaço físico, mas espaço em que se expressão as relações sociais.

A formação do campo pesquisado está em consonância com as relações de pesquisa construídas com grupos de pesquisa e com os agentes sociais, assim como com as dificuldades que se apresentaram no decorrer da pesquisa. Dito isto, o campo pesquisado faz parte do processo que se experimenta relacionalmente com as relações com os agentes, as dificuldades, os procedimentos e o objeto de estudo.

No trabalho, a formação do que foi observado na pesquisa, está situada em um campo¹¹ que denota um jogo de forças para legitimar a representação social da realidade.

Longe de querer pensar a formação do campo de pesquisa por um perspectivismo geográfico, visa-se aqui entender o campo pelas relações sociais. Penso o que chamo de campo de forma dinâmica, em que no decorrer da pesquisa dar-se-á observa se seu caráter conflituoso, já que nele incidem diversos agentes com lógicas de mundo que não coincidem.

O campo pesquisado não se apresenta como algo dado ou pré-determinado que se possa data onde começa e termina a pesquisa. É certo que há limites para o pesquisador que vão se apresentando no decorrer da pesquisa, mas não há um campo fixo muito bem definido, o campo como já dito anteriormente, é dinâmico. O que faz-se é problematizar essas relações que estão em disputa.

A reflexão aparece no empenho de perceber o campo como construção, entendendo as relações sociais como produto de disputas, onde identidades reivindicam o reconhecimento legítimo dos seus territórios.

Nesse sentido, na comunidade quilombola de Cruzeiro o dissenso apresenta-se nos diferentes modos de vida, especialmente, no modo de vida dos agentes sociais autodefinidos referidos a um território que estão em contradição com a lógica de mundo capitalista moderna. Para Bourdieu (2004), só entendemos “o que diz ou faz um agente engajado num campo [...] se estamos em condição de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos ‘de onde ele fala’”. (BOURDIEU, 2004, p. 23-24),

¹¹ Esse termo é inspirado nas reflexões de Bourdieu (1989) que ao formular o conceito de campo sugere que as relações de forças em jogo se traduzem nos interesses distintos dos agentes que nele estão em atuação, nas lutas que geradas, nas estratégias que utilizam para legitimação da realidade.

O campo de pesquisa se deu a partir da construção de relações que descritas em seguida. Desse modo, as situações concretas analisadas estão referidas também a esse campo que é permeado por relações sociais.

Os diversos personagens que estão situados em um campo de disputa são identificados como os: autodefinidos quilombolas, lavradores, fazendeiro, seres místicos. Esse campo representa uma disputa por legitimação de um território. Todos os citados buscam legitimar seu direito a permanecer no território. Inclui-se os seres místicos, pois esses aparecem em narrativas como donos dos locais sagrados que foram devastados pelo fazendeiro, Manoel Gentil¹².

1.1 Descrevendo a construção das relações de pesquisa

Pensar em fazer ciência é ter em mente a complexidade dessa tarefa, a pesquisa não funciona de forma mecanizada, como um manual de instruções em que você tem em mente todos os passos do processo, a pesquisa está inserida em um processo dinâmico. Ao falar de pesquisa de campo, a autora Mariza Peirano vai afirmar que:

Hoje sabemos que a pesquisa de campo depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas presentes na disciplina, do contexto sociohistórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram entre pesquisador e pesquisados no dia-a-dia da pesquisa. (Peirano, 1995, pag. 124).

Partindo dessa prerrogativa, a construção crítica na qual pretendo me focar no processo de pesquisa, mantendo em certa medida distância daquilo que é pré-construído, me leva a pensar em como na construção da pesquisa as relações foram sendo estabelecidas.

Para Bourdieu (1989) o *modus operandi* na ciência teria que por em causa aquilo que já está estabelecido, ou seja, o pré-construído. Para ele, na prática:

As normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é uma espécie de sentido do jogo científico [implícito] o que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar

¹² Este fazendeiro é conhecido na região por comprar terras com características similares à de Cruzeiro, onde agentes sociais reivindicam território. Agentes sociais de Cruzeiro relataram que o mesmo já travou disputas com outras comunidades quilombolas da baixada, a citar à comunidade quilombola de Charco

o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada. (BOURDIEU, 1989, pag. 23).

Considerando a reflexão deste autor, destaca-se de antemão que os procedimentos no processo de pesquisa e as relações construídas não foram pensados de maneira engessada em normas científicas fidedignamente estáticas.

Pensando acerca de como as relações com o objeto da pesquisa e os agentes sociais foram sendo desenvolvidas ao longo do processo de construção do conhecimento, vejo a necessidade de descrever como me aproximo do objeto, e principalmente, dos agentes sociais que fazem parte da construção da pesquisa.

Ao descrever sobre as relações de pesquisa com alguns grupos de pesquisa e com os agentes sociais que estão envolvidos em um campo conflituoso, busca-se deixar ciente para o leitor que na pesquisa os resultados obtidos estão intrinsecamente relacionados a esse fato. Berreman (1975) ao escrever sobre o controle de impressões e como suas relações com a aldeia no Himalaia foram sendo construídas, ao esclareceu que “como em todos os trabalhos de campo, as escolhas nem sempre foram minhas e os resultados frequentemente eram inesperados”. (BERREMAN, 1975, pag. 124). Partindo do que Berreman (1975) aponta, evidencia-se que nas pesquisas de campo as escolhas ao se tratar dos procedimentos e das relações, não estavam a todo momento em minhas mãos.

Muitos agentes que foram entrevistados foram indicados através da rede de relações¹³ que iam sendo construídas, as conversas tinham sua fluidez a partir do nível de confiabilidade construído com determinado agente social. Nesse sentido, o trabalho dissertativo e as reflexões feitas estão relacionadas com esses acontecimentos.

Ao afirmar que nem sempre tinha o controle de como as relações com os agentes sociais iam sendo expandidas, observo que é no desdobramento dessas relações que o próprio objeto também foi delineado.

Com tudo que já foi dito, fica claro que as reflexões de como as relações foram sendo construídas implicam diretamente nos resultados da pesquisa e na

¹³ As redes de relações são formadas através de agentes sociais que direcionam outros agentes sociais para colaborar com a pesquisa. Assim, a construção das relações sociais é produzida no curso da pesquisa, por indicações de agentes sociais que indicam outros agentes sociais que cooperam com interesses individuais e coletivos.

própria construção do objeto. Tendo em vista isso, nota-se que é na relação com os agentes que o processo de formação social do objeto e dos procedimentos metodológicos são definidos e repensados no processo de pesquisa.

É através da descrição de como se sucedeu as relações, que posso pensar os caminhos da pesquisa, objetivando assim, romper com o que é auto evidente, pois é a reflexividade perante a formação das relações no universo social da pesquisa que vai contribuir para um estudo que coloca em causa à própria postura da pesquisadora no trato com o que se está observando.

A construção das relações que possibilitaram pensar a pesquisa é algo anterior aos investimentos de pesquisa na comunidade quilombola de Cruzeiro. Pois o universo que estou pesquisando já se apresentava desde minha graduação, me arrisco a dizer ainda, que possivelmente até anterior a ela. Explicarei.

Durante boa parte de minha infância e adolescência minha mãe trabalhou com ações no âmbito da saúde preventiva e com remédios naturais em comunidades e povos tradicionais no interior do Maranhão. Neste período, pude ter a primeira relação com esses grupos sociais, mesmo que de forma superficial através das narrativas nas quais minha mãe contava de suas experiências de trabalho. Suspeito, que mesmo de forma inconsciente, naquele momento, trabalhar nessa área fosse algo que despertava meu interesse.

Essas experiências, anteriores a graduação e a pesquisa com os agentes sociais de Cruzeiro, me aproximaram de identidades específicas, as histórias contadas por minha mãe quando participou de manifestações de Alcântara onde os autodefinidos defendiam seu território face aos interesses da base já me faziam ter um olhar sensível as disputas travadas pelos autodefinidos na defesa do território.

Como o foco deste tópico é entender como as relações de pesquisa foram/estão sendo construídas no estudo, analisa-se como se deu desde o início meu contato e relação com os agentes sociais da comunidade quilombola de Cruzeiro na qual faço pesquisa.

Fazer a descrição da trajetória de pesquisa, desde o momento da graduação, quando estive na comunidade pela primeira vez é uma tentativa de refletir como os diferentes momentos— na graduação e agora no âmbito do mestrado

- também expressam modalidades de percepções diferentes, minha e dos agentes sociais sobre o social.

Descrever os diferentes momentos de investimento de pesquisa pode ajudar na compreensão de como esses contextos de pesquisa demarcam momentos sociais diferentes, assim como, olhares diferentes sobre as situações sociais.

1.1.1 Trajetória de pesquisa: construindo relações no contexto monográfico

No contexto da graduação, quando os investimentos de pesquisa buscavam a construção do trabalho monográfico, o campo de pesquisa vivencia uma tensão social, devido a um assassinato ocorrido no período de minha ida a campo. O caso era observado pelos autodefinidos como uma expressão da ineficiência do Estado no trato com a titulação do território reivindicado, como expõe em entrevista a agente social Thereza Bittencourt:

Se o Incri já tivesse feito o trabalho dele todo mundo já sabia quem é quem. Isso aqui é deles, é dos quilombolas, quem não se autodefiniu o governo já tirou, era pra ser desse jeito, eles que se decidiram, **então quem não auto se define não pode ficar trabalhando, o governo era pra vim e dizer isso.** (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada no povoado de Cruzeiro em 13/06/2016).

Durante algumas palestras realizadas pelo curso de Ciências Sociais no início da graduação, já pude ouvir diversas lideranças quilombolas externando as situações vivenciadas em suas comunidades. O relato descrito por Thereza coloca o trabalho com elemento definidor da exclusão e inclusão no grupo. O trabalho marca a construção da própria identidade de muitos agentes sociais

Nesta ocasião, em que o INCRA¹⁴ (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi ocupado por comunidades quilombolas que reivindicavam seus territórios e denunciavam as diversas situações de violações de direitos e conflitos vivenciados em suas territorialidades, participei apenas como ouvinte de plenárias e

¹⁴ O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o responsável legal pelo processo de titulação de territórios quilombolas. O decreto 4887/03 determina no art. de nº 03: Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

reuniões dos agentes que montavam suas estratégias para avançar nas negociações com o órgão. Como aborda Almeida ao falar que “a efetivação das leis [está] expressa em uma correlação de forças políticas” (ALMEIDA, 2011, p. 156). Destaco, que a possibilidade de estar marcada como uma agente Estatal, pode ter movido um ponto de vista sobre mim. Essa incapacidade do Estado de efetivar direitos, faz recair sobre pessoas que estão relacionadas a determinadas entidades um ponto de vista. Ressalto, que até hoje nas minhas idas a campo empírico não me apontaram como estando nesses momentos de ocupação, mas já cheguei a explicar que estive como estagiaria no INCRA para algumas lideranças.

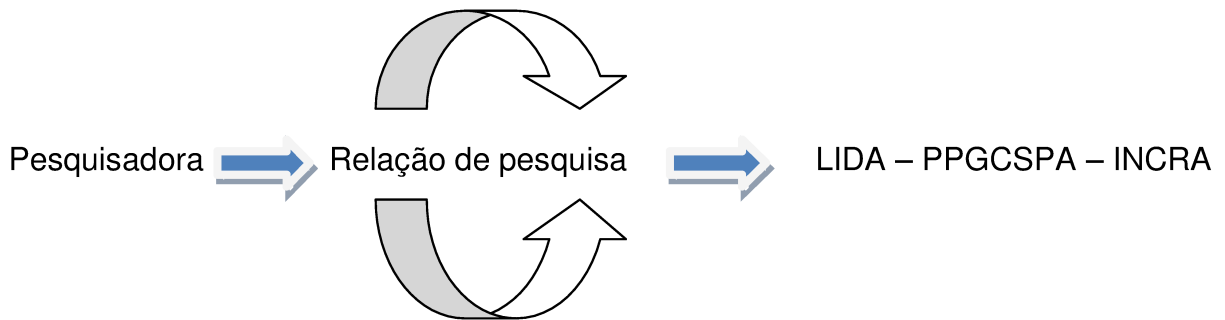
Estar presente, neste momento de ocupação do INCRA, gerou dúvidas quando decidi desenvolver pesquisas em Cruzeiro, pois ao chegar a comunidade não sabia se os agentes tinham observado minha presença naquele momento de ocupação. Em algumas entrevistas fui questionada se trabalha para o instituto estatal.

No início, o fato aqui citado pode ter interferido na construção de laços de confiabilidade com alguns agentes sociais, tendo em vista o momento de tensão social exposto anteriormente, que gerava ainda mais desconfiança com a chegada de um agente externo. As indagações que ficaram foram: até que ponto um agente externo consegue estabelecer relações que possibilitam uma descrição profunda do modo de vida desses agentes? Como se construir laços de confiabilidade no processo de pesquisa? As relações construídas ou a impossibilidade de construção implica no que construo como objeto de estudo? Esses questionamentos fazem parte de uma reflexão que coloca o pesquisador em relação ao que se está construindo. Apontarei como ocorreu a aproximação com este campo empírico e do que busco problematizar na pesquisa

É no âmbito de eventos promovidos pelo grupo de estudos Lutas Sociais, Igualdade e Diversidade (LIDA) e pelo programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia que ocorreu a aproximação de muitos agentes de comunidades quilombolas da baixada maranhense que relatavam o passavam em relação aos conflitos que persistem na luta pelas suas territorialidades específicas.

No 7º período da graduação do curso de Ciências Sociais, quando já havia cumprido disciplinas com temáticas que discutiam a questão quilombola, tive a

possibilidade de fazer estágio bacharelado no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).



Durante essa experiência de estágio, ocorreu contato com mais leituras sobre a temática e podendo, assim, ler/analisar laudos antropológicos para titulação de territórios quilombolas no âmbito maranhense, inclusive foi a partir dessa experiência que pude fazer a leitura sobre o histórico de ocupação.

Em meados de 2015, participei ainda de algumas ações promovidas por comunidades quilombolas na busca pelo reconhecimento dos territórios perante o Estado, essas ações - que ocasionou na ocupação da sede do INCRA - visava reivindicar mais agilidade no trato dos processos que estavam/estão sobre jurisdição dessa entidade governamental.

Durante a ocupação, as estratégias de resistência foram várias, alguns autodefinidos fizeram greve de fome com o intuito de obter visibilidade às suas demandas. Em diversos momentos, ocorreu reuniões com representantes do ministério público, do INCRA e do setor educacional do estado do Maranhão.

Em uma das ocasiões expôs-se por diversos agentes sociais as situações vivenciadas em seus territórios, um dos agentes sociais relatou como vinham passando por diversos conflitos no que diz respeito à luta pelo seu território, apontando que vinham ocorrendo práticas violentas executadas no processo de disputa pelo território que inviabilizava a reprodução do grupo.

Os relatos trazidos pelos agentes sociais referidos a territórios, em especial cruzeiro, na qual narra os conflitos existentes, onde o fazendeiro impossibilitava o feitiço de roçados, restringia parcialmente o território, destruía áreas preservadas pela pelos agentes sociais, denunciavam o racismo no ambiente escolar foram importantes no meu processo de decisão do meu campo de estudo, naquele momento já via como possibilidade fazer pesquisa na comunidade de Cruzeiro. A

partir daquele momento me via instigada a investigar os conflitos sociais que permeava as relações sociais referidas ao território de Cruzeiro e como aqueles agentes sociais se reinventavam para resistir em suas territorialidades.

Ressalta-se que a pesquisa vem sendo desenvolvida desde a graduação, já tendo escrito acerca da comunidade quilombola de Cruzeiro para o trabalho final de conclusão de curso. Nessa fase da pesquisa tive como orientadora, a Professora doutora do departamento de Ciências Sociais Marivânia Leonor Furtado Souza. Tendo em vista, que a pesquisa vem sendo realizada desde a graduação, descreve-se como as relações foram se formando desde essa fase inicial no processo da pesquisa.

A inserção na comunidade quilombola de Cruzeiro, a priori não ocorreu conforme as expectativas criadas para construção da pesquisa. Isso ocorreu devido o contexto conflituoso que gerava insegurança sobre qualquer agente externo que viesse a dialogar com os agentes sociais e também por conta da dificuldade de inserção.

Logo no começo, quando se tinha em vista realizar pesquisas em Cruzeiro me deparei com a angústia de como estabelecer uma primeira relação com os agentes sociais daquela territorialidade, já que meu contato inicial tinha sido apenas como ouvinte durante a ocupação da sede do INCRA.

Na época em que busca um caminho para construir algum vínculo com os agentes sociais de Cruzeiro, participava do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) na escola que acompanhava ao comentar que pretendia realizar pesquisas em Cruzeiro, minha supervisora na época apontou que a professora da comunidade era sua colega. Vi naquele momento a possibilidade de estabelecer contato com agentes da comunidade quilombola de Cruzeiro.

No entanto, com a chance de contato que via na figura da professora que lá lecionava, surgiram também preocupações com o andar da pesquisa por meio dessa via de inserção. Mas inicialmente pensei em não deixar escapar tal oportunidade, tendo em vista que precisava iniciar a pesquisa para poder escrever o trabalho de conclusão de curso que tinha prazo para entrega.

O tempo que naquele momento era limitado já que necessitava-se iniciar a pesquisa para construir a monografia e as preocupações com minha apresentação

através de uma pessoa que não sabia como era percebida pelos agentes sociais. Sobre as citadas dificuldades Bourdieu ao tratar da pesquisa como uma atividade racional enfatiza:

A pesquisa como atividade racional – e não é como uma busca mística, de que se fala com ênfase para se sentir confiante – mas que tem também o efeito de aumentar o temor ou a angústia: esta postura realista – o que não quer dizer cética – está orientada para a maximização do rendimento dos investimentos e para melhor aproveitamento possível dos recursos, a começar pelo tempo de que se dispõe. (BOURDIEU, 2012, pag. 18).

Assim, a inserção no campo em um primeiro momento seria feito mediante uma colega na qual trabalha como professora na comunidade, mas que não vive e não participa do cotidiano e não compartilha do modo de vida específico dos agentes sociais de Cruzeiro. Desse modo, com as preocupações crescendo, sem saber como essa personagem de “fora” era percebida pelos agentes sociais da comunidade me causava demasiada aflição, sabendo que isso poderia mudar a condução da pesquisa.

As preocupações com o êxito na pesquisa e com a formação da rede de relações que precisava estabelecer com os agentes sociais e o bom andamento no processo de construção da pesquisa, fez-me desistir dessa alternativa na minha inclusão no campo empírico.

Esses questionamentos e implicações que emergiram impossibilitaram a inserção conforme o previsto no campo de pesquisa. Diante disso, recorri a minha orientadora da época Prof^a Marivânia Leonor de Souza Furtado para manifestar todas essas dúvidas e anseios sobre minha chegada e inserção no campo. Surpreendentemente, naquela semana ela estava com viagem marcada para a região que a comunidade de Cruzeiro está situada, para alocar seus outros orientandos/as no campo de pesquisa. Logo me dispus a ir junto e tentar fazer contato com alguém da comunidade. Naquela ocasião, pude ser apresentada para uma das agentes sociais da comunidade de Cruzeiro que a professora Marivânia Leonor Souza Furtado de tinha contato.

Esse primeiro momento possibilitou conhecer uma das agentes sociais da comunidade cujo nome é Thereza Bitencourt¹⁵ que ficou de me receber em sua casa quando fosse para desenvolver a pesquisa.

Estabelecer essa relação – mesmo que inicialmente não seja tão próxima - com Thereza poderia ser a chave para o prosseguimento da realização do trabalho com os demais agentes sociais, e ela também seria uma fonte importante no decorrer da pesquisa. Nesse encontro com Thereza fiquei de retorna à comunidade assim que me planejasse e que meu calendário de atividades acadêmicas estivesse disponível.

Ao marcar a data de retorno a comunidade entrei em contato com Thereza para deixa-la informada de minha chegada, porém a mesma não se encontrava em Cruzeiro, fato que dificultou a minha inserção na comunidade.

Mesmo com impedimentos que ocorreram no processo de construção de vínculos com agentes do campo empírico, e com uma serie de dúvidas sobre como a comunidade iria perceber a chegada de uma pesquisadora, desafiei-me a tentar contato de forma presencial, mesmo sem ter alguém para promover essa relação entre pesquisador e pesquisado, tendo em vista que Thereza na data de minha ida não estava em Cruzeiro.

Assim, ao chegar ao distrito de Triângulo - onde a grande maioria dos agentes se autodefinem quilombolas – apresentando-me como estudante/pesquisadora da Universidade Estadual do Maranhão foi-se relatado acerca do intuito da minha ida especificamente naquela comunidade. Além disso, informei o que objetivava com esta pesquisa científica acerca do seu território e questioneei aos que se dispuseram a falar comigo inicialmente se poderia realizar o trabalho etnográfico com eles, realizando algumas entrevistas. A resposta foi positiva.

Mas como se sabe a pesquisa é um processo de construção, deste modo, as relações com o grupo não se estabelecem no primeiro momento, no calor das apresentações, mas com o tempo. Vale ressaltar, que os laços que fui formando com os agentes sociais sempre respeitaram os limites do grupo, atentando-se para

¹⁵ Thereza Bittencourt é uma autodefinida que está referida ao território de Cruzeiro. Esta agente social integra a associação quilombola de Cruzeiro e o movimento quilombola maranhense (MOQUIBOM).

ética profissional na pesquisa. Pois os limites na relação pesquisador/pesquisado também são essências para o resultado da pesquisa.

Assim, na segunda visita ao campo empírico, o primeiro agente social que pude estabelecer uma relação de pesquisa foi José Grácio Rodrigues¹⁶ (me referirei como José Grácio) , ao explicar o que pretendia com estudo, ele foi muito receptivo e logo me acompanhou no processo pra que eu pudesse entrevistar mais agentes sociais que ele indicou pra conceder entrevistas

Essa relação construída com o agente José Grácio, sem nenhuma dúvida, me proporcionou estabelecer vínculo de pesquisa com muitos moradores que ele tinha contato. Observa-se também que no processo de pesquisa, essa abertura que tive por meio de José Grácio também dificultou minha relação com outros agentes sociais que tinham desconfiança sobre minha tarefa na comunidade. Mais adiante, será explicado.

Foi este agente social que indicou diversos outros para serem entrevistados, assim, a minha trajetória na pesquisa está em conexão com interesses de determinados agentes. Suas indicações, sem dúvida, estão situadas em um jogo de interesses.

A partir da relação estabelecida com o agente social José Grácio pude ser apresentada para outros agentes sociais, como Luís Alberto, Domingas, Raimundo Nonato, dentre outros, nessa primeira visita ainda para construção da monografia.

Esse primeiro “contato” estabelecido no contexto da graduação deu margem a construção de reflexões apresentadas no trabalho monográfico. Mas a pesquisa sendo tarefa contínua e jamais pronta e acabada é no âmbito do mestrado que viabiliza-se possibilidades de ampliação das relações e novos investimentos de pesquisa.

1.1.2 Ampliando as relações de pesquisa

No âmbito do mestrado, quando retornei ao campo empírico, pra dar continuidade com as entrevistas, tendo laços com alguns agentes sociais, o processo de construção das relações com outros agentes sociais se tornou mais viável.

¹⁶ Autodefinido referido ao território de Cruzeiro. Integra associação quilombola de Cruzeiro.

Na viagem a campo empírico agora para retomar as pesquisas para construção da dissertação, o olhar para com mundo social que estou estudando tomou novo sentido, tendo em vista que antes do retorno a campo, as diversas disciplinas ajudaram a desenvolver uma nova visão sobre a construção do conhecimento científico. É que Bourdieu (2012) “uma relação muito especial com o que se chama geralmente “teoria” ou “prática”. (BOURDIEU, 2012, p. 20).

Na segunda vez em campo, pude dialogar com outros agentes sociais, dentre eles Catarino Costa (conhecido também por Santinho, ao longo do texto farei referência a este agente social pelo seu apelido), presidente na associação quilombola de Cruzeiro. Este agente social está sendo fundamental para construção do estudo, porém não utilizo somente a “voz” Do Sr. Catarino Costa pra falar da comunidade, tendo em vista, que a descrição que estou construindo tem caráter plural e busca ouvir os diversos “pontos de vista” sobre o conflito, as estratégias de reprodução social e econômica, as estratégias de luta por reconhecimento e como estes se relacionam com o território.

Os laços entre pesquisador/pesquisado na pesquisa evidenciam que nessa rede de relações que está se estabelecendo com os agentes sociais de Cruzeiro, existem algumas disputas internas, e que minha aproximação com determinados agentes possivelmente vem dificultando minha interlocução com outros, que até o momento se mostra como um obstáculo para conseguir entrevistas com alguns agentes sociais.

Isso demonstra os limites da pesquisa, demonstra como as relações e com quem se estabelece relação pode ser um obstáculo para aproximar-me de outros “pontos de vista”.

Ao expressar como as relações estão se construindo, tenta-se mostrar como isso implica consequentemente na forma como o conhecimento será também construído. Esta é uma tentativa de fazer uma reflexão sobre minha postura na condução da pesquisa e sobre como essas relações que vão se delineando auxiliam para a construção do meu objeto de pesquisa, meus métodos e novos problematizações.

Me por em causa, interrogar a mim mesma e tentar problematizar como as relações fazem parte da condução da pesquisa é parte necessária para eu enquanto

pesquisadora entender propriamente o que estou fazendo e dirigindo (em um processo coletivo no qual nem sempre tenho o controle dos fatos, as coincidências no percurso da pesquisa também é parte da própria pesquisa).

Com tudo já exposto, finalizo este tópico enfatizando que como chama a atenção Bourdieu “uma prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa, não sabe, propriamente falando, o que faz” (BOURDIEU, 2012, pag. 35). Desse modo, os relatos de como estão sendo formadas as relações no campo empírico é uma tentativa de por em causa como a prática de pesquisa - ao se tratar da construção das relações – está ocorrendo.

1.2 Dificuldades relacionadas à construção das relações sociais na pesquisa

Na construção de um texto reflexivo por em causa as condições da pesquisa, como as relações foram sendo construídas e quais dificuldades se sucederam no decorrer da pesquisa é uma maneira de potencializar a construção da ciência baseada em parâmetros que relativizam o próprio processo de pesquisa.

Expor as dificuldades de inserção, os obstáculos que emergem na construção do conhecimento e as dúvidas que aumentam a cada passo do processo de pesquisa é buscar problematizar nossas capacidades e limitações dentro do estudo.

O debate sobre as dificuldades de inserção na comunidade, as dificuldades para estabelecer laços de pesquisa e de confiabilidade na pesquisa são debatidos em seguida.

Enfrentando dificuldades no processo investigativo

Construir uma ciência reflexiva segundo os autores Bruyne, Herman, Schoutheete (1982) pressupõe:

[...] “reflexão dos próprios pesquisadores sobre os instrumentos de conhecimento dos quais suas ciências dispõem, reflexão com vista a superar as crises revendo a pertinência dos conceitos, das teorias e dos métodos diante das problemáticas que são objeto de suas investigações”. (BRUYNE, HERMAN, SCHOUTHEETE, 1982, p. 42).

Ao tentar mostrar os obstáculos para o avanço da pesquisa, busca-se romper com o conhecimento que parte de uma abordagem positivista que em seu caráter já pressupõem métodos e os objetos de estudo muito bem definidos, está é uma tentativa de fugir de uma forma de fazer ciência que não questiona a própria construção da ciência.

Ao falar de dificuldades para construção do conhecimento, Bourdieu pondera que “nada é mais universal e universalizável que as dificuldades” (BOURDIEU, 2012, p. 18). Este mesmo autor ao tratar de como essas dificuldades podem ser superadas alerta que:

Não se pode pois, tanto como em outros domínios, confiar nos automatismos do pensamento ou nos automatismos que suprem o pensamento (na evidência ex terminis, a evidência cega dos símbolos, que lebniz opunha à evidência cartesiana) ou ainda nos códigos de boa conduta científica – métodos, protocolos de observação, etc. (BOURDIEU, 2012, p. 22).

Partindo do que diz Bourdieu, penso que uma das primeiras dificuldades não se deu na ida ao campo empírico, mas, anteriormente a isso. Digo isto, ao pensar na primeira dificuldade que se apresentou no processo de pesquisa foi romper com os automatismos e com as próprias noções cristalizadas que faziam parte do modo de pensar. Ressalta-se, que fugir dos automatismos e se desvincular do que é auto evidente é tarefa constante para aqueles que constroem uma ciência comprometida em colocar em questão sua própria posição e procedimentos.

A tentativa de ir na “contra-mão” da ciência moderna que se caracteriza pela procura de um método, tem como objetivo não prender o pensamento nessa uniformidade que é proporcionada quando seguimos fielmente um método. Conforme exclama Bourdieu (2012) “é proibido proibir ou livrai-vos dos cães de guarda metodológicos”. (BOURDIEU, 2012, p. 26).

A produção da pesquisa compreendida a partir do que defende Feyerabend (1977) tem que ser livre de métodos muito bem definidos, pois é seu caráter anárquico que garante a liberdade de pensamento. Para ele “Devemos, pois, conservar-nos abertos para as opções, sem restringi-las de antemão”. (FEYERABEND, 1977, p. 22).

É com base no que foi dito, que apresentarei algumas dificuldades que surgem no decorrer da pesquisa. Como já apontado neste tópico, escapar dos automatismos do pensamento é um desafio contínuo no processo de pesquisa. Fugir do que está estabelecido é necessário para construção do conhecimento, romper com a opinião deve ser o primeiro passo. O autor Bachelard (1996) assinala que “a opinião pensa mal[...] “não se pode basear nada na opinião; antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado”. (BACHELARD, 1996, p. 18).

Tendo em vista aquilo que Bachelard (1996) reflete quando fala que “o conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno”. (BACHELARD, 1996, p.17). observa-se que o que conhecimento que está em construção, vem ocorrendo de forma gradual, assim como, a superação das dificuldades que também fazem parte do processo.

Ao tratar dos obstáculos, começo relatando como uma das dificuldades de quando iniciei a pesquisa, a minha inexperiência ao tratar de conduzir uma pesquisa. As dúvidas foram muitas. Como um estudante de graduação que ainda não tinha conduzido uma pesquisa, não sabia muito bem como decidir os caminhos que me levariam a ter êxito.

Falo dos caminhos teóricos e conceituais, que tipo de postura deveria ter no campo empírico, como construía uma entrevista que minimizasse as violências simbólicas na relação interrogador/interrogado, essa sensibilidade na relação de entrevista é situada por Bourdieu (2008):

Procurou-se então instaurar uma relação de *escuta ativa e metódica*, tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. Postura de aparência contraditória que não é fácil de se colocar em prática. (BOURDIEU, 2008, p. 695).

No andamento da pesquisa, essa a escuta ativa e metódica se realiza na disposição máxima aos agentes sociais, no respeito à singularidade de suas histórias de vida, na tentativa da adoção de uma linguagem que permita que os agentes se sintam estimulados e confortáveis a colaborar com a pesquisa.

Desfazer a ideia de questionários muito bem elaborados foi à primeira coisa que busquei romper, tendo em mente que os “pontos de vista”¹⁷ são diferentes, portanto um questionário fixo e fechado me aprisionaria em estatísticas e respostas similares. Sabendo que as falas partem de uma posição, usei questionários semiestruturados, onde as perguntas também poderiam variar de entrevistado para entrevistado, isso foi feito com base no que chama a atenção Bourdieu (2004) no texto “a opinião pública não existe”¹⁸.

Descrever as dificuldades que ocorreram no processo de construção de relações e dos obstáculos próprios do processo de produção do conhecimento é uma tentativa de externar as condições da pesquisa, diferente do que faziam alguns dos pesquisadores da antropologia clássica que descreviam suas pesquisas com um “ar” de heroísmo que por si só denotava uma legitimidade por esse ato de “desbravamento” na pesquisa.

Tendo em mente que a realidade de avanços automobilísticos em que as pesquisas hoje são realizadas facilita a nós pesquisadores a ida a campo empírico, às vezes o campo de investigação, pode ser uma realidade vivenciada pelo próprio pesquisador no curso do seu dia-a-dia.

Mesmo com tudo ao nosso favor no que se trata de deslocamento, por não conhecer muito a região na qual realizo as pesquisas, na primeira ida a campo empírico, passei por algumas situações que atrapalharam minha chegada a comunidade. Mas este problema ocorreu apenas na primeira vez.

Um das dificuldades que decorreu na pesquisa, de início, foi não conseguir estabelecer uma relação no tempo previsto, devido à ausência da agente social Thereza Bittencourt na comunidade. No período dos trabalhos de campo

¹⁷ Segundo Bourdieu “É antes de qualquer coisa uma colocação em perspectiva sistemática de visões perspectivas que os agentes produzem para a necessidades de suas lutas práticas no interior do campo (BOURDIEU, 2004, p. 44)

¹⁸ Inspirado no texto “A opinião pública não existe” em que Bourdieu (1973) ao analisa as pesquisas de opinião pública, constata em seu estudo que as pesquisas de opinião pública conseguem efeitos de consenso que visam legitimar ações e discursos. Nesse sentido, com base neste texto, não faço uso de questionários fechados que por si só já respondem o que se questiona; viso aqui através de diálogos abertos e que variam dependendo do agente social que dialogo propor narrativas que escapem de questionários de caráter estatísticos que, de certo modo, são construídos visando legitimar a fala do entrevistador. O caráter dinâmico das conversas com os agentes sociais objetivaram abstrair os diferentes “pontos de vista” que são pertinentes em um campo político. (BOURDIEU, 1973).

Thereza Bittencourt estava participando de um evento com outras comunidades que ocorria na Universidade Estadual do Maranhão (UFMA). Mas essa dificuldade de estabelecer primeiro contato foi superada, embora com alguns agentes sociais ainda tenha dificuldades em conseguir entrevistas de forma mais aberta. Explicarei.

1.2.1 Relações de pesquisa: dificuldades de inserção e tensões sociais

Na primeira vez que fui à comunidade quilombola de Cruzeiro uma das dificuldades foi de conseguir estabelecer uma relação de confiança com alguns agentes sociais da comunidade, isso ocasionado principalmente pelo momento de minha ida a campo.

No período dos primeiros trabalhos de campo, chegando à comunidade, as relações sociais eram tensas, tendo em vista, que no mês anterior a minha chegada, havia ocorrido um homicídio, que relatado pelos agentes sociais, era fruto dos constantes conflitos que a comunidade vinha passando ao longo dos anos.

Os conflitos narrados pelos agentes sociais vão desde a destruição dos locais de plantio, a destruição de áreas sagradas, a demora no trato do processo de titulação do território. O sr. José Grácio e o sr. Luís Alberto falam sobre os ocorridos, situando também o processo de transição de donos e quais danos foram ocasionados abaixo:

Pesquisadora: e como ficou depois que Sebastião passou as terras pra Manoel?

José Grácio: Manoel foi lá em casa, lá onde eu moro, porque eu não morava ali, eu morava lá atrás lá tinha até um açude. Eu morava lá, ele chegou lá em casa perguntou de quem que eu comprei, aí eu falei. **Ele queria que eu trabalhasse com ele, mas pra roçar esse lado aqui todo pra não deixar o povo trabalhar, eu disse moço isso é uma injustiça, ele disse não é injustiça a terra é minha**, mas tem tanto pai de família, mãe de família, vão trabalhar aonde, ele disse: se vira, aí foi que eu cheguei a conclusão que, Fui de casa em casa a noite, isso foi em 2009

Pesquisadora: e durante esse tempo que passaram esses proprietários vocês já estavam aqui?

José Grácio: ahh, tava, tava. Eu mesmo quando Manoel pegou a primeira liminar com um juiz de São Bento, que ele chegou queimando nossas roça, derrubando barraco [ele se refere aos pontos feitos na beira da BR para venda daquilo que é produzido e barracos feitos dentro do território que foi restringido pelo fazendeiro] e eles falaram que minha casa era um barraco, levou até a máquina que era pra derrubar, aí o promotor disse aqui ninguém derruba que é uma residência, você tem todo direito, ele perguntou quanto tempo eu morava ali, eu tinha 17 anos que morava lá, só nesse local, fora o local que eu ia mudando dessas casas né, aí ele me deu esse direito lá, mas **aí você sabe que o dinheiro grita mais alto**, o promotor vinha, o juiz vinha que era pra mim ir lá pra tirar o documento, eu nunca quis, seu eu

tirasse o documento lá eu provando que morava dentro da terra, por que esses outros trabalham mas não morava, mas **ai enfraquecia a minha associação, ai eu peguei e nunca quis.**

Pesquisadora: na área cercada pela Manoel vocês tem acesso?

José Grácio: não. A gente entregou pra justiça, **já ouvimos falar que lá tem até guaxeba**

Pesquisadora: o que é guaxeba?

José Grácio: pistoleiro

(Sr. José Grácio, entrevista realizada no povoado de Triângulo em 12/06/2016).

Pesquisadora: vocês vivem aqui há muito tempo?

Luís Alberto: **Esse pessoal aqui foram tudo criado, esse pessoal mais novo, tudo foram criado nessa área pela plantação de mandioca, plantando milho, feijão, esse pessoal trabalharam, nunca largaram de trabalhar nessa área.**

Pesquisadora: ah.

Luís Alberto: então por de trás, ele (Sebastião Murad), **ele vende pra essa Noely gentil, nos fundo por de trás ele passa as terra pra ela, a partir de lá do cercado onde tá sendo a fazenda foi por um preço, e o resto da área aqui enorme foi outro, 80 mil, uma área dessa muito grande,** eu acredito que essa área não pode ser vendida..., ai então o pessoal de lá começou a roçar, toda a fazenda e comprou 20 mil milheiro de estaca e num sei quanto, apreço 20 mil rolo de arame e boto que **era pra vim cercar por aqui passando por de trás desse fundo aqui,** passando aqui, dividindo aqui, passando nessa pistagem de Palmeirândia pra dividir por terra da divindade, pro ruma da divindade, **ai foi que a comunidade se manifestou,** se não me engana ela já completou dezenove anos de áreas quilombolas, que nos não sabia, mas lá no ministério público já tá com 18 ano, **agora que foi criada associação quilombola Cruzeiro/Triângulo tá com 8 ano,** porque quando o povo, quando ele veio, cercaram **o pessoal se manifestaram e disseram que se ele cercasse ia arrancar arame, arrancar estaca, ai ele não cerco,** mas ai ele fico, deixo o pessoal trabalhar, quando o pessoal trabalharam que a roça tava no ponto de rancar, doze hora do dia, quando souberam que um rapaz chegou, rapaz tão tocando fogo na roça de vocês, era carro de policial que era de Cajapio, São João Batista, de Pinheiro, de São Bento, Perimirim e Palmerândia foram acompanhar ele... Quando os donos chegaram, a roça não tinha mais jeito **tava tudo queimado, mandioca toda no ponto de apurar, foi no mês de, de, de agosto, final de agosto pro mês de setembro.**

Pesquisadora: então perderam a produção?

Luís Alberto: **perderam toda a roça, foi todinha que nem deu pra fazer farinha. Aí começou o conflito.**

Pesquisadora: isso há oito anos atrás?

Luís Alberto: ai foi que fundaram a associação. a CPT, a via palmares, num sei o que, Incra, ministério público, tudo se envolveram logo, era bispo, era padre, todo mundo, já envolvido no caso pra não deixar, que não podia destruir a roça, ele podia primeiro ter deixado tirar a colheita e falado eu vou cercar minha Área, é minha? tá com comprovante é minha? Mas a gente foi trabalhar.

Pesquisadora? Vocês plantaram de novo?

Luís Alberto: sim. Tinha melancia, senhora, melancia, tinha fruta que já tava quase boa, **o pessoal tava despreocupadinho quando ele** chegou com a polícia, propriamente um ex policial aqui chamado seu França, cabo serra **e destruiu tudo** (Sr. Luís Alberto, entrevista realizada no povoado de Triângulo em 12/06/2016).

Nos diálogos acima, os dois agentes sociais narram que em 2008, o pretense “proprietário” Sebastião Murad passa as terras para o Manoel Gentil, nesse momento de transição é que o conflito se acirra, com os despejos autorizados de forma arbitrária pela justiça que ocorreram em 2009, e com as ameaças de cercar por completo a área com a qual os agentes possuem vínculos sociais, econômicos e simbólicos.

O Sr. José Grácio ao narrar que possuía morada dentro do território que poderia ser documentada judicialmente, mas que preferiu não documentá-la, por conta da luta da associação, ressalta que as formas de apropriação do território foge da lógica mercadológica da divisão por lotes.

Os locais de plantio foram destruídos sucessivamente desde a chegada de Manoel Gentil, as ações que inviabilizam a reprodução econômica foram assistidas e apoiadas por agentes policiais de cidades vizinhas.

O período em que as ações de destruição das plantações coincidiam com períodos de colheita dos principais alimentos para os agentes da comunidade, a melancia e o feijão. A colheita da melancia é celebrada com festividades pela comunidade. A prática de destruição dos plantios atingia as esferas econômica e simbólica da vida social dos autodefinidos. Apresento o calendário, entendendo que sua construção está descrita dentro de um conjunto dinâmico que podem ser transformados a partir das vivências cotidianas. O calendário demonstrado em seguida aponta as datas de colheita:

		MESES											
	Descrição	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
ROÇA	Feijão												
	Mandioca												
	Melancia												
	Milho												
Plantio													
Colheita													

Calendário: Plantio e Colheita dos produtos cultivados pela comunidade quilombola de Cruzeiro

Fonte: autora, pesquisa de campo, abril de 2017

Nesse contexto, ao chegar a campo as primeiras indagações feitas para mim quando me apresentei como estudante/pesquisadora era se eu trabalhava no órgão responsável pela titulação de territórios quilombolas, o INCRA. Esses questionamentos eram devido à insegurança depositada desse órgão, tendo em vista que em 2015 o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) produzido pelo INCRA apresentava erros formais que ocasionaram na redução de metade da área requerida pelos autodefinidos. Os primeiros trabalhos de campo, nos dois primeiros dias, foram marcados por insegurança da parte de agentes sociais com a presença de uma agente externa.

Porém, isso não ocorreu na relação com todos os agentes sociais, o acolhimento por alguns foi imediato, este foi o caso do Sr. José Grácio que logo ao saber que tinha em vista realizar trabalhos científicos com a comunidade me convida para ficar em sua residência os dias que fosse preciso.

Com todos os conflitos violentos que vinham ocorrendo e com a demora no processo de titulação do território por parte do Estado, onde a demarcação inicialmente feita pelo INCRA não condizia com o território requerido pela comunidade, e muitos não queriam estabelecer mais diálogo com agentes governamentais.

Relata-se isso, porque ao longo de algumas entrevistas que se dispuseram a fazer comigo muitas vezes era interrompida e interrogada pelo entrevistado/a se realmente era estudante e não era enviada do INCRA. Naquele momento, a presença de qualquer agente do Estado gerava desconfiança. Em diálogo com a Sra. Domingas Bertolha Rodrigues, por exemplo, ao perguntar como estava a questão do processo de titulação, durante muitas vezes a resposta era curta e cheias de interrogações, como: Mais tu não trabalha para o Incra não né?.

Nesse tipo de situação, em que as perguntas não eram respondidas com tranquilidade pelos agentes sociais, logo redirecionava o curso do diálogo visando manter a interação mais respeitosa possível com os entrevistados.

Os cuidados na construção dos questionários semi-estruturados, com perguntas abertas e que respeitasse a história social dos entrevistados fez-se necessário no processo de construção da pesquisa. Ter essa tarefa em mente é saber que na relação social (mesmo essa com caráter interrogativo) pode-se ocorrer

violências, e construir racionalmente as perguntas e está atenta também para as expressões corporais no curso da relação é importante. Se no caso de em um diálogo com determinado agente social, observo sua insatisfação ou desconforto na entrevista à atitude correta é deixá-lo confortável ou caso isso não seja possível, interromper o processo.

Ao iniciar as entrevistas sempre deixo claro para os entrevistados que a entrevista pode ser interrompida a qualquer momento por ele, ao fazer isso manifesto para o interrogado que ele tem nas mãos o poder de parar ou continuar a conversa. Assim, possivelmente, ele se sintará mais seguro que não responderá quando não estiver confortável.

No curso da entrevista o controle de gestos, do tom de voz, das perguntas inapropriadas também é parte de uma estratégia para não constranger e nem emitir informações indesejadas na relação com o pesquisado.

O controle na construção das relações: estabelecendo relações de confiabilidade

Uma das maiores dificuldades que persiste até o atual momento em que se encontra a pesquisa, é estabelecer relação de confiança com alguns agentes sociais que convivem com os que se autodefinem quilombolas, produzem no território, mas não acionam a identidade quilombola.

Por conta de diversos processos, como uma relação mais próxima construída com os autodefinidos e a insegurança que recai sobre minha figura formou-se uma barreira para o estabelecimento de relação mais próxima com esses agentes sociais que se autodefinem como lavradores. Dito isso, aos poucos tentei construir uma interação com esses agentes sociais.

Na pesquisa deve-se entender os limites individuais e do grupo, por isso, não procurando forçar uma relação com os que se encontram em uma posição defensiva. Sinto que aos poucos o diálogo está evoluindo, possivelmente por essa minha postura que considera as (não) vontades dos agentes sociais.

Uma dificuldade que surgiu, nos trabalhos de campo no ano de 2017, foi por conta da relação está mais familiarizada com os autodefinidos, muitas vezes me

encontrei em situações que tive que saber esclarecer que não podia aceitar determinadas funções que a mim eram pedidas.

Nas reuniões para definir pautas internas, por exemplo, algumas vezes solicitavam-me uma postura de intermediação, na qual preferia não exercer. Demarcar esses limites é tarefa difícil, pois a figura de uma pesquisadora na comunidade pode ser confundida com figura de uma ativista que está ali pra levantar as causas do grupo. A pesquisa que está sendo construída tem seu caráter engajado, que tem como propósito da visibilidade a comunidade e seus enfrentamentos, de forma reflexiva.

A decisão de não interferir em discussões internas do grupo visa no processo da pesquisa, não provocar mudanças nas relações já construídas com agentes sociais, pois nas reuniões muitos conflitos podem ser gerados entre agentes sociais.

Tendo em vista que a pesquisa não é algo automático onde se constrói conhecimento de forma rápida, planejar o tempo Da dissertação dentro do período estipulado pelo programa de pós-graduação, também é uma dificuldade, pois sistematizar dados, analisa-los e escrever o resumo dissertativo são tarefas que exigem tempo.

Lidar com prazos na pesquisa é uma dificuldade que pode interferir na qualidade da pesquisa, pois construir relações, analisar de forma rigorosa o objeto de estudo não é algo que ocorre gradualmente e requer tempo.

Esse controle diário dos atos no trato com a pesquisa é um exercício que requer muita atenção e concentração nos passos que devem ser tomados nas interações sociais, esses movimentos que em certa medida são racionalizados pelo pesquisador, também podem em certos momentos escapar da nossa administração, mas saber que toda ação é observada e tentar estabelecer um controle das impressões é tarefa do pesquisador na prática da pesquisa.

As dificuldades, nesse sentido, se apresentam durante todo o processo de pesquisa, e entender que elas existem e problematizar sobre isso é uma tentativa de me colocar mais uma vez em questão, em que minha postura de pesquisadora consciente das dificuldades pode pensar o conhecimento que está sendo construído não é uma verdade inquestionável que se baseia em certezas, todavia é um

conhecimento que está sempre em construção, onde o erro e as dificuldades são combustível para o aprimoramento no processo de pesquisa.

1.2 A dinâmica na pesquisa: as posições sociais

O debate acerca das posições sociais é relevante para entendermos como no campo social as relações se dinamizam, assim como entendendo as posições sociais se compreende a narrativa dos agentes.

Pensar os vínculos, o lugar que se pronuncia a fala, as diversas sentidos dados a representação da realidade é problematizar como as posições estão em relação com o que se narra sobre histórias de vida, conflitos, estratégias.

Desse modo, a reflexão a seguir busca situar o contexto sócio-histórico e a trajetória de vida da pesquisadora, além de pontuar o lugar de fala no que diz respeito a pesquisa em andamento. Faz-se também uma descrição das posições dos agentes sociais de Cruzeiro, seus vínculos sociais, suas lutas e enfrentamentos para defender seu território e seus modos de vida.

1.2.1 Formação social na pesquisa: de onde falo?

A descrição ora feita neste tópico é uma tentativa de situar minha posição de fala com minha trajetória de vida. O olhar que se afina para a pesquisa, ao meu entender, é intrínseco aos processos de socialização ao qual experimentei.

Assim está narrativa de minha vida, não é uma investida autobiografia, considero-a um olhar de como a minha trajetória de vida me direcionou a como posiciono minha fala dentro da pesquisa. Portanto, é pela trajetória de vida que analiso minha posição social.

Pensar as condições da pesquisa é pensar também no meu lugar social e na minha trajetória de vida, pois tais aspectos também implicam em como a pesquisa está sendo feita.

Aqui busco colocar a minha trajetória de vida e meu lugar social como questões que estão envoltas no processo de pesquisa, isso porque o lugar de fala do pesquisador reflete o que é construído no decorrer da pesquisa.

Ao falar de mim, de como me construo, de como me posiciono, de como minha vida foi sendo escrita, corro o risco de fazer isto de forma naturalizada, sem

questionar minha posição social. É um risco calculado, mas que me arrisco, ao fazer a descrição.

Eu, Larinma de Moraes Paula, que hoje me proponho-me a pensar como os agentes sociais constroem sua identidade específica em Cruzeiro e como estrategicamente resistem face aos conflitos que vivenciam na defesa de seu território e de sua existência, entendo que descrever o lugar donde falo é um caminho pra problematizar meu posicionamento na pesquisa e minhas limitações enquanto pesquisadora.

Não tive uma relação direta com a comunidade que pesquiso antes da graduação, entretanto desde a infância já lidava com agentes sociais referidos a territórios específicos e com modos de vida singulares. Explicarei mais adiante.

Eu, natural de Pedreiras – Ma, que fica na região oeste do estado, no Médio Mearim, município pequeno que mora cerca de 38.000 mil habitantes, onde parte da minha família ainda reside. Filha de Francisco de oliveira, lavrador, e Maria Brito de Moraes, educadora popular (essa identidade é descrita por ela) que atualmente vivem e trabalham no município de Paulo Ramos, onde ainda vou com bastante frequência para visita-los.

Desde muito cedo, por decorrência do trabalho da minha mãe na época, que atuou durante dezoito anos em uma organização não governamental (ONG) chamada ACESA (Ação Comunitária em Saúde e Agricultura), que agia sobre a coordenação de um Frei e médico Alemão chamado Krauss Teodoro Quincas, que tinha uma equipe composta por cinco pessoas, dentre ela minha mãe.

Esta ONG desenvolvia trabalhos no interior do Maranhão focados na orientação e prevenção de doenças com remédios caseiros. A equipe também promovia reuniões que fortaleciam as comunidades, com ações voltadas, principalmente, para mulheres e jovens.

Situo o contexto que minha mãe trabalhou por muitos anos, para falar que foi a partir dessa experiência que eu pude me aproxima de diversos agentes sociais, e lideranças do interior do Maranhão, em muitas reuniões promovidas por ela pude observar falas de pessoas e grupos que enfrentavam diversos situações, estes estavam majoritariamente referidos ao meio rural.

Em muitos encontros, lembro-me, que os que participavam puxavam cantigas que ressaltavam as dificuldades que viviam, assim, como as formas que encontravam para viver mesmo com tais dificuldades. Aqueles momentos, acredito, me trouxe muitas interrogações posteriormente, e talvez foi o que me levou a cursar Ciências Sociais e pesquisar comunidades tradicionais.

As experiências possibilitadas por esses encontros me acompanharam durante minha infância e parte da adolescência. Por diversas vezes pude ouvir as narrativas e experiências de minha mãe, quando retornava de lugares distantes da cidade onde eu resida na época. Recordo-me da primeira vez que ouvi acerca da problemática de Alcântara, foi através dela, quando participou junto com os *atingidos* pela base, da primeira romaria dos *atingidos*. Além das narrativas trazidas de encontros - no qual participava uma vez ao ano - (quando trabalhava na ONG já citada) de alguns povos e comunidades da Bahia, os chamados *mutirão* no nordeste.

Ouvir esses agentes sociais e as narrativas da minha mãe quando criança, me instigou a entender esses discursos e me fez criar laços com temas que envolviam pessoas referidas a identidades distintas que se encontravam, em muitos casos, em contextos de conflitos.

Resgatar essas lembranças me faz lembrar também que pelo fato de minha mãe viajar bastante à trabalho, os papéis sociais no que diz respeito as atividades desenvolvidas no contexto familiar, no nosso caso, não se encaixava nas expectativas esperadas dentro dos papéis sociais de gênero, pois meu pai era quem cuidava dos filhos e desenvolvia as tarefas domésticas para que minha mãe pudesse trabalhar para suprir as necessidades da família.

Talvez pensar sobre isso pareça algo banal, mas tenho consciência de que o modo como fui criada, onde as desigualdades de gênero não foram tão acentuadas como em outras famílias, tendo minha mãe sempre como uma figura de mulher determinada e de luta, que trabalhava com aquilo que acreditava, e meu pai como uma figura que se distanciava do modelo esperado para o homem, que não media esforços para apoiar minha mãe a prosseguir com seus trabalhos me deu elementos para questionar sobre como a visão dominante está assentada.

Viver nesse contexto familiar possibilitou a representação de como uma família deve ser e de que eu como mulher - sabendo que a construção da sociedade é patriarcal, machista e baseada na submissão da mulher- poderia seguir na construção de um mundo diferente, em que espaços sejam construídos e preconceitos derrubados.

Esse modo de criação também fez diferença ao me fazer refletir sobre meu lugar social enquanto mulher pesquisadora. Já que essas referências de gênero podem interferir no processo de pesquisa. Quando em campo empírico, por diversas vezes fui questionada, pelo o fato de eu ser mulher e está me dedicando a pesquisa, assim como o fato de morar longe da família ou de ainda não ter consumado matrimônio. Alguns entrevistados me chamavam de sendeira¹⁹.

Falo isso porque acredito que a construção do conhecimento não é algo imparcial, construída dentro de uma neutralidade, tendo em vista as trajetórias, as relações, as posições, mas sim, está inserida em um processo que colabora para construção de outras realidades e formas de classificar o mundo.

Trazer essas histórias sobre minha família me faz refletir que construir uma visão crítica sobre o mundo, muitas vezes, pode acontecer pelas experiências vivenciadas no meio familiar, que não traduz o ordenamento social esperado.

Essas experiências que vivenciei na infância, onde, de certa forma, tive contato com realidades que tem reivindicações específicas, cultivou em mim desde cedo, uma imensa vontade de estudar algo voltado para as realidades sociais.

Mesmo tendo situado aqui que tais experiências foram importantes para o meu aprendizado, e escolha que queria seguir quando tivera na idade de cursar uma graduação, observo que os caminhos objetivados desde a infância não seriam tão fáceis de ser alcançados, falo isso, devido às condições financeiras da família.

Como já falado, nasci e vivi até os meus dezoito anos no interior, estudei até o segundo ano do ensino médio em escola pública, apenas no último ano do ensino médio cursei em instituição privada.

Minha família por parte de mãe e de pai não possui muitos recursos financeiros, meus pais são filhos de imigrantes vindos do Ceará e Pernambuco,

¹⁹ Denominação social para identificar mulheres viúvas, divorciadas ou que não vivem mais com seus pais.

creio eu que incentivados pelas políticas nacionais na década de 60 e 70, em que o governo federal, no contexto da ditadura, implantou políticas de incentivo ao povoamento de áreas “vazias”. Nesse período, um grande número de pessoas que migraram para os estados do Pará e também do Maranhão. Através de relatos de minha mãe e de meu pai, observei que os períodos que seus pais traçaram o percurso rumo ao Maranhão correspondem exatamente ao final da década de 60, cujo governo federal incentivava a povoação da Amazônia.

Situo isso pra apontar que minha família e eu, conseqüentemente, não tivemos oportunidades igualitárias para construir o futuro que desejávamos, sabemos que no sistema econômico capitalista, o discurso que se faz é que as oportunidades são iguais para todos e que cabe ao individuo se esforça o suficiente para conseguir aquilo que deseja, mas efetivamente, a realidade é bem diferente, as adversidades que são vivenciadas por uma pessoa que não dispõem de recursos financeiros suficientes para apenas estudar são muitas, quem não goza de recursos financeiros, tem que esforçar-se infinitamente mais no sistema em que vivemos.

Falo isso, para deixar claro que quando completei meus dezoito anos, que resolvi me mudar para capital do Maranhão em busca de melhores condições de vida, pensando em cursar uma universidade, já sabia que não teria condições de apenas estudar, para manter minhas despesas precisaria enfrentar o mercado de trabalho. Essa realidade, em que se enfrenta uma rotina dupla, é vivenciada por parte da população jovem no Brasil.

Ao chegar a São Luís no ano de 2011, inicialmente tive que trabalhar, e em 2012 ingressei na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, no curso de Ciências Sociais e Política. A rotina era muito cansativa, mas me mantinha firme.

Até o quinto período do curso, me desdobrava em uma rotina de 8 horas de trabalho e mais estudos, foram dois anos e meio de exaustão, o dia-a-dia era vivido de forma muito intensa, e, os estudos, muitas vezes ficavam em segundo plano, devido às exigências do trabalho.

No avançar do curso, em negociação com minha família sobre gastos, foi-se decidido me dedicar exclusivamente à vida acadêmica. Essa nova fase foi de grande proveito, tendo em vista que o tempo (elemento essencial nos estudos) que dispunha agora era mais abrangente.

Coloco essas questões, não para justificar minhas falhas como estudante e/ou pesquisadora, mas para situar que na minha construção intelectual, tive percalços ocasionados por questões financeiras e sociais.

Dito isto, sou consciente que no processo acadêmico de formação, esses elementos (financeiro, social, político etc) não estão à margem da posição que falo hoje como pesquisadora.

A própria formação no curso de ciências sociais me viabilizou meu entendimento de que a construção da ciência não está deslocada do mundo social e da nossa posição na sociedade.

Entender essas questões me permitiu construir um conhecimento consciente, sabendo que o processo de pesquisa não está descolado do meu lugar social. Compreender de onde falo e deixar isso claro, no texto, faz parte para entender o objeto que me dispôs a estudar.

Além dos aspectos já levantados da minha trajetória de vida, é necessário colocar que todas essas questões vividas por mim, é um olhar meu sobre minha posição social, um olhar refletido, que entende que todas essas questões implicam no meu modo de construir a pesquisa.

Em tempo, expresso que, no curso de ciências sociais, ocorreu a aproximação de fato com o tema que hoje observo. Em diversas disciplinas que trabalharam a questão quilombola, pude me aproximar do assunto, teoricamente.

Ser ciente da minha posição enquanto mulher, com condições financeiras limitadas, filha de mãe negra, que precisou enfrentar coisas que pessoas em outras condições e posições não precisou, é delimitar que eu tenho um lugar de fala e que diz muito sobre o que e como escrevo.

Conceber uma variedade de pontos de vista, que tem o cerne na instância familiar e se amplia nas relações acadêmicas e nas relações construídas com agentes sociais que estão em disputa por lógicas e pautas próprias de vida formam um olhar dentro dos olhares.

O conjunto de relações e minha posição na sociedade também pode se expressar dentro do mundo científico.

Assim como trazer aspectos de minha vida é parte da pesquisa, compreender a posição social dos agentes sociais de Cruzeiro é necessário para

entendimento das informações que eles estão transmitindo. Desse modo, entendê-los dentro de um campo, onde suas posições estão em relação com o que estão emitindo tem de ser analisado.

Finalizo o tópico, apontando que a origem econômica não determina a qualidade da construção intelectual, a imposição de uma sociedade com princípios colonizadores, quer determinar quem está capacitado para elaborar produções intelectuais, e rompendo com essas determinações de poder, esta produção intelectual fala de uma posição social marcada pela trajetória de vida, pelas relações instituídas na academia, e principalmente, pela minha posição crítica a ordem de dominação.

1.2.2 Formação social na pesquisa: De onde falam os agentes sociais e como narram os conflitos sociais?

Ao analisar os pontos de vista sobre a realidade, é necessário pensar de que pontos parte da emissão de quem está falando, ou seja, de que lugar social aquele que emite está se pronunciando. Assim, a partir da ideia de “planos organizativos” (GEERTZ, 2002) penso as interações sociais:

considera-se que interseções desses planos organizativos e sem absolutizá-los, pode-se dizer que cada um destes planos consiste num conjunto de instituições sociais apoiadas num princípio de afiliação, ou seja, num modo de agrupar os agentes sociais ou de separá-los uns dos outros (Geertz, 1967:259-263)

Considera-se então que uma comunidade não pode ser objetivamente pensada como campo de trabalho sem entender a interdependência entre o plano material e simbólico construído pelos agentes. É a partir dessa prerrogativa que entendo as interações dos agentes sociais

Tentar pensar isto é tarefa difícil, pois este lugar de onde o agente social fala não é estático. Nesse sentido, as relações e as posições que estão em movimento também constroem as narrativas.

Pensar a partir de um olhar que busca entender as relações e a posição dos agentes falantes que narram suas próprias histórias de luta e os conflitos existentes durante suas trajetórias é o que, modestamente, tento fazer. Ouvi-los, enxerga-los, sem esquecer a teoria, analisar sobre o que falam, e não tomar apenas

o que falam para legitimar a construção do que estou dizendo, é cuidado necessário para não perder de vista o conhecimento refletido.

As dificuldades de analisar o que é capitado nas entrevistas, consistem no fato, de que os próprios fatos narrados pelos agentes sociais estejam em relação com o seu lugar no mundo.

Perceber os dados informados conectados com diversas relações envolvidos em um campo de forças é complicado, o pesquisador tem que está armado de teórica, e instrumentos analíticos, para não cair na armadilha de construir um conhecimento baseado meramente em empirismo. Como coloca Bourdieu “A maldição das ciências humanas, talvez, seja abordarem um objeto que fala” (BOURDIEU, Coisas ditas,). Pensando na citada frase deste autor, o fato do objeto de pesquisa ter voz, torna a objetividade - que é tão apreciada dentro da perspectiva positivista – que tem como principio problemas e hipóteses já construídas, prontas para serem comprovadas, cair por terra nas ciências sociais.

Pensar o que a nós é informado em entrevista é ter em mente aquilo que Bourdieu pensa em que “os pontos de vista são apreendidos como tal e relacionados a posições dos respectivos agentes na estrutura” onde “os agentes certamente têm uma apreensão ativa do mundo”. (Bourdieu, Coisas ditas, 2004).

Os agentes sociais de Cruzeiro que se autodenominam quilombolas estão em relação com as classificações que representam a realidade social. Na disputa das classificações, não podemos perder de vista que existem estruturas que são apreendidas e que reproduzem o status quo. Mas os agentes sociais também estão na disputa pelas classificações dentro de um campo de poder onde seus “[...]pontos de vista dependem do ponto a partir do qual são tomados, já que a visão que cada agente tem do espaço depende de sua posição nesse espaço”. (Bourdieu, Coisas ditas, 2004).

Observa-se isso, pra situar que dentro do que me é informado pelos agentes, pode existir a tentativa de atender aquilo que está sendo perguntado, pode acontecer também das respostas dadas pelos agentes não serem exatamente aquilo que se perguntou, mas cabe ao pesquisador entender que a resposta está relacionada com o espaço social e o ponto que se parte a emissão do que é falado.

Depois de situar que o quê se fala, como se fala e pra quem se fala faz parte de um espaço social e de um entendimento construído de como se representa a realidade social. Buscarei agora, refletir como as entrevistas concedidas a mim partem de um lugar social do que se expressa.

Todos os agentes sociais referidos a Cruzeiro estão relacionados a determinadas situações sociais que marcam seu posicionamento na fala, ou até na não fala, digo isso porque alguns agentes quando busquei aproximação para ouvi-los preferiram não prestar muitas informações, entender que esse “não falar”, na verdade diz muito e é parte de processos que estão referidos as situações vivenciadas por eles é uma forma de situar as (não) falas na pesquisa.

No contexto de Cruzeiro/Triângulo os agentes que ocupam historicamente o território estão referidos a determinadas situações sociais e históricas. Irei fazer uma reflexão aqui dos agentes que me concederam entrevistas. Vejo que as falas estão conectadas com seu lugar social, com suas vivências e com a dinâmica que operada socialmente nas relações.

Trabalha-se aqui sobre uma lógica cronológica que concilia trajetória de pesquisa com as narrativas dos agentes sociais para melhor entendimento do leitor, mesmo sabendo que o dinamismo das relações sociais pode sugerir o rompimento com essa ordem cronologia na pesquisa.

Antes de descrever sobre as entrevistas, coloco que, refletir essas posições dentro de uma realidade social dinâmica em que os entrevistados também constroem realidades imaginárias é algo complexo. Mas na medida do que me foi possível, tentei problematizar.

Os agentes sociais referidos ao território de Cruzeiro que me concederam entrevistas foram o Sr. José Grácio (Zeca) do povoado de Triângulo²⁰, a Sra. Thereza Bittencourt do povoado de Cruzeiro, o Sr. Luís Alberto do povoado de Centrinho, a Sra. Domingas Bertolha do povoado Triângulo, o Sr. Raimundo Nonato do povoado de Triângulo, o Sr. Raimundo Nonato do povoado de Cruzeiro, A Sra. Vâubia Rodrigues (Nubia) do povoado de Triângulo, o Sr. Catarino Costa

²⁰ Triângulo, assim como os demais nomes citados, são um dos povoados em que muitos autodefinidos residem, o território construído socialmente em que esses agentes estão referidos não é onde suas casas estão situadas. Isso se deu por conta das transições de fazendeiros que vem ocorrendo desde 1980 e que acarretou na saída das famílias da territorialidade. Pretende-se retornar a territorialidade com após a titulação definitiva ser cumprida.

(Santinho) do povoado de Triângulo, o Sr. Leonel Viegas do povoado de Triângulo, A Sra. Deuziane Silva do povoado de Triângulo, o Sr. José Domingos do povoado de Cruzeiro, a Sra. Rita Diniz do povoado de Triângulo, a Sra. Maria Lúcia, a Sra. Maria Rosa do povoado de Triângulo e o Sr. José Silva (nome fictício) do povoado de Cruzeiro.

Todos os agentes sociais aqui citados narram suas histórias e respondem o que lhes é perguntado a partir de um ponto, de uma posição, das relações que foram construídas ao longo de suas trajetórias de vida e da relação construída entre pesquisador(a)/pesquisado. A pesquisador/pesquisado, em certo grau, interfere no que é respondido pelos agentes sociais. Dito isto, dentro das minhas capacidades de escrita, tentarei explicar como isso acontece, isto é, como essas questões estão entrelaçadas entre si na pesquisa.

Antes de fazer a reflexão evidencia-se que com alguns agentes sociais a construção da relação de pesquisa se deu de forma mais sólida, por esse motivo, descreverei de forma mais consistente sua posição social e seu ponto de vista dentro do campo relacional da representação da realidade.

O Sr. José Grácio Rodrigues (Conhecido por Zeca) na pesquisa é o que mais tem contribuído. Ele foi o meu primeiro entrevistado, me acolhe-me, no meu primeiro trabalho de campo, quando sem me conhecer se disponibilizou a construir junto comigo o que propunha naquele momento da monografia.

Bem, este agente social citado acima, como já exposto, se disponibilizou a responder algumas perguntas referenciando os conflitos existentes, as ações repressivas e as estratégias de resistência. A relação com José Grácio está sendo construída desde o início da pesquisa, na produção do trabalho monográfico.

Abaixo, segue uma foto do Sr. José Grácio no momento que me explicava sobre o que denomina de roçado (áreas de plantio em que várias famílias colocam roças).



Imagem 1: Agente Social José Grácio nos campos de *roça*
Fonte: autora, pesquisa de campo, junho de 2016

O Sr. José Grácio (autodefinido como quilombola) ao acionar sua identidade faz referência à sua ancestralidade e ao passado. Ele fala que: “acho que nossa força está no fato de ser descendente de escravo, porque se a gente fosse descendente de rico, a gente não tinha a força que tem hoje”. (José Grácio, entrevista realizada em 10 abril de 2017).

Na narrativa evidencia-se que passado e presente estão em conjunção, o passado está vivo como memória construindo o presente. Este agente social vê na sua ancestralidade o sentido de seu pertencimento e afirmação identitária. Entretanto, observando a colaboração de outras narrativas, afirmo que os critérios que constroem a identidade dos agentes sociais não são homogêneos. Vou abordar isso mais a frente.

Traz-se esta fala do Sr. José Grácio para observar que ela aponta uma posição social, onde este agente faz uma reflexão sobre sua força enquanto negro descendente de pessoas que foram escravizadas. Nela há implicitamente uma contraposição à lógica de dominação, ao denotar que a força de mudar a lógica está com eles, justamente, porque o passado/presente é de resistência. Ao refletir acerca dessa narrativa, penso no que Bourdieu (2004) fala sobre as classificações, quando aponta que “os conceitos não são ficções eles estão em constante mudança[...]”. (BOURDIEU, 2004)

O Sr. José Grácio nasceu no território e vive até nos presente, ele está referido ao território e as relações construídas dentro do território. Ele narra que seus pais e ele sofreram deslocamentos que ocorreram no decorrer das transições dos que se diziam donos da terra que está em disputa.

O Sr. José Grácio está referido a “via formal” de luta por seu território específico, que é a Associação quilombola de Cruzeiro, muitas reuniões promovidas pela associação acontecem em sua residência. Sua filha Wanessa Rodrigues, é vice-presidente da associação. Ele é muito atuante no que diz respeito aos compromissos da associação, participa dos encontros, discute estratégias de resistência, convida os demais a participar.

A roça, a pesca, o extrativismo vegetal são os meios que José Grácio se apropria para tirar o sustento para ele e sua família. Ele conta também com o auxílio financeiro do programa federal bolsa família.

A situação social a qual o Sr. José Grácio está referido – desde muito cedo – é de conflito. Conflito que se apresenta a partir das formas que o território é entendido, onde lógicas de apropriação são contrapostas, onde o valor simbólico do território corresponde a sua própria construção enquanto quilombola. Enquanto o fazendeiro enxerga o território para fins lucrativos, em que seus interesses se referem apenas à aquisição de rendimentos. Os autodefinidos se relacionam com o território para além do plano material. É nesse sentido, que José Grácio explica as diferentes esferas do modo de vida em que o território se faz presente. Os conflitos no modo de uso do território acontecem para Acsehrad (2004) quando:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, pag. 26).

Essa diferenciação na forma de apropriação do território é expressa por todos os entrevistados. Esses conflitos que permeiam Cruzeiro são narrados por todos os que foram entrevistados, a preservação ecológica, as simbologias representadas no território se contradizem ao modo visto pelo fazendeiro. A territorialidade para os autodefinidos extrapola a esfera meramente econômica, o

território está em completa relação com a identidade específica e com o modo de vida. Para Almeida:

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. (ALMEIDA, 2009, p. 39).

Sabendo que a territorialidade tem significado singular para os agentes sociais de Cruzeiro. Dentro dos processos de luta para o reconhecimento do território por parte do Estado, José Grácio participou das ações que visavam resistir aos instrumentos usados pelo Fazendeiro Manoel Gentil que tentaram desmobilizar a luta política e reduzir o território que até 2008 era usada pelos quilombolas.

A Sra. Thereza Bittencourt conta que toda a sua geração familiar morou no território de Cruzeiro, ela observa que todos os conflitos que se intensificaram em 2009, são fruto de uma disputa desigual que ocorre desde o período da escravidão. No decorrer das disputas, muitos deslocamentos ocorreram e os agentes que lutam atualmente pelo seu território não vivem dentro dele. Thereza explica esse processo:

Pesquisadora: tu sabes de onde vem o nome Cruzeiro?

Thereza: eu não sei. Aqui era Guaraciaba que se chamava

Pesquisadora: tu moras aqui a quanto tempo?

Thereza: desde que nasci.

Pesquisadora: teus pais também moravam aqui?

Thereza: Assim, porque Cruzeiro é só um, agora quanto foi cercado, que foi tirado porque aqui era o povoado e lá era a terra onde se trabalhava.

Pesquisadora: Ah sim.

Thereza: aqui era Guaraciaba e lá eles chamavam de terra do Fernando Caraolho, **ai nós morava dentro do território, era na beira da estrada ainda, os mais velho tudo que morava aqui que já morreram mais da metade, tudo morava dentro, ai depois que começou um compra, outro compra, ai começaram tirar o pessoal de dentro, de dentro da terra.**

Pesquisadora: de dentro da terra... então essas mudanças ocorreram por conta de que?

Thereza: dessas compra e venda, vende e compra, compra e venda.

Pesquisadora: tu sabes como foi passando de um pro outro a terra?

Thereza: **o primeiro dono, justamente ele era meu tataravô.**

Pesquisadora: qual era o nome dele?

Thereza: João Furtunato Bittencourt

Pesquisadora: sabe quando ele adquiriu a terra?

Thereza: isso aí, justamente, eu não sei não. A gente não sabe assim, como foi que ele adquiriu, assim mamãe dizia que...que ele, como teve a mistura do branco com o negro e nesse época tinha aquele negócio de., como é que chama meu Deus do céu? de feitor né.

Pesquisadora: sim

Thereza: então tinha um senhor, ele era meu tataravô era filho das negra da mistura do Francês com a negra, entendeu?!

Pesquisadora: então seu tataravô era feitor?

Thereza: então, é... Quando ele morreu que eu sei que tinha esse negocio de feitor, que tinha um senhor chamado Ventura Reis, então quando foram morrendo os mais velhos meu tataravô, meu bisavô, porque eu não sei contar essa história, o documento, justamente dessa terra todinha aqui que era Guaraciaba, tudo era Guaraciaba, **então existe uma escritura velha que tá com 109 essa escritura já me disseram, eu não sei se é encontrado no processo do Incra, mas ela tava no processo. Então de lá pra cá teve uma documentação, ele nunca vendeu a terra pra ninguém, meu tataravô, João Furtunato Bittencourt nunca vendeu.**

Pesquisadora: sim

Thereza: quando eu me entendi eu dizia assim, é terra de Ventura Reis, então quando Ventura Reis vendeu pra Fernando Caraolho que não tinha nada a ver com Ventura Reis, **nessa época o lterma andava fazendo umas divisões de terra pro., como é que chama? então eles foram dando titulo, para alguns pequenos moradores, inclusive meu tio Bittencourt pegou um pedaço, justamente a turma de Farias aqui pegaro outro pedaço,** então foi tirado, então eles estaquiaram e dividiram pra algumas pessoa aqui, o lterma dando titulo.

Pesquisadora: e como ficou dividido o território?

thereza: só sei que ficou aquela parte lá que Ventura vendeu para Fernando Caraolho, então ficou essa grande terra lá que se chama fazenda Cruzeiro. então, Fernando Caraolho não tem nada em cartório também, **eles vendia lá era só pelo dinheiro.** (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada no povoado de Cruzeiro 13/06/2016). (*nossos grifos*)

Na narrativa da Sra. Thereza Bittencourt, ao resgatar os “**processos de transição**” dos que se diziam donos das terras, ela aponta que as mudanças dos sucessivos fazendeiros culminaram em deslocamentos dos que viviam dentro do território que é conhecido por eles como Cruzeiro.

Trazendo aspectos de como o território está intrinsecamente relacionado a própria construção da identidade dos autodefinidos, ressalta-se que quando a entrevistada aponta que “eles vendia era só por dinheiro” nota-se que para os autodefinidos o território que sucessivamente foi passado nas mãos de diversos “proprietários”, foge da lógica capitalista dominante onde em geral o dinheiro seria a forma de repasse para um bem privado. O território é percebido e apropriado pelos autodefinidos através do sistema de uso comum²¹. Esse sistema também colabora

²¹ Os sistemas de uso comum tornaram-se essenciais vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso à terra frente aos outros grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente afastados. Uma certa estabilidade territorial foi alcançada pelo desenvolvimento de instituições permanentes, com suas regras de alianças e sucessão, gravitando em torno do uso comum dos recursos básicos.[...] Para além da representação idealizada, destaca-se que estabeleceram uma gestão econômica peculiar, ou seja, não necessariamente com base em princípios de igualdade, mas, consoante diferenciações internas e interesses, nem sempre coincidentes, de seus distintos segmentos. (ALMEIDA, 2008, p. 145)

para construção da territorialidade, já que as áreas que podem ser usadas por todos podem demarcar limites.

Para a entrevistada, o território perpassa essa lógica de transferência nos moldes capitalistas, pois para ela o território é um instrumento de “(re)construção” de sua identidade e garantia de continuação física e social. Pollak (1989) aponta que a importância atribuída a determinados eventos orienta uma narrativa:

A despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de *leit-motiv* em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas relatos factuais. Por definição a reconstrução a *posteriori*, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. (POLLAK, 1989, p. 13)

A Sra. Thereza Bittencourt e também seus ancestrais (como narrado por ela) estão referidos ao território. Durante toda sua vida a Sra. Thereza Bittencourt mantém laços de pertencimento com o território de Cruzeiro.

A Sra. Thereza faz parte da associação quilombola de Cruzeiro e do movimento quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), sempre que convidada representa a comunidade em ocupações, eventos universitários e reuniões das unidades de mobilização, sejam estaduais ou nacionais. Esse fato aponta que a Sra. Thereza Bittencourt como uma das agentes sociais que atuam em defesa do território.

Dentro do território esta agente social já enfrentou diversos conflitos, seja com os fazendeiros que transitaram por lá, com o Estado na busca por reconhecimento ou com lavradores que também fazem uso do território em questão.

A primeira vez que tive contato com a Sra. Thereza Bittencourt, a situação social era tensa. Dadas às circunstâncias, a entrevista concedida por ela naquele primeiro momento, foi marcada por questionamentos que demonstrava o receio em tocar em alguns assuntos.

Esta agente social que tira parte do seu sustento do que produz na roça, está situada dentro de relações complexas, onde está ligada aos processos de resistência que visam à reprodução social da comunidade, mas também está inserida em relações próximas (com familiares e amigos) que se colocam em

oposição às lutas do grupo. Parte de sua família e amigos fazem oposição as demandas dos autodefinidos, se colocando favor dos interesses do fazendeiro.

A posição na qual a agente social se encontra vai situar a sua posição ao ser questionada, em determinados questionamentos, a Sra. Thereza Bittencourt manteve cuidado nas respostas, isso devido às relações na qual ela está circunscrita. Como já exposto anteriormente, a relação com esta agente, que ainda era bem recente e os laços de confiança que ainda estavam sendo construídos, também se sobrepôs em algumas respostas naquele momento.

Com todas essas observações que relevam como o processo de pesquisa não está dentro de uma neutralidade e de uma objetividade, onde os objetos de análise são seres falantes que se constroem e constroem suas representações da realidade, aponto que, fazer essa reflexão é me colocar e colocar os agentes referidos a sua posição no debate dentro da pesquisa.

Faz-se referência ao Sr. José Grácio e a Sra. Thereza Bittencourt com mais frequência, por que esses dois agentes sociais são os que desde o início da pesquisa se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa desenvolvida. Nesse sentido, suas falas são centrais no texto que aqui estou construindo, não que suas narrativas sejam tomadas como únicas, mas dentro do processo de pesquisa suas colaborações são pontuais.

Na pesquisa, alguns agentes sociais concederam falas bem pontuais, exemplo são as falas da Sra. Vâubia Rodrigues e a Srta. Wanessa Rodrigues, que são respectivamente, esposa e filha de José Grácio. Sempre que tentava estabelecer dialogo com as duas, elas me direcionavam AO Sr. José Grácio, pois acreditavam que ele poderia falar com mais propriedade sobre o que me interessava naquele momento. Em nenhum momento tentei estabelecer conversas que elas não se dispusessem a falar. No entanto, em alguns momentos onde a conversa era mais solta com o Sr. José Grácio, elas pontuavam algo sobre o que conversávamos. Esses momentos aconteciam em situações de mais espontaneidade, em conversas regadas a café e risadas, na cozinha de sua residência.

A Sra. Vâubia Rodrigues (autodefinida quilombola) não nasceu em Triângulo, mudou-se pra lá após casar-se com José Grácio, ela sempre aponta isso

como justificativa quando tento iniciar dialogo. Mas desde sua mudança para Triângulo tem participado dos processos de resistências.

A Srta. Wanessa Rodrigues (autodefinida quilombola), filha de José Grácio, atualmente é vice-presidente da associação de quilombolas de Cruzeiro. Esta agente social tem dezenove anos, situo isso porque em muitas vezes que dialoguei com ela, uma de suas justificativas para não informa sobre alguns assuntos era esse fator.

Já o Sr. Raimundo nonato, que reside em Triângulo, as entrevistas com esse agente social tem caráter dinâmico, os questionamentos sempre são respondidos com histórias de sua vida. Ao se tratar de alguns questionamentos sobre os conflitos que já haviam acontecido, seu Raimundo Nonato, sempre falava de forma bem rápida. Aparentemente, não se sentia confortável para tratar sobre isto. Já quando endossávamos a conversa falando sobre a roça, ele contava com alegria sobre sua produção. Nesta narrativa abaixo, o Sr. Raimundo refere-se a sua identidade quilombola:

Sou quilombola por que trabalho dentro das terras, eu tô chegando agorinha do cercado, da roça, nasci dentro dessas terras e vou morrer dentro delas. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada no povoado de Triângulo em 12/06/16).

A linguagem que cada um utiliza para expressar-se pode variar. Alguns dos entrevistados respondem apenas o que lhes pergunto, outros resgatam a memória para construir a história do grupo.

Assim como seus pais e avós nascidos e criados na comunidade, o Sr. Raimundo Nonato, constrói a si a partir da territorialidade e das relações com os que também estão referidos ao território.

Dentro do processo de transição dos ditos donos do território, assim como outros, o Sr. Raimundo Nonato trabalhou a partir da prática denominada de foro, que acontecia na comunidade. Passou por expropriação da terra, foi quando começou a colocar sua roça no quintal de sua morada.

Seu Raimundo Nonato que é autodeclarado quilombola, compõe a associação quilombola de Cruzeiro, acompanha todas as decisões tomadas dentro do grupo autodefinido.

Dentro dos processos reivindicatórios e de resistência - como os barracões, as retomadas, a plantação sistemática das roças de forma coletiva (mesmo estas sendo destruídas sucessivamente a mando do fazendeiro Manoel Gentil) seu Raimundo não participa efetivamente. Dentro dos autodefinidos, observo que as estratégias de resistência podem variar de agente social para agente social.

Os agentes sociais de Cruzeiro denotam os laços com o território a partir de um passado que está vivo, onde as memórias e saberes passados de geração para geração estão relacionados com a antiga fazenda de engenho que é chamada de Cruzeiro. Sr. Raimundo explica que:

O do Cruzeiro tem há muitos anos, eu já achei assim, mas num era aquele povoado não, não é lá. **O Cruzeiro era lá na fazenda velha, lá foi fazenda de lavoura e de cachaça, de açúcar e de mel.** Aí foram se mudando quando começou passar essa estrada aqui, por que era outra estrada. Aí depois que construíram aqui muitas pessoas se mudaram, hen hein, tá vendo? Aí botaram o nome lá de Cruzeiro mas não tem nada de Cruzeiro. **Cruzeiro que chamava era da casa de engenho.** (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada no povoado de Triângulo em 08/04/2016).

Outro fato que o Sr. Raimundo Nonato narra é que a mudança de alguns moradores da antiga fazenda deu-se pela construção da BR-MA 014. Nesse contexto, ocorreu o processo de criação de povoados que ficam as margens da BR.

O Sr. Raimundo Nonato atualmente é aposentado, além da roça que é colocada por ele todos os anos, ele tira seu sustendo de seu comercio e da aposentadoria. Atualmente sua roça é colocada individualmente, ele explica que por conta da destruição das roças que eram colocadas coletivamente, ele viu na roça individual uma possibilidade de colher de fato o que plantava. A insegurança de não conseguir colher, fez com que ele colocasse sua roça no fundo do seu quintal. Isso demonstra maneiras de resistir que se expressas nas estratégias para que mesmo em um ambiente de conflito, seu modo de vida seja mantido.

A roça, que será analisada no capítulo seguinte, com mais detalhes, não se restringe apenas ao que é produzido na terra ou as áreas de plantio, ela extrapola essa noção. A roça se manifesta nas relações de troca de alimentos, nas festas que são feitas a partir disso, nas relações de solidariedade e companheirismo que através dela são firmados e fortalecidos.

Já Sr. Luís Alberto se mudou para o povoado centrinho ao casar-se, onde mora a mais de vinte anos. Ele nas entrevistas relata que precisa a todo o momento se posicionar diante de muitos de fora da comunidade que negam sua identidade.

O Sr. Luís Alberto ao relatar que não tem laços de consanguíneos com algumas famílias que ocupam o território nos aponta que a identidade não perpassa somente pelo critério de laços consanguíneos.

Por se autodefinir como quilombola, e não se enquadra em antigos critérios que ainda são reconhecidos pelo senso comum como legitimadores da identidade, como origem, cor de pele e laços de consanguinidade, o Sr. Luís Alberto está sempre demarcando sua identidade quilombola pelos laços de companheirismo construído com os demais agentes sociais, por reconhecer a territorialidade como parte de sua história de vida, pelo modo que se relaciona com o território e seus amigos e companheiros de luta. Assim, observa-se que é na afirmação identitária que estes agentes lutam pela garantia de seu território. Segundo Almeida:

O fator étnico aparece como o componente que assegura a garantia de titulação definitiva das terras. E é a partir dele que o grupo social se reestrutura e consolida sua identidade coletiva em confrontação com seus tradicionais antagonistas, ou seja, os grandes “proprietários” fundiários que usurparam suas terras. (ALMEIDA, 2011, p. 53).

Partindo da perspectiva de Almeida (2011), percebe-se que na comunidade Quilombo de Cruzeiro, muitos agentes se constroem a partir dessa confrontação com seus opositores, ou seja, é na fronteira que a identidade é proferida para demarcar seu pertencimento e direito ao território.

Relembrando o que o Sr. Luís Alberto de Melo relata no segundo trabalho de campo ao falar que “Tem gente que chama a gente de “carambola” pra dizer que a gente tá é inventando, é assim que eles chama” (Sr. Luís Alberto, entrevista realizada no povoado de Centrinho em 10/04/2017), esta fala dele demonstra que a noção do que é ser quilombola para os de “fora” está associada a uma visão essencialista, onde só a identidade não basta para legitimar o fator étnico.

O Sr. Luís Alberto, por não está no território desde seu nascimento, por não ter laços de consanguinidade ou até mesmo pela sua cor da pele é questionado pelos de fora sobre sua identidade. Essa situação onde o outro nega sua identidade, faz parte de um campo de luta, onde Luís Alberto está necessita a todo momento demarcando seu pertencimento face as tentativas de deslegitimação.

Este agente social, durante todas as estratégias em defesa do território se manteve ativo. Faz parte da associação quilombola de Cruzeiro, e dentro da associação debate regras e estratégias para a manutenção da coletividade.

O Sr. Luís Alberto, é um dos agentes sociais que indicam que os critérios identitários, extrapolam as classificações feitas pela antropologia clássica. O pertencimento é denotado pela autodefinição e pelo reconhecimento dos demais autodefinidos de seu pertencimento, esses fatores identitários são reforçados na fronteira, portanto, como aponta Barth (2000): “as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias. (BARTH, 2000, p. 26).

Alguns dos demais agentes que irei explicar ainda nesse tópico, a relação ainda é de aproximação e não está tão solidificada para uma descrição circunstanciada como feita com outros agentes sociais.

Os agentes sociais que não se autodeclaram quilombolas, mas sim como lavradores, e que compartilham o território para fins produtivos e que também mantêm relação simbólica com o território, pouco responderam ao serem questionados. Como já situado no início, à aproximação com esses agentes é complexa, devido aos conflitos que ocasionaram uma divisão dos que antes vaziam parte da associação quilombola.

O Sr. José Silva (nome fictício) do povoado de Cruzeiro, a Sra. Maria Rosa do povoado de Triângulo e a Sra. Rita Diniz do povoado de Triângulo, dentro do campo de disputa pelo território, e provavelmente por questões estratégicas para continuar a usufruir do território, não demarcam sua identidade enquanto quilombola.

Isso dar-se-á devido a restrição de parte do território. Com isso, as áreas para plantios foram reduzidas e muitos agentes sociais, para continuar a usar da parte cercada pelo fazendeiro decidiram não se autodefinirem enquanto quilombolas.

Possivelmente, por imposição do fazendeiro, estes agentes sociais preferiram não manter relação com a associação quilombola e se mantiveram fora dos processos de luta travados pelos autodeclarados em defesa do território.

Com o documento provisório de compra e venda do território em seu nome desde 2009, o fazendeiro Manoel Gentil cercou parte do território. O impedimento do

usufruto do território além da cerca se deu através de ameaças e intimidação. Foi desde 2009 que a luta pelo reconhecimento frente ao Estado iniciou-se, ela emergiu juntamente com a intensificação dos conflitos.

Aponta-se o fato acima, para dizer que, nesse conflito de interesses, os que se posicionaram contra a luta pelo reconhecimento do território, tiveram mais facilidade de continuar a usufruir do território cercado pelo fazendeiro. Mesmo sem coletar muitas entrevistas com os que mantiveram relação com o fazendeiro, através dos depoimentos de diversos agentes sociais que se autodefinem quilombolas, analiso que isso foi uma estratégia por parte do fazendeiro para criar conflitos internos e gerar desavenças entre os distintos agentes que estão referidos ao território.

Os três agentes citados anteriormente, o Sr. José Silva (nome fictício) do povoado de Cruzeiro, a Sra. Maria Rosa Silva do povoado de Triângulo e a Sra. Rita Maria Diniz, do povoado de Triângulo), se disponibilizaram a conceder entrevistas, porém ainda se mostram intimidados com a figura de uma pesquisadora. Principalmente, por saber que diversos autodefinidos quilombolas dialogam comigo. O momento social que tentei aproximação talvez tenha repercutido na postura desses agentes, pois há pouco tempo havia saído em diário oficial a titulação do território requerido pelos autodefinidos. Esse fato tem gerado desconfiança aos que não se autodeclararam quilombolas. Durante diálogos, cheguei a ser questionada sobre a possibilidade de advogar para a associação quilombola.

Nesse sentido, essa notícia gerou uma dinâmica social onde os agentes que se relacionavam com o fazendeiro buscavam uma aproximação com os quilombolas naquele momento. A tentativa de aproximação revela que os que não se definem enquanto quilombolas se apropriam de estratégias sociais nas relações para continuar a usufruir do território. O ambiente dinâmico que circundava o social propiciou conversas mais abertas com alguns agentes, no entanto com outros o diálogo fluía pouco, no caso, os que não se posicionavam favoráveis as lutas dos autodefinidos os diálogos são fechados.

Os agentes sociais Sra. Rita Maria Diniz, Sra. Maria Rosa Silva e Sr. José Silva produzem no território, mantém relações sociais com os autodefinidos, porém

não fazem parte da associação e no campo de disputa pelo território, usam de estratégias para que seu modo de vida e meio de sustento não seja usurpado.

As expropriações sofridas pelos quilombolas através das ações do fazendeiro que cercou parte do território destruindo sistematicamente os locais de plantio, forçou os agentes sociais a buscarem novas formas de se reproduzirem.

Com os novos investimentos de pesquisa de campo, pode-se dialogar com quem em um primeiro momento não pude ouvir, como o Sr. Catarino dos Santos Costa (Santinho), que não se encontrava em triângulo em 2016 por conta de sua posição de liderança que motivou ameaças constantes naquele ano.

O Sr. Catarino Costa, desde sua adolescência assumiu uma posição de resistência. Atualmente ele é presidente da associação de quilombolas de Cruzeiro/Triângulo e toma postura de direcionar estratégias e promovendo o estreitamento dos laços que dão coesão ao grupo.

Em uma das reuniões que pude participar, o citado agente social apresentava estratégias e regras para que o grupo se manter unido. Naquele momento, ele apresentava normas que deviam ser seguidas ao se tratar do uso do território. Esse momento demarcou que a representação formal do grupo se materializava em Catarino, não que os outros não tivessem voz ou não pudessem se auto representar, mas formalmente essa posição de representação da comunidade se expressava no Sr. Catarino dos Santos.

O Sr. Catarino dos Santos nasceu em Triângulo, assim como seus pais. É coordenado do Movimento quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), e já atuou na Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O Sr. Catarino relata que à sua luta não tem o apoio de toda a família, isso porque as figuras de liderança geralmente são marcadas, e sofrem frequentes ameaças, ele informa que nesse jogo em que a liderança muitas vezes impulsiona os demais agentes, existem tentativas de suborno, mas em suas palavras “se uma liderança se vender, é trair a si próprio” (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em 08/04/ 2017). Essa narrativa demonstra que os processos de resistência, fazem parte do que constitui a existência desses agentes sociais, então deixar de resistir é deixar de existir. Na entrevista abaixo, ele narra que desde 2009 ocorreram processos restritivos por conta do conflito.

Lutei trabalhando com meu avô dentro do território do Cruzeiro, plantando roça, plantando milho, feijão, arroz. De lá pra cá me adaptei mesmo diretamente no serviço na lavoura, até mesmo **tenho uma paixão tão imensa pela terra**, quem a sabe o valor que a terra tem não destrói, antigamente destruía a natureza de modo predatório, não sabia a utilidade que tinha para a vida do ser humano, **mas a gente usa da melhor maneira possível, preserva da melhor maneira possível.** (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada no povoado de Triângulo em 08/04/2017).

O Sr. Catarino Costa, que entende que a luta quilombola é uma luta política, onde o mundo é percebido de modos diferentes²², observa que no caso particular de Cruzeiro, onde se concebe o modo de vida e o modo de entender a territorialidade de forma diferente dos que a concebem apenas como geração de lucro. Ele entende que os frutos da resistência não são permanentes e imediatos. O Sr. Catarino Costa narra que “essa luta que eu estou fazendo hoje não é pra mim, eu já tenho filho, essa é a herança que eu vou deixar pra eles”. (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 08/04/2017).

O Sr. Catarino Costa, atua com efetividade para que direitos da comunidade sejam efetivados, mas, além de sua atuação como liderança em Cruzeiro, este agente dialoga com outras realidades que lutam para a efetivação de direitos. Essas relações funcionam como uma rede de apoio e luta, onde essas comunidades se unem para fortalecer-se, é o que Almeida chama de “unidades de mobilização”.

O Sr. Leonel Viegas que vive dentro do território, é formado em história pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e há quatro anos mora dentro do território. Este entrevistado relata que já acompanhava o movimento por fora, e quando se mudou para o território, segundo ele “superou a ideia equivocada que tinha do movimento”. (Sr. Leonel Viegas, entrevista realizada em 09/04/2017)

O Sr. Leonel Viegas fala que Cruzeiro se mostra muito forte na luta, ele contribui ao trabalhar “incentivando as pessoas a permanecerem no território,

²² Inspirado em Rancière em seu livro *O Dissenso* (1996) em que reflete a percepção de mundos visíveis que podem modificar a ordem de dominação. Entendendo que existem “detentores da fala” e aqueles “detentores da voz”, que diz que os primeiros sendo aqueles que têm suas demandas ouvidas, entendidas e entendidas, e os outros, tem suas práticas e verbalizações, ecoadas como “ruídos” manifestados irracionalmente, que não detêm de legitimidade, sendo assim, desprovidos de qualificação, considerados “não-contados”. (RANCIÈRE, 1996, p.35)

através de diálogo que esclarece o que é a luta quilombola, a gente faz um trabalho em defesa da associação [...]. o processo é chamar atenção e empoderar as pessoas sobre seus direitos, se você tem quatro, cinco, seis gerações que vivem e trabalham nesse território, esse território é teu por herança. (Sr. Leonel Viegas, entrevista realizada em 09/04/2017)

O Sr. Leonel Viegas é vice-presidente da associação quilombola de Cruzeiro/Triângulo, membro atuante no que diz respeito à mobilização dos agentes sociais, a organização das estratégias, como professor faz um trabalho de divulgação nas escolas da luta quilombola, além de em reuniões intermunicipais propor medidas no sentido de que haja uma formação específica para as comunidades quilombolas, especificamente, a Comunidade Cruzeiro.

Já a Sra. Deuziane Pereira da Silva do povoado de Triângulo é “nascida e criada” dentro do território, se autodefine quilombola, membro da associação quilombola de Cruzeiro, mulher, mãe de quatro filhos, trabalha e mantém vínculos simbólicos e materiais com o território.

Esta agente social em meio aos diversos conflitos que vem vivenciando ao longo dos anos sofreu um despejo forçado a mando do fazendeiro Manoel Gentil, teve todos os moveis de sua casa destruídos. Essa ação foi estrategicamente pensada para que a Sra. Deuziane Pereira deixasse o território, já que ela é uma das poucas associadas que vive na territorialidade.

A Sra. Deuziane Pereira afirma que a luta quilombola pra ela consiste na colaboração mútua, no respeito com os companheiros, ela narra que:

desde nascença eu já me considero quilombola, desde nascença. A partir do momento que meu pai, que hoje tem 67, e ele veio pra cá tinha 9, 10 anos, e ele veio trabalhar, casou trabalhando dentro dessa terra, trabalhando ele, os irmãos, a mãe dele, porque os meus avôs também trabalhavam nessas terra [...] **porque muitos acham que quilombola é descendente de escravos, mas não é isso, eu considero quilombola é a forma como é a tua convivência no território, conforme o teu trabalho, a tua contribuição, e a minha contribuição é participativa, participo das reuniões eu procuro tá o máximo de presente, e prestativa nas reuniões,** tiver uma viagem e não tiver ninguém pra ir eu me disponibilizo, contribuição eu não sou aquela de contribuir o melhor, mas eu dou meu jeitinho de contribuir, e respeitar os membros os sócios, seja eles quem for”. (Sra. Deuziane Pereira da Silva, entrevista realizada em Triângulo em 09/04/2017).

Assim como os demais agentes sociais, a Sr. Deuziane Pereira está referida a uma lógica no campo de forças onde as estratégias tem que serem pensadas coletivamente, tendo em vista que no que se refere às formas de apreensão do capital econômico e político seu opositor leva vantagem.

A Sr. Deuziane Pereira é consciente de que na disputa pelo território, existem riscos para sua própria vida, porém resistir é uma maneira de reforçar sua própria existência e sua identidade singular onde sua posição também tem poder de reação.

O Sr. Raimundo Nonato Rodrigues, que se autodeclara quilombola, é pai, tira seu sustento e o da família do que cultiva no território. É membro da associação quilombola de Cruzeiro/Triângulo, participou dos processos de retomada e de resistência em defesa do território. Com a palavra, seu Raimundo explica que:

Na verdade, eu nasci e me criei aqui dentro, meus pais e meus avós foram nascidos e criados aqui dentro do território, certo? Eu sou da terceira idade (fala isso fazendo referência à geração a qual pertence), **a minha convivência é trabalhar dentro do território de lavoura mesmo, que eu sou ruralista, e daí pra frente eu me decidir ser um quilombola, porque minha atividade é essa, a partir da relação de criar, cuidar e cultivar na terra eu sou quilombola**, então com certeza, sem dúvida, esse é meu lado, é nesse daí, **a minha criação é essa, é me manter do que planto**, pra eu me manter, porque eu vivo é da roça, num é. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em 10/04/2017).

O Sr. Raimundo Nonato Rodrigues é um dos agentes sociais que afirma sua identidade a partir da relação de produção no território. Como já apontado aqui anteriormente, entende-se que a produção está em relação com outros aspectos da vida social. Este agente social entende que sua vida depende da manutenção territorial, por isso defende e resiste na territorialidade.

Em uma das reuniões na qual participei, O Sr. Raimundo Nonato ao ser convocado para participar de um encontro regional de povos e comunidades tradicionais, explica há sua maneira que não poderia ir. Pois devido a sua dificuldade com a leitura e escrita. Seu Raimundo coloca que numa espécie de metáfora que “Sua contribuição é igual um balde com a torneira ligada, uma hora a água vai começar derramar, nessa hora ele sabe que só pode ir até ali”. Ele remete isso a sua pouca formação escolar que dificultaria sua comunicação no encontro.

Esse trecho também pode ser levado em consideração para entendermos que os agentes sociais sabem que tem poder de enfrentamento, mas também sabem de suas limitações determinadas pelo próprio processo de expropriação que esses agentes sofreram ao longo dos anos.

O Sr. José Domingos reside no povoado de Cruzeiro, é homem, se autodeclara quilombola, tem sessenta e cinco anos, é aposentado. Este agente social relaciona a sua história de vida a história das lutas coletivas. Ele ao situar seu pertencimento, diz que “nasceu e se criou no território”.

O Sr. José Domingos é integrante da associação quilombola de Cruzeiro/Triângulo, participante de todos os processos de resistência em defesa do território de e de sua própria existência.

Ao apontar sobre sua identidade quilombola e que sua idade e condição de aposentado poderia lhe proporcionar um distanciamento dos processos de luta, Domingos fala que:

Eu não tenho vergonha daquilo que eu sou, eu tenho vergonha de mata e rouba, mas eu vendo que eu tenho direito; eu sou aposentado, mas eu **continuo com meus companheiros, não vou deixar enfraquecer nada, porque na hora que nós enfraquece, fortalece o fazendeiro**. (Sr. José Domingos, entrevista realizada em 09/04/2017).

Ao tratar de sua identidade, o Sr. José Domingos a ver relacionada com os processos de resistência, as vivências referidas à territorialidade e aos laços de companheirismo que são firmados dentro da comunidade.

Pensar as posições sociais, e entender que essas posições estão em relação com o que é emitido pelos agentes é compreender que as falas partem de pontos, de posições, de relações. Trazer esses aspectos dentro do processo de pesquisa é evidenciar que a pesquisa não é algo que se apreende de forma neutra ou fora das relações. Tudo exposto até aqui é uma tentativa sistemática de refletir acerca da construção da pesquisa, como algo que nunca está pronto e acabado, mas como algo que se repensa e se (re)constrói incessantemente.

Após pensar sobre os agentes, no tópico seguinte, irei fazer uma reflexão sobre como o objeto está sendo construído e o que pretendo investigar no decorrer da pesquisa.

1.3 Refletindo a construção do objeto, os procedimentos metodológicos e a problemática da pesquisa

Construir o objeto que se estuda é ter em mente que essa construção é contínua. Pensar em como a identidade dos agentes sociais de Cruzeiro é construída, refletindo sobre seus saberes, práticas, religiosidade e como em meio aos conflitos criam-se estratégias de resistência é o análise central no estudo dissertativo.

“A construção do objeto, sem dúvida é a operação mais importante e, no entanto, a mais completamente ignorada [...] (BOURDIEU, 2012, p.23). No que Bourdieu (2012) ressalta sobre a importância da reflexão sobre a construção do objeto, tentou-se discutir como foi o processo de construção do que estou estudando. Assim, refletir sobre a construção do objeto é pensar no que se vai pensar, é pensar também em quais problemas pretende-se responder na pesquisa.

O processo de construção do estudo está relacionado às análises em momentos diferentes nos quais realizei pesquisas de campo. Segundo Bruyne, Hрман e Schoutheete: “o objeto científico não é transcendente ao processo da pesquisa que o visaria como algo de fora, ao contrário, ele é esse processo de pesquisa concretizado”. (BRUYNE, HRMAN E SCHOUTHEETE, 1991, p.49).

Bachelard assinala que “O espírito científico deve formar-se enquanto se reforma” (BARCHELARD, 1976, p. 29) a partir de suas contribuições ao pensar sobre espírito científico que na pesquisa, buscou-se entender os processos de reformulação e de novas interrogações sobre o objeto. Estas reformulações e novas problematizações ocorreram porque as modalidades de percepção mudaram no que se refere ao momento monográfico e agora no dissertativo.

Na graduação, mais especificamente no final do curso, quando construía o trabalho monográfico busquei refletir sobre os conflitos, e mesmo durante este processo o estudo passou por sucessivos retoques, que faz parte da própria dinâmica de transformação da construção do conhecimento científico. Com o amadurecimento intelectual que o curso de Pós-Graduação me proporcionou, e com a possibilidade de expansão da pesquisa, vejo que a reflexão neste momento deve trazer problemas mais elaborados para a discursão. A elaboração desses

problemas, não foram feitas a priori, mas a partir dos investimentos em leitura e em novas pesquisas de campo.

As pré-noções que nem mesmo os pesquisadores estão imunes, pois também fazemos parte do mundo social é algo que busca se romper na prática de repensar seus métodos, práticas e o próprio objeto. Desse modo, refletir sobre como se (re)constrói o objeto de estudo é uma forma de romper com o que é pré-construído.

Na monografia, o que foi apresentado como discursão principal foi como esses agentes sociais referidos a um território específico se organizavam socialmente. Já os conflitos e mecanismos de resistência foi discutido de forma menos plausível, o que me levou no contexto da Pós-Graduação buscar refletir de forma mais rigorosa acerca dos conflitos e das estratégias de resistência.

Na Pós-Graduação ocorreu uma reformulação da proposta de estudo, com base no acesso de novos instrumentos de análise que proporcionou um olhar mais crítico para construir uma descrição reflexiva. Assim, a reflexão sobre os conflitos e estratégias de resistência em Cruzeiro emergiram.

Como assinalado, o estudo monográfico se ateve a analisar como os agentes sociais se organizavam socialmente, o conflito ficou como debate subjacente. Não estou tentando aqui pensar a pesquisa de forma fragmentada, demarcando dois momentos, pois entendo que pesquisa é processo. Faz-se a observação sobre o período que estive empenhada na construção da monografia para situar essa desarticulação do objeto de estudo que ocorreu com o ingresso do mestrado. Para Bachelard (1996) “essa desarticulação torna possível movimentos úteis” (Bachelard, 1996.p. 25). É justamente pensando nessa desarticulação, proporcionada pelo crescimento do pensamento no contexto do mestrado e por novos investimentos no campo empírico que refletirei sobre o acesso a novas reflexões.

1.4. A construção de novas reflexões no contexto da Pós-Graduação

O acesso às novas reflexões intelectuais na Pós-Graduação facultou que novos problemas fossem analisados na pesquisa. Essa prática de problematizar

situações sociais e colocar para reflexão as realidades em questão evidencia que o conhecimento científico é dinâmico.

Esse caráter dinâmico pode ser visto quando se pensa sobre conceitos como “quilombo”, “território”, “conflitos” e “comunidade”. Os citados conceitos podem ser pensados também como referidos a uma disputa onde as diversas áreas do conhecimento lutam para legitimar sua construção.

Na construção social dos conceitos percebe-se que muitos são usados de forma dicotômica para legitimar práticas que favorecem a manutenção do sistema capitalista. Esses critérios automáticos e ultrapassados estão referidos a uma tentativa racional de legitimar as práticas de destruição e extração de recursos naturais a quais esses povos e comunidades tradicionais estão referidos.

Pensar sobre os critérios que tentam esquematizar uma dualidade que explique a realidade é colocar em questão as classificações que dão sentido a construção do mundo ocidental. Engendo esse debate porque no entorno do meu objeto de estudo os conceitos de território, quilombo, identidade são centrais. Esses conceitos são pensados como dinâmicos, pois a identidade, o território e o quilombo são construídos de formas específicas e podem variar de comunidade para comunidade.

Retomando a reflexão do processo de construção do objeto, observo que no âmbito do mestrado os problemas que foram levantados no processo de pesquisa (a partir de novas investigações no campo e de outras situações sociais observadas) são diferentes do contexto monográfico.

Para entender as problemáticas que circundam o trabalho dissertativo farei uma breve apresentação da situação social trazendo mapas²³ produzidos pelos autodefinidos. Faço isso para em seguida trazer as análises que se farão presentes ao longo do estudo.

²³ Os mapas ora apresentados, foram conduzidos por processos dinâmicos, que colocam os agentes sociais como detentores do conhecimento no processo de construção dos mapas. Conforme explicou João Pacheco (Pacheco, 2013, p.13) na apresentação do catálogo de povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social “são as discussões livres dentro das comunidades - e não o inquérito conduzido por funcionários governamentais apoiados em classificações arbitrárias e exteriores – que levam ao delineamento de estratégias políticas e identitárias bem como a definição de políticas de memória. É a própria comunidade local que se constitui como sujeito de conhecimento e ação política, funcionando também como comunidade argumentativa”. (Pacheco, **Soberania, democracia e cidadania**. P. 12-13 In: Catálogo nova cartografia social, 2013)

Os agentes sociais que estão referidos ao território específico encontram-se distribuídos por alguns povoados, estes agentes mantêm vínculos de produção, afetivos e simbólicos com o território. Os povoados nos quais os agentes estão distribuídos são: Cruzeiro, Triângulo e Centrinho. Estes agentes sociais estão referidos a uma territorialidade específica, em um campo de disputa pelo reconhecimento legítimo do território. Observe a narrativa abaixo:

Aqui foi realmente o povo que se mobilizaram pra fazer **a retomada**, porque realmente era o povo que vivia dentro dessas terras ai os fazendeiros chegaram e expulsaram, ali do triangulo onde a gente mora 100 metro pra cá passa a divisão do nosso território, cruzeiro ficava dentro, ai **o fazendeiro chegava e falava, oh vocês vão pra ali, aqui eu não quero ninguém, ai eles iam se mudando pra lá. Ai Triângulo a mesma coisa, empurravam a gente pra fora do território.** Ai foi quando chegou em 2009, porque a associação já vinha desde muito antes, só não tinha a documentação, não tinha orientação, a gente não sabia como mexer. **Ai o fazendeiro veio pra fazer fazenda de tudo aqui**, até desse lado onde a gente trabalha, em 2009. Inclusive eu morava lá naquele lugar que nós fomos, inclusive ele foi lá em casa pra mim trabalhar pra ele, aí eu convidei a turma; turma nós não vamos deixar, porque não é assim como ele pensa, porque ele comprou do Sebastião Murad sem documento, aí nós pegamos e começamos a reclamar, ele chegou apresentou um documento, depois tirou outro, mas nenhuma valia. (Sr. José Grácio, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

O relato do Sr. José Grácio nos apresenta como os conflitos eminentes, são desencadeados pela imposição de uma lógica que violenta o modo de vida e a percepção do território. Este trecho nos aponta como a associação emergiu como forma de disputarem legalmente a territorialidade, assim como, as estratégias das retomadas pelos autodefinidos e as ações do fazendeiro para desarticular os que estavam na defesa do território.

Já os deslocamentos forçados foram ocorrendo pela transição de pretensos proprietários que iam expulsando os agentes sociais do território reconhecido por eles. Mesmo com a negação de “estar” no território, os autodefinidos se constroem por ele. Seus conhecimentos e os elementos que constituem uma forma própria de se relacionar com a territorialidade específica foram descritos em croquis e mapas construídos por eles.

O mapeamento que é um instrumento de poder²⁴ foi uma possibilidade que emergiu de um diálogo que os agentes me colocavam como os mapas são instrumentos disputados no processo de reconhecimento territorial.

As disputas que existem dentro dos territórios, especificamente no de Cruzeiro, falo aqui das disputas de ideias, de espaços, de conhecimentos são expressas nas disputas pelos mapas. O Sr. Catarino Costa elucida como as forças disputando pelo reconhecimento do território delimitado estão dentro de um campo que é complexo, esses agentes sociais, no processo de titulação do território precisaram brigar com a entidade (INCRA) responsável por reconhecer e delimitar a área construída pela comunidade. Leia:

Essa aqui é a área que é nosso território, esse mapa foi que fez tirarem Lidiane daqui, porque quem diz isso é a gente, não pode vir antropólogo lá do INCRA e dizer que a nossa área é só 420 hectares, sendo que nós reconhecemos é 735. Eles acha que nossa área é só o lugar que a gente trabalhar e mora e não é assim, eu acho, eu acho não, eue tenho é certeza que é diferente. Porque é onde a gente vai pegar o babaçu, onde a gente vai pescar, tirar a juçara, então lá é que nosso. É esses lugares que tem que tá no mapa que é nosso território. E como não tem mais área de juçara e de burutizal aqui, a gente tem que ir em outros territórios pegar, porque se tivesse aqui não precisava ir né. (Sr. Catarino costa, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

O relato acima trouxe uma reflexão dentro da pesquisa para se elaborar um mapa. O mapa aqui apresentado foi construído pelos agentes sociais, todas indicações de lugares e símbolos incluídos foram propostas por eles. Esse instrumento usado auxiliara para elaborarmos um panorama das disputas e das representações construídas pelos autodefinidos. O mapa aqui representado aponta para a lucidez e consciência das fronteiras, ele indica como que o território é construído e os constroem esses agentes ao mesmo tempo.

Os locais sagrados, de pesca, de roça, de caça, de matas, de conflitos são identificados e nomeados por decisão autônoma dos que o construíram. Este conhecimento significa uma apreensão própria do território, que se constitui por

²⁴ O mapa é um instrumento de poder sobre os espaços e seus recursos: para os poderes coloniais, possuir a informação geográfica significava não somente afirmar a autoridade do poder pela exibição de seus domínios, mas também proteger as riquezas que eles continham, cuidando de que ninguém delas se apoderasse, nem das informações sobre elas.

elementos simbólicos. Delaria (1994) explica que “os lugares sagrados” e suas identificações representa uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado

Os mapas intitulados como a “**território étnico da comunidade quilombola de Cruzeiro**” e “**área de sociabilidade dos agentes sociais de Triângulo**” nos dar a visualização de como é representado os espaços. Esse olhar sobre como se construiu o território em Cruzeiro, nos dará elementos para analisarmos os próximos capítulos.

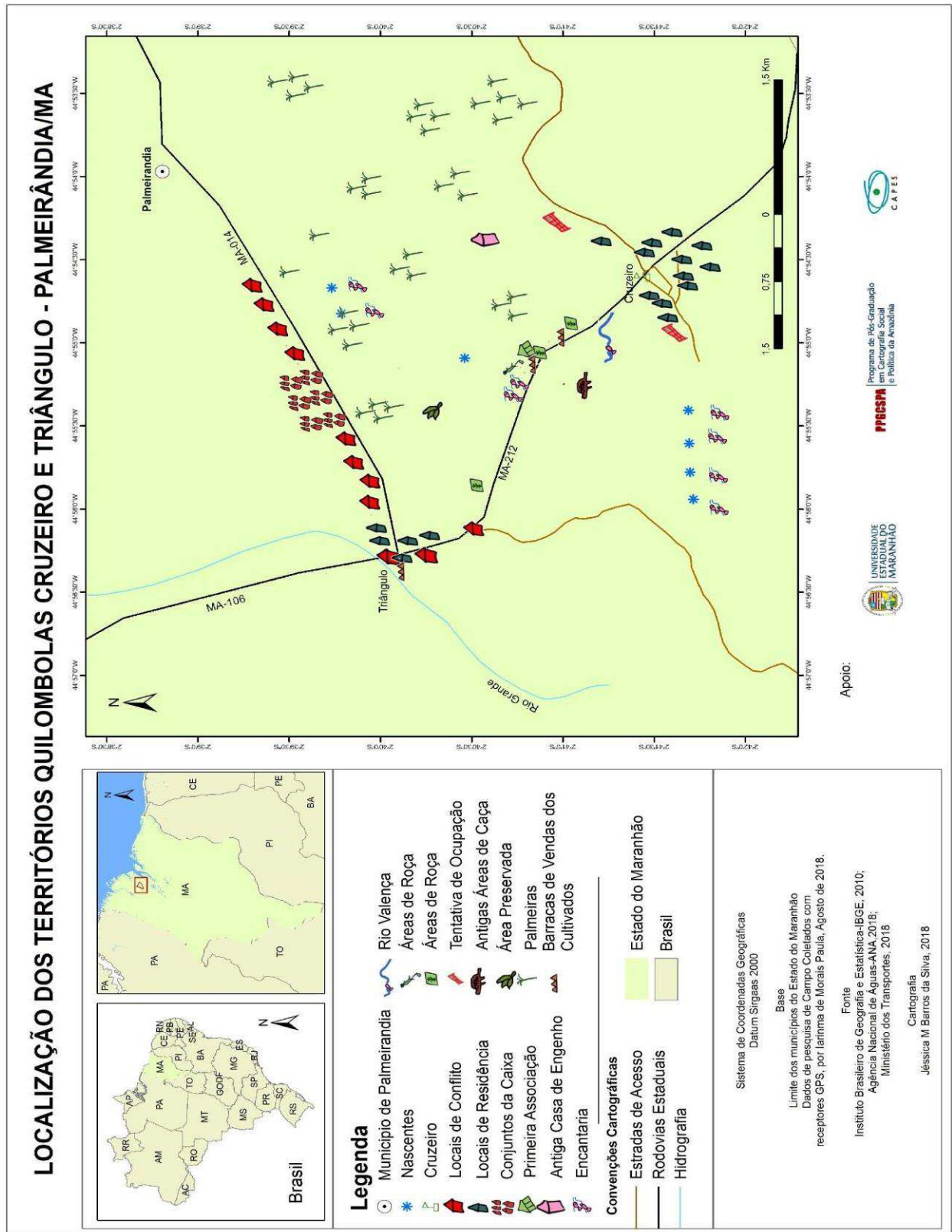
Desde como foi pensado a elaboração do mapa na pesquisa - a partir de uma disputa com o Estado para se incluir o que se requeria pela comunidade como território de Cruzeiro – até todo o processo de construção, trazendo os agentes sociais (incluindo crianças) para identificar locais e significados, dão aos mapas um sentido, não somente para pesquisa, mas para os agentes sociais que construíram.

O mapa dentro de um campo de disputa, emite uma palavra e uma ação, que movimentam o real. O mapa é uma tentativa de redefinição das classificações, é a incidência de mundos.

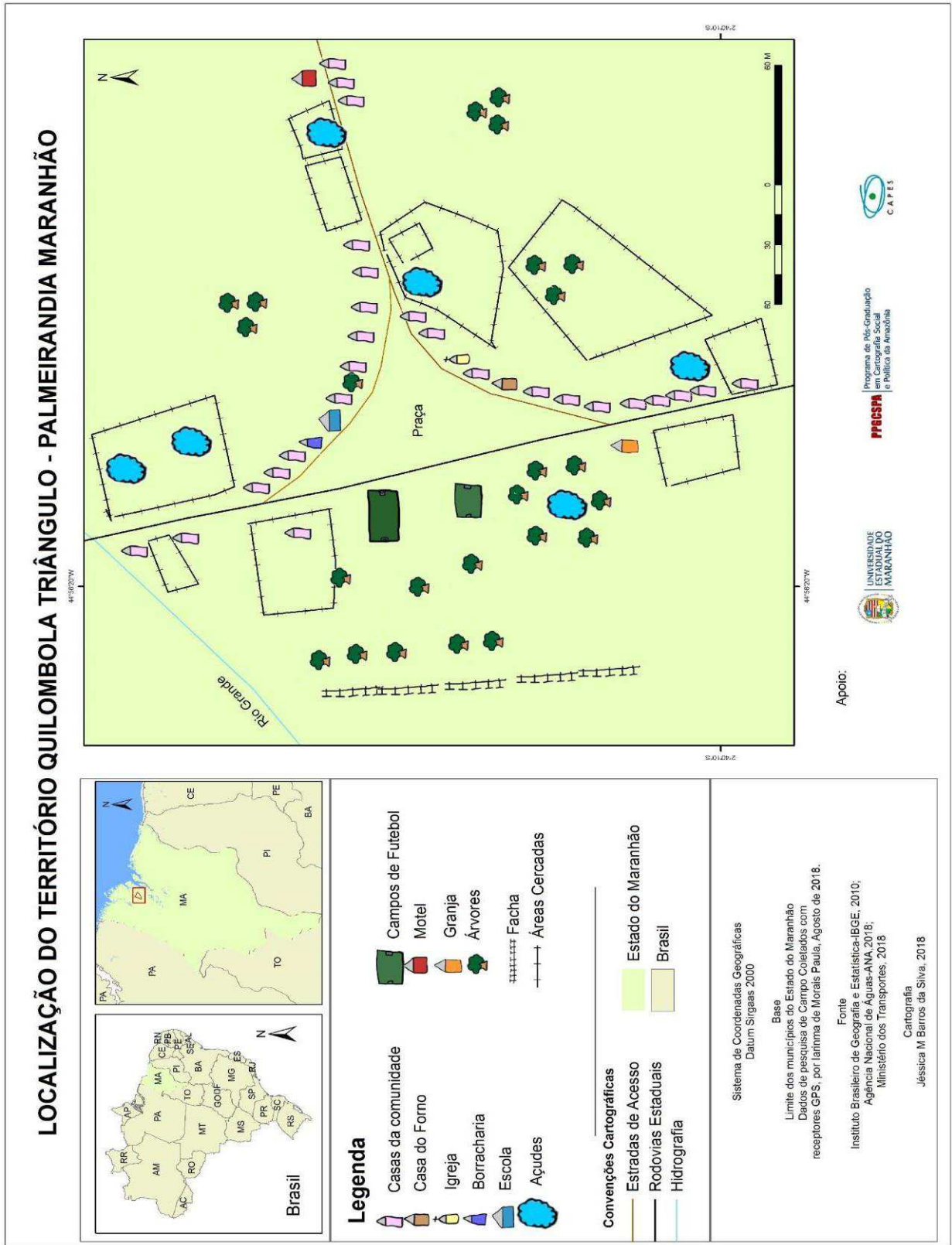
Portanto, os mapas a seguir trazem pontos referenciados pelos quilombolas de Cruzeiro, bem como, a representação feita pelas crianças sobre os espaços de convivência, no povoado de Triângulo (local onde estabeleci mais vínculos de confiabilidade com os agentes).

Leiam e identifiquem como estes mapas estão relacionados com as narrativas e com a memória dos que se constroem no território.

Mapa 1: território étnico da comunidade quilombola de Cruzeiro - Maranhão



Mapa 2: área de sociabilidade dos agentes sociais de Triângulo representada pelas crianças



Nos mapas acima, podemos perceber a dinâmicas de todos os elementos aqui descritos, como são intrinsecamente relacionados. O conflito social aparece na representação elaborada por eles na centralidade das relações.

Observa-se que os autodefinidos quilombolas que lutam pela titulação, não vivem no território requerido frente ao Estado. O fato se deu pelo processo de expropriação durante a transição de fazendeiros que se intitulam donos da terra. Aqui a Sra. Thereza Bittencourt fala da criação do povoado de Cruzeiro, que é onde ela reside atualmente. Na entrevista abaixo a Sra. Thereza Bittencourt explica:

Thereza: então na época de Fernando Caralho é que eu já fui me entendendo, então ele fazia canavial, a minha mãe esse pessoal mais antigo era escravas dele, porque todas elas cortavam cana no canavial dele, e todos nós morava dentro do território.

Pesquisadora: cortava ganhando alguma coisa?

Thereza: ganhava, uma diária, era mil réis nessa época, aí então tinha os carreiro, pessoal que trabalhava com ele, mas a gente entendia terra de Fernando, mas a gente não sabia., é por isso que eu falo, Fernando melhorou de situação, vendeu pro senhor de João Canela.

Pesquisadora: João Canela?

Thereza: isso, vendeu pro senhor de João Canela. ai que vem o documento de cartório de compra e venda, que comprou e vendeu já pra outro, foi que começou, mas sem o documento de escritura, chamada de cadeia dominial, justamente isso que nunca existiu, então de lá pra cá eles vem vendendo, João Canela, de João canela veio pra Betinho.

Pesquisadora: e quando esses fazendeiros estavam aqui vocês trabalhavam no território?

Thereza: João Canela que botou todo mundo pra fora.

Pesquisadora: vocês moravam e trabalhavam lá?

Thereza: era morava dentro e trabalhava dentro da terra. então cada pedacinho aí dentro nos sabia o nome de tudinho, os localzinho de Zemelo, Batiguaba, Rio da Valença, mata da Valença, cabeça de rio de Valença, um monte de nome. (Thereza Bittencourt, entrevista realizada em Cruzeiro em 10/04/2017)

Resgatando a memória, os agentes sociais apontam que a construção do território está atrelada a uma antiga fazenda cujo nome era Cruzeiro, as narrativas dos agentes sociais revelam que essa antiga fazenda produzia cana de açúcar, mel, algodão etc.

As novas experiências em campo, o diálogo com outros agentes, a dinâmica social me trouxe outras reflexões. As novas reflexões teóricas também contribuíram para perceber as situações sociais com novos olhares. As situações sociais encontradas a partir dos trabalhos de campo no contexto da Pós-Graduação me proporcionaram problematizar: Como as relações de pesquisa se deram? Quais

obstáculos se apresentaram no processo de pesquisa? Qual a posição de fala da pesquisadora e dos agentes sociais, como isso implica na pesquisa? Como esses agentes sociais se relacionam com o território? Como as experiências de conflito afetam a comunidade? Como a identidade quilombola está condensada com a luta política, econômica e de reconhecimento? Como o uso e apropriação do território são estratégias de resistência? Como os conflitos inviabilizam a reprodução social e física da comunidade quilombola? Como a restrição do território desestrutura o uso dos recursos e a forma específica que os agentes se relacionam com o território? Quais as dimensões dos conflitos Socioambientais? Quais estratégias de resistências os agentes acionam?

Essas problemáticas me permite uma reflexão mais elaborada das situações empíricas que estão sendo observadas na comunidade quilombola de Cruzeiro. Assim, a construção do objeto foi delineada a partir das situações sociais encontradas e das problemáticas levantadas ao longo da pesquisa.

Desse modo, nesse estudo analiso as estratégias de resistências que são experimentadas pelos agentes sociais em defesa do seu território específico. O estudo também prioriza o uso das narrativas dos quilombolas como método para construção da pesquisa.

Seguramente, esse trabalho se apoia em conceitos, para verificar que as experiências de conflitos em Cruzeiro inviabilizam à reprodução da comunidade.

Para tratar acerca das problemáticas, farei uma descrição aberta dos modos de apropriação do território, das práticas mantidas pelos agentes sociais para defesa e reprodução da vida social, dos saberes passados de geração a geração, de como se dá as relações com seus antagonistas e como se expressa as experiências de conflitos na comunidade e as estratégias de resistência.

Portanto, o presente estudo analisa como os agentes constroem sua identidade relacionalmente com as lutas políticas, visando o reconhecimento territorial e a reprodução social enquanto grupo étnico. Identificando as estratégias de resistência face ao conflito.

CAPÍTULO 2 - MODO DE VIDA: SABERES, PRÁTICAS, RELIGIOSIDADE E PRODUÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRO

“É que na roça eu sou doutor
Foi meu pai que me ensinou
Sei plantar e sei colher
Sem a terra “esmorecer”
Conhecimento passado de geração a geração
A roça é minha alegria
A roça é meu ganha pão
Nela me identifico, e por ela damos as mãos
É por ela que eu resisto, por ela e por meus irmãos

A luta tem sido grande pra plantar e pra colher
Fazendeiro vem destruindo querendo nos encolher
Mas do conflito surge algo novo, além da devastação
Surge a força coletiva pra defender nossa questão

As matas nosso tesouro, nossa “valência” de viver
Nela vive encantado, da água, da terra e do mato
Que ajuda a nos proteger

O peixe é nossa alegria, para além da alimentação
As mulheres são quem mais pescam e resistem a devastação
Nossas ervas e nossos matos alimentam e faz curar
Representam sabedoria de todos que vivem cá

O nosso conhecimento não é o mesmo que o seu
Mas não é mais e não é menos
Respeite eu peço pros meus

Nossa forma de existir necessita de resistência
A disputa territorial demanda força e vivência

Mas da terra eu não desisto
 Pois nela me identifico, ela é meu grito de resistência!”
 Doutores do mato (Iarinma de Moraes Paula)

Para pensarmos sobre o modo de vida próprio dos agentes sociais de Cruzeiro, é interessante fazer uma reflexão sobre algumas categorias de entendimento que “**(re)acenderam**” mediante a inserção dessas comunidades na constituição de 1988.

Assim, para pensarmos acerca da identidade quilombola é importante refletirmos sobre algumas categorias e como essas passam por um processo de ressemantização ao longo do tempo.

Para entendermos como se estabelece as práticas, saberes, produção dessas comunidades, particularmente a comunidade quilombola de Cruzeiro, faz-se necessário compreender algumas categorias de entendimento do pensamento antropológico.

Os processos de mobilização promovidos pelas comunidades foram indispensáveis para conquista de alguns direitos, exemplo disso, é o artigo 68 do ADCT que determina “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Diante dos textos que reconhecem essas comunidades e determinam a titulação de seus territórios surgiram alguns questionamentos.

Sobre o texto da constituição e o artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitória levantou-se o debate acerca da aplicação desses direitos que passou a depender do entendimento de quem são esses “sujeitos de direito” e sobre as categorias que levam o texto constitucional, como: quilombo, território e comunidade. Isso porque esses conceitos não podem ser aplicados de forma homogênea para todas as comunidades quilombolas.

A construção e reconhecimento dessa nova classificação externa²⁵ “comunidades remanescentes de quilombo”, está em relação com a luta política, por

²⁵ A classificação é externa, porque faz parte do texto jurídico, porém muitas comunidades tem classificações próprias como: “terra da pobreza”, “caboclos”, “pretos da santa” etc.

isso não podemos tomá-la como natural e sim como produto de lutas. Sobre as formas classificatórias, Bourdieu (1989) assinala que:

[...] o conhecimento do mundo social, e mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando a categorias de percepção desse mundo. (BOURDIEU, 1989, p.142)

Diante do artigo 68 que compete ao Estado o dever de titulação e que garante aos “remanescentes de comunidades de quilombos” a emissão do título definitivo do território, o conceito de quilombo passa a ser revisado pelo conhecimento antropológico.

O conceito de quilombo durante muito tempo foi tomado como algo estático e que representava apenas um agrupamento de negros fugidos. No entanto, essa visão cristalizada foi cedendo espaço para novas perspectivas do que é ser “quilombo”.

O “quilombo” traz uma carga de resistência no seu significado e esta categoria apresenta-se como uma construção social sendo que o seu conteúdo para o grupo pode variar de uma comunidade quilombola para outra, ou seja, a forma como o grupo interpreta o termo não é estática, podendo assim ter variações dependendo de como a comunidade se reconhece enquanto quilombola.

A ideia de “quilombo” como algo atrelado a negros fugidos no período colonial careceu de novos significados. Com a necessidade de reformulações para o conceito de quilombo, o debate se acende no campo antropológico.

A necessidade de reinterpretar o que sugere a definição de “quilombo”, porque as comunidades quilombolas em sua presencialidade não são o que foram no passado. Portanto, o conceito não pode está vinculado somente à ideia de fuga, na contemporaneidade, ele se apresenta com outros significados.

A partir do século XX novas formas de interpretar o significado de quilombo começaram a serem desenvolvidas – no meio acadêmico, jurídico e dos movimentos – essas recriações da categoria “quilombo” passaram a ser vinculadas com a ideia de resistência e de rejeição ao sistema de escravidão. Almeida elucida que:

A redefinição do conceito de quilombo se mostra assim como mecanismo de resistência “quilombo como possibilidade de ser, constitui uma forma mais que simbólica de negar o sistema escravista. É um ritual de passagem para a cidadania, para que se possa usufruir das liberdades civis. Aqui começa o exercício de redefinir a sematologia, de repor o significado, mantido sob glaciação ou frigorificado no senso comum erudito”. (ALMEIDA, 2011).

Com base na reflexão acerca do conceito de quilombo, nota-se que esse conceito atualmente tem sua compreensão relacionada com a ideia de resistência e negação de um sistema opressor.

A ruptura com antigos entendimentos do que é ser quilombo, nos faz refletir sobre como essas comunidades constroem sua identidade. Na comunidade quilombola de Cruzeiro, se pensa a construção identitária entendendo as diversas relações com a territorialidade que são expressas nas diversas esferas da vida social. É, portanto, na relação com a territorialidade e nos laços construídos entre os agentes sociais que a afirmação identitária emerge.

A base física que é considerada comum aos autodefinidos, está entrelaçada com outras esferas da vida social dos que compartilham essa identidade quilombola. Os saberes, a memória coletiva²⁶, os seres encantados que compõem o imaginário, como se produz na territorialidade expressão os laços de solidariedade e reciprocidade que existem entre os agentes sociais.

Esses fatores estão entrelaçados com a luta política e com a construção de uma territorialidade comum aos autodefinidos. Assim, o território, em seu significado, extrapola a noção meramente física. Desse modo, o território deve ser percebido como ferramenta de resistência. E por esse prisma, os grupos acionam seu pertencimento ao território como ferramenta de luta política.

Nas páginas seguintes, será apresentado aspectos da vida social em Cruzeiro. O que se produz na territorialidade, como se expressa as crenças religiosas, seus saberes e práticas, como os agentes acionam seu pertencimento. Essa descrição é feita para poder compreender como a identidade é construída e como as estratégias de resistências são efetivadas face às experiências de conflito.

²⁶ O termo é baseado em KESSEL quando denota que “A memória coletiva tem assim uma importante função de contribuir para o sentimento de pertencimento a um grupo do passado comum, que partilha memórias, ela garante o sentimento de identidade do indivíduo colocado numa memória compartilhada não só no campo histórico do real, mas, sobretudo no campo simbólico (KESSEL, 2011, pag. 03)

21. A roça como modo de vida: apontamentos da roça como garantia da reprodução física e social

No estudo sobre a *roça*, compreende-se seu significado como polissêmico, em que a sua noção extrapola a ideia meramente física do que há constitui. Assim, as atribuições dadas à roça pelos agentes sociais de Cruzeiro estão em relação com a afirmação identitária e a garantia do território construído por eles.

A *roça* é um elemento integrador que reforça os laços de solidariedade e reciprocidade entre os autodefinidos. Vários agentes sociais apontam a roça como critério para atribuir seu pertencimento. Assim a definição de *roça*, ultrapassa o espaço físico de plantação e se expressa na garantia de continuidade das relações sociais.

2.1.1 “Os caminhos da roça”: uso, cultivo e produção

A figura de linguagem sugerida no título “os caminhos da *roça*” é parte de uma narrativa do Sr. Raimundo Nonato ao descrever como ocorreram os processos de mudança nas áreas que se produzem os alimentos. Partindo da explicação de como se processa as etapas de produção, ele situa também os conflitos sociais e suas implicações na construção de novos arranjos no processo de produção dos alimentos.

Ao narrar, com muita empolgação como ele produz na territorialidade, explica que os conflitos ocasionam efeitos que modificam as formas que se dá o cultivo. Ele, por exemplo, abriu mão de produzir em sistema coletivo nas áreas de plantio²⁷, por medo de perder sua produção “eu fiz a roça aqui mais em baixo só com medo deles escangalharem também, eles escangalharam uma minha uma vez também”. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em 09/06/2016), isso por conta das ações deliberadas do fazendeiro que destruiu por diversas vezes as áreas de plantio coletivo, fazendo os que cultivavam perder toda sua produção.

²⁷ As áreas de plantio podem ser designadas de diferentes formas pelos agentes sociais como *roçados*, *capoeirinha*, *cercado*. Essas nomenclaturas definem as áreas que servem para produção de alimentos. O agente social Raimundo Nonato que capoeira “é que a gente trabaia, largo, ai passa pra outro mato, assim é que é. fazendo roçado. Essa áreas são caracterizadas pelas etapas de produção serem realizadas de forma coletiva, onde as relações de solidariedade e reciprocidade se expressão no processo produtivo.

No que diz respeito à produção, esta é parte necessária para reprodução física e social do grupo. Física porque é através dela que as famílias tiram seu sustento e social porque representa um dos espaços em que as relações sociais são garantidas e fortalecidas.

Os autodefinidos em Cruzeiro tiram seu sustento através da produção de roças, essas roças se fundamentam pelo preparo e manejo da terra de forma coletiva, ou seja, todos participam das etapas de produção dos alimentos no território. Abaixo as agentes sociais Thereza Bittencourt e Domingas Bertolha Rodrigues apontam que os processos desenvolvidos no cultivo de alimentos são feitos de forma coletiva.

Pesquisadora: e pra plantar como funciona?

Thereza: **planto todo mundo junto, cada dia planta o de um, assim que é.** Eu limpo o meu, fulano limpa o dele, mas **todo mundo na troca.**

Pesquisadora: e a colheita?

Thereza: **a colheita também funciona da mesma forma. a capina também da mesma forma, é todo mundo junto, agrupado.** (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada no povoado de Cruzeiro em 13/06/16).

Pesquisadora: vocês preferem plantar todos juntos, Domingas?

Domingas: **hurum, isso, porque fica só numa área. Fica melhor.**

Pesquisadora: quanto tempo você trabalha de roça?

Domingas: ah faz muito tempo, faz muito tempo, **comecei a trabalhar com papai desde criança e até hoje graças a Deus.** (Sra. Domingas Bertolha, entrevista realizada no povoado de Triângulo em 13/06/16).

Observe que as agentes sociais em suas falas demonstram o sentimento de solidariedade ao longo de todo o processo produtivo. E que em todas as etapas o trabalho é feito em sistema coletivo. A Sra. Domingas Bertolha Rodrigues, fala ainda que essa atividade é desenvolvida à bastante tempo por ela. A foto localizada a baixo mostra uma das áreas em que o roçado funciona no sistema coletivo.



Imagem 2: Sra. Domingas Bertolha fazendo o plantio de feijão

Fonte: autora, pesquisa de campo, abril de 2017

Destaca-se que o trabalho coletivo na comunidade de Cruzeiro gera práticas de reciprocidade e união da força de trabalho nos ciclos produtivos, esta prática solidária na realização das tarefas da roça visa alcançar um objetivo comum do grupo.

Nas áreas de plantio usa-se uma unidade particular para medir o tamanho das áreas dos que integram o grupo que produz em determinadas áreas: família/linha²⁸. A área a ser utilizada é escolhida de acordo com a quantidade de família, assim os lavradores entram no mato estabelecem o perímetro para cultivo, isto de acordo com as necessidades das famílias para a produção.

A produção no território não está descolada de outros aspectos como práticas e técnicas próprias que são passadas de geração a geração. Os agentes sociais investigados fazem a diferenciação de dois tipos de produção na colocada dos roçados: a revirada e a no toco.

As roças são feitas em áreas que a produção é feita de forma comunal, cada um que produz tem seu pedaço para a produção, mas as etapas são realizadas por todos. Essa estratégia de produção proporciona mais agilidade e é um mecanismo de defesa face as ações violentas do fazendeiro. Nesse sistema é usada uma unidade particular para medir o tamanho das áreas de cada um que integra o grupo:

²⁸ A linha é uma medida utilizada para dividir a terra pela quantidade de famílias e suas necessidades, uma linha corresponde em braças 25x25, em metros 55x55, em hectares 0,30.

família/linha⁸. A área a ser utilizada é escolhida de acordo com a quantidade de família, assim os lavradores entram no mato estabelecem o perímetro para cultivo, isto de acordo com as necessidades das famílias para a produção.

O sistema de roçados e como ocorre o manejo da terra ocorre de duas formas. A *roça revirada* que é a mais utilizada e a roça de “toco” que ainda é usada, mas vem diminuindo ao longo do tempo devido as transformações tecnológicas. O quilombola Raimundo Nonato explica acerca da plantação no *toco*.

Raimundo: Antes era só plantação no toco.

Pesquisadora: Como é a plantação no toco?

Raimundo: Tinha que mandar roçar, queimar e plantar, não revirar a terra

Pesquisadora: Ah sim.

Raimundo: Cerca era só passar o arame pra molde não entrar bicho passageiro.

Pesquisadora: Ah tá

Raimundo: A mandioca é eu pegando e plantando, quando eu rancar todinha a mais velha eu já planto tudo de novo, vou tirando uma vou botando outra, assim é que é.

Pesquisadora: A revirada que você fala é como?

Raimundo: A adubada, aradada. A de toco é queimada e plantada sem arada.

Pesquisadora: Entedi.

Raimundo: Eu ainda não tinha te dado essa dica. É porque a revirada tem que esperar, porque tem de revirar a terra, a terra quando revira botar de novo tudo só numa época e eu tô botando assim no toco, sem ser revirada. A mandioca da bom com a terra revirada né, mas também se você teve só aquele pedaço quando arrancar todinha, pra torna revirar pra plantar ai não pode fitar a mandioca, porque aqui tem aquele negocio de tirar uma carga ai quando você terminar de comer essa aquela que ficou já tá grande, tá vendo? É assim é que é.

Pesquisadora: então vocês deixam a mandioca na terra?

Raimundo: vai deixando, fica mermo crescendo, você entendeu?

Pesquisadora: sim. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em 12/06/2016).

Na narrativa, o agente social descreve uma prática que é feita na produção da mandioca. A prática é conhecida por ele por *fitagem*. O fitar da mandioca é uma prática que se deixa a mandioca guardada e crescendo na terra. O solo é nesse sistema de *fitagem* uma unidade de produção, que se transforma numa espécie de armazenamento natural da mandioca. Como apontado pelo agente Raimundo Nonato, após a farinha que é consumida acabar, esse processo de armazenamento *in natura* possibilita a retirada de mais mandioca para transformar em farinha. Por conta disso, alguns agentes sociais ainda preferem colocar suas *roças no toco*.

Nos espaços utilizados de forma coletiva é adotada a roça “revirada”, esta é caracterizada pela utilização de máquinas para arada, ou seja, mexer a terra, este processo possibilita a adubação da terra, no entanto, o plantio tem que ser feito em ciclos, onde a colheita é feita em um determinado período. A foto abaixo denota uma área usada no sistema de *roça revirada*.



Imagem 3: Áreas de *roça* no sistema de *roça revirada*
Fonte: autora, pesquisa de campo, julho de 2016

Esses espaços de plantios, são divididos em linhas e o representante de cada família se responsabiliza pelo processo produtivo, é importante dizer, que essa responsabilidade pelo espaço a ser usado para produção também fica sob controle das mulheres. Esse sistema é baseado em laços de mutualidade que geram coesão social.

Em algumas áreas os principais alimentos plantados são melancia e milho, e em outras são plantados feijão e mandioca. Mesmo sendo esses os principais produtos cultivados, dentro da área de cultivo são destinados pequenos pedaços para produção de outros alimentos.

José Grácio: Quando a gente tira a colheita da melancia, a gente manda gradiar pra plantar milho.

Pesquisadora: Então primeiro é a produção de melancia, depois milho?

José Grácio: **É primeiro melancia, depois milho.**

Pesquisadora: Qual mês vocês começam mandar arar pra plantar?

José Grácio: Em maio, pra plantar melancia, planta e colhe em agosto

Pesquisadora: E em setembro?

José Grácio: Aradeia, pra plantar milho dezembro e janeiro

Pesquisadora: Ah sim

José Grácio: **O milho a gente colhe em março**, abril e até maio

Pesquisadora: E o feijão?

José Grácio: Em agosto também a gente já tá colhendo

Pesquisadora: Quanto você consegue tirar de feijão aqui de sua roça?

José Grácio: Olha não tenho nem uma base por **que quando tá bom, a gente manda o pessoal vim pegar um pouquinho pra um, um pouquinho pra outro.**

Pesquisadora: **Ah divide né?**

José Grácio: **É, com os companheiros, a gente planta só, mas na hora, ah vamo pegar um feijão verde pra comer.** (Sr. José Grácio, entrevista realizada em 11/06/2016)

Nota-se, na fala do entrevistado, os laços afetivos e de companheirismo que são construídos pelos quilombolas são expressos nas etapas de produção, evidenciando o caráter social da roça. Ele aponta também que alguns produtos são cultivados por apenas um indivíduo, no entanto este no processo de colheita é dividido com os demais. O feijão, por exemplo, por alguns é plantado em pequena quantidade e utilizado apenas para suprir as necessidades familiares. A Sra. Thereza Bittencourt narra abaixo como funciona as chamadas *roça no toco* e *roça revirada*.

Thereza: A gente usava na época era a roça de toco.

Pesquisadora: **Roça de toco.**

Thereza: Isso.

Pesquisadora: Como é essa roça de toco?

Thereza: É roçado, queimado.

Pesquisadora: E depois que queima?

Thereza: Aí depois que **queima vai plantar, limpa, acoivara, tira a madeira mais grossa já aproveita e faz o carvão, a divide, como você vê, no campo cada um tem um pedaço.**

Pesquisadora: E depois que queima divide?

Thereza: **Não é uma roça só, antes de queimar já é marcado, assim que é. A roça já é marcada, aí deixa as estaquinhas pra fazer a divisão de cada um.**

Pesquisadora: Como é mesmo essa forma que vocês trabalham?

Thereza: Se **chama troca de dia.** as vezes a gente vai até 11 horas até 10:30 dependendo do tamanho do, como é? do, do roçado.

Thereza: Revirada?

Pesquisadora: É

Thereza: Desde., tá com seis anos, que nós trabalha.

Pesquisadora: Mas antes era nessa de toco?

Thereza: Era nessa de toco, **tá com seis anos que nos começamos trabalhar na revirada.** porque quando a gente começou a luta trabalhando é.., já em grupo assim, porque **a gente sempre trabalhou em grupo, desde que eu me entendi, e na troca de dia, na roça de toco, mas quando a gente começou trabalhar na roça revirada porque é mais rápido, é mais depressa.**

Pesquisadora: Quais alimentos vocês plantam?

Thereza: Mandioca, milho, arroz, feijão, maxixe, abobora e vinagreira, de tudo. (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada no povoado de Cruzeiro em 13/06/2016).

A Sra. Thereza Bittencourt, assim como o Sr. Raimundo Nonato já apontou anteriormente, explica como funciona a roça de toco e a revirada. Neste sistema de cooperação mútua, nota-se que essa prática social de “troca de dia” releva claramente uma economia baseada em acordos tácitos, que geram coesão e integração, diferente de um mercado de bens financeiros baseados em valores de troca típicos do sistema capitalista.

No quadro abaixo é demonstrado como funciona os dois tipos de roça na comunidade de Cruzeiro e como essas atividades são desenvolvidas e percebidas pelos nativos. Durante as etapas de produção é utilizada uma prática nomeada pelos agentes como *troca de dia* que corresponde a um trabalho de revezamento coletivo nos *campos de roça*. Nessa prática, eles se unem para realizar diversas atividades nas linhas de cada indivíduo, quando finalizam de um passam para a outra, este fato estabelece uma rede de relação baseada na reciprocidade, onde há uma troca da força de trabalho sem precisar de pagamento monetário, este fato os diferencia do modo capitalista de gerir a força de trabalho.

No quadro abaixo é demonstrado como funciona os dois tipos de *roça* na comunidade de Cruzeiro e como essas atividades são desenvolvidas e percebidas pelos autodefinidos. Observe:

Tipos de roças	Etapas	Expressão local	Atividades desenvolvidas	Formas de realização
Toco	Roçar	“limpa, acoivarar”	Limpeza da área e capina do mato	Coletivo e individual
Revirada	Roçar	“eu limpo o meu pedacinho fulano limpa o dele, mas todo mundo na	Limpeza da área e capina do mato	Coletivo e de reciprocidade: troca de dia

		troca”.		
Toco	Delimitar perímetro	“antes de queimar já é marcado, assim que é”.	Delimitar as linhas que serão utilizadas pelas famílias ou pode ser também por um só indivíduo	Coletivo e individual
Revirada	Delimitar perímetro	“A roça já é marcada aí deixa as estaquinhas pra fazer a divisão de cada um”.	Delimitar as linhas que serão utilizadas pelas famílias	coletivo
Toco	Queimar	“É roçado, queimado”.	Queimar a área escolhida para o plantio	Coletivo e individual
Revirada	Revirar a terra com uso de maquinário	“A gente começou trabalhar na roça revirada porque é mais rápido é mais depressa”.	Após revirar a terra não é necessário a queima	Por maquinário

Toco	Plantar	“aí depois que queima vai planta”	Escolha do tipo de cultivo, plantio e cuidados no processo de crescimento.	Coletivo e individual
Revirada	Plantar	“planto todo mundo junto”, “cada dia planta o de um, assim que é”. eu limpo o meu fulano limpa o dele,	Escolha do tipo de cultivo, plantio e cuidados no processo de crescimento.	Coletivo e de reciprocidade: troca de dia
Toco	Colher	“A colheita também funciona da mesma forma, junto”.	Colheita do que foi produzido.	Coletivo e individual
Revirada	Colher	“é todo mundo junto, agrupado”.	Colheita do que foi produzido.	Coletivo e de reciprocidade: troca de dia

Quadro 1: Tipos de *roças* na produção dos cultivados
Fonte: elaboração própria. Pesquisa de campo, 2016

A *roça revirada* - em que as áreas de plantios são usadas por mais tempo - é uma ferramenta de preservação ecológica e recuperação do solo, pois a permanência em apenas alguns ambientes de plantio de forma coletiva e por mais tempo possibilita a recuperação das áreas já utilizadas.

Antes plantava, colhia e já ia pra outro mato, ia tirar outro mato pra roça, tava acabando o mato, ai já tinha só capoeirinha²⁹, e agora não já tá mato velho, porque agora a gente faz dois três anos só num lugar, e era mais despesa. por que cada um fazia num lugar, e agora não tá tudinho só num lugar, e ainda vão custar sair dali. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em sua residência no distrito de Triângulo em 12/06/16).

Os conhecimentos sobre produção e manejo da terra no território de Cruzeiro são orientados pelas interações construídas entre os agentes sociais, que compreendem técnicas próprias e percebem os espaços singularmente, em todos esses conhecimentos passados de geração em geração através das práticas cotidianas.

Assim, a comunidade quilombola de Cruzeiro se apresenta como um grupo ligado pela forma como se relacionam, pelas práticas compartilhadas e pelas atividades produtivas que são desenvolvidas de forma coletiva, visando o cuidado com o a ecologia e são também entendidas como forma de defesa.

O Processo produtivo descrito pelos agentes sociais de Cruzeiro representa relações sociais que se traduzem pelos laços solidários e acordos coletivos que sustentam a reprodução física e social da comunidade.

A representação da roça manifesta-se nas relações sociais como elemento de resistência face aos conflitos. Assim, no próximo tópico, será feita reflexões acerca da roça como estratégia de resistência.

2.1.2. A roça como modo de ser e estratégia de resistência

O trabalho que está situando como a *roça* é classificada pelos agentes sociais de Cruzeiro busca entender essa classificação nas diversas dimensões da vida social dos agentes da comunidade. Ao estudar a *roça* como categoria de análise, LIMA (2015) assevera que “trata-se, de um significado que reflete as especificidades das condições de vida de povos e comunidades tradicionais, cujas relações sociais provêm das ações e de um modo de vida, que existe e resiste”. (LIMA, 2015, p. 42).

O significado de roça transcendendo o mero espaço de produção de alimentos se afirma como lugar de produção de conhecimento, onde as relações

²⁹ Capoeirinha é uma classificação atribuída às pequenas áreas em que o mato não sofreu nenhuma intervenção humana.

sociais circulam e os agentes sociais compartilham saberes específicos que se transformam em discursos na luta pelo território.

Os muitos significados de *roça* atribuem um caráter dinâmico no uso de seus territórios. A *roça* como expressões dos seus modos de ser, de fazer e de viver em suas formas cotidianas demonstram o conhecimento compartilhado pela comunidade.

Na comunidade quilombola de Cruzeiro, os agentes sociais acionam essa categoria ao tratar de inúmeros elementos da vida social. A *roça* se entrelaça com outras instâncias da vida social, fugindo do aspecto meramente produtivo. Nesse sentido, sua representação é possibilidade de discurso para acionar a identidade quilombola, para legitimar a participação dos agentes sociais no grupo, para deliberar ações em defesa do território, para promover festividades a partir da produção, para unir estes agentes em torno de suas reivindicações.

A *roça*, na vida social, se expressa como um elemento básico de referência, seja ao se tratar do sustento que é tirado dela, seja para legitimar a luta pelo território, seja como representação que se aciona ao afirmar a identidade.

O agente social José Domingos, ao apontar o que representa a *roça* em sua vida, diferencia seu caráter simbólico do caráter meramente produtivo. Na representação da *roça* emerge também uma memória afetiva das lutas políticas e das conquistas alcançadas.

A mulher lá em casa e meus filhos, fica implicando porque sou aposentado e continuo botando *roça*, **mas eu me sinto muito prazeroso de tá aqui, colhendo minha mandioca, eu gosto por demais do serviço, e eu trabalho e só deus pra me tirar daqui.** (Sr. José Domingos, entrevista realizada em Cruzeiro em 10/04/2017).

Esse relato do Sr. José Domingos demonstra que a *roça* é um modo de vida, e não se refere somente à produção de alimentos. Colocar a *roça* representa uma ação de resistência enquanto sujeitos que existem em seu território. A *roça* é assim, um ato de resistir. Observe na narrativa a seguir:

Eu trabalho na lavoura mais fazia moto taxista, e quando eu vinha passando aqui na estrada encontrei ele [refere-se ao Sr. José Grácio] com um grupo, cada um com uma foice, eu fiquei assim admirado, o que tá acontecendo, fui a Palmerândia e voltei, ai já tinha um grupo maior, eu falei, vou larga esse colete, vou entrar nesse grupo e saber o que tá

acontecendo, e foi o que eu fiz, **tirei meu colete e entrei no grupo. A partir daquele dia eu fui tomar conhecimento que a terra na verdade era nossa, era nossa, ninguém tinha documento, só tinha aquela escritura provisória de compra e venda**, e só tinha isso, aquela escritura provisória feita no cartório, e fica aquele recibo de compra e venda. Nesse dia nós engajamos, **naquele dia nós era muito, mais de duzentas, hoje eu nem sei dizer quantos que ainda tem, mais tem uns sessenta e pouco, né Zeca?** Realmente agora baixou e tá em cinquenta e dois (Zeca). Tá vendo nós era duzentos e pouco, agora só é cinquenta e dois, aí nós **tomamos conta mesmo, fizemos retomada**, trancamos a estrada, ficava o dia, vinte e quatro hora cheio de gente, **nós tinha um grupo bem controlado, de manha tirava um grupo, ai a noite outro grupo**, o meu era o mesmo dele aqui, da noite, e vinha outro durante o dia e outro da noite, sei que **era muito bem organizado, era gente tomando conta desse espaço aí e trabalhando direto**. Ai começamos a fazer roça, mas só que quando a gente fez o primeiro ano, foi destruído, bem ali onde tá aquele dois pau em pé, bem **ali tinha um barraco que foi o primeiro que tocaram fogo e destruíram, e saíram rancando as plantação que tinha aqui**. Ai nós freamos, ficamos só no movimento sem fazer, **depois nós tornamos voltar a fazer, começamos a trabalhar, logo logo aconteceu um acidente ai e gerou outro prejuízo, outra destruição, essa área aqui minha foi toda destruída, lá está o meu barraco que eles tocaram fogo, quebraram cerca, bagunçaram tudo**. Mas com isso reuni com os companheiros, **não vão enfraquecer nós não, nós vamos continuar a trabalhar, com um mês e pouco recuperamos a cerca, voltamos a trabalhar**, nesse dia nós tava em onze pessoas, de homem trabalhando, ai eu falei, Zeca será que vamos ficar só onze, nós fizemos a cerca daqui até lá em baixo, fica esses onze mesmo que é o q tem coragem de enfrentar, **graças a Deus até hoje nós tamos aí**. (Sr. José Domingos, entrevista realizada em Cruzeiro em 10/04/2017).

Na narrativa acima, a roça é vista com sentido simbólico de lutas, derrotas e vitórias. Quando se pergunta sobre a roça sem pedir para descrever o processo produtivo, todos os agentes sociais entrevistados vão descrevê-la como símbolo de luta, como motor para enfrentar antagonistas. É na ação de continuar a colocar roça, mesmo face aos conflitos, que se expressa à luta política.

É nos locais de plantio que se demarcava as chamadas retomadas, plantando e acampando. As roças, por assim dizer, nas narrativas não são contadas como locais de produção, somente, mas como locais de resistência, de estratégia, de unificação dos agentes sociais em torno das reivindicações pela garantia do território.

Para o Sr. José Domingos ela representa também a consciência de si, e a transformação dessa consciência em luta coletiva. Segundo sua narração, é no momento em que se permanece nos locais da roça como ação deliberada para defender a garantia ao território que a luta coletiva ganha força. A roça, em Cruzeiro, é modo de ser, indivisível do elemento identitário e do econômico.

Reforçando a noção de que roça transcende o espaço físico, e que sua explicação vai muito além de produção e cultivo de bens básicos de consumo, ALMEIDA (2006) observa que:

Essa designação polissêmica, mais que uma referência aos tratos culturais ou, num sentido restrito, ao plantio de mandioca e, ainda, a uma divisão sexual e etária do trabalho, expressa uma certa maneira de viver e de ser. Mais que um modelo de relação antrópica com recursos escassos, a denominada *roça* compreende um estilo de vida que vai desde a definição do lugar dos povoados, passando pela escolha dos terrenos agriculturáveis, e dos locais de coleta, de caça e de pesca, até os rituais de passagem que asseguram a coesão social em festas religiosas [...], em funerais e batizados. (ALMEIDA, 2006, p. 51).

A *roça* como base da economia familiar em Cruzeiro é transformada em uma das principais referências na construção da identidade dos agentes sociais. Demonstrando que a uma relação entre reivindicações identitárias e atividade econômica.

A *roça* também em suas diversas expressões foge da noção rígida pensada pelas políticas de Estado. Seus múltiplos sentidos e diferenças observáveis de uma comunidade tradicional para outra sinaliza um embate de percepção no que tange as políticas governamentais e as atividades agrícolas que visam obtenção de lucros. LIMA (2015) aponta que:

“A exploração madeireira, mineração, pecuária, projetos de infraestrutura governamental – megaprojetos, especulação imobiliária. As atribuições e responsabilidades dessas ações são “adequadas às normas e codificações” do Estado” (LIMA, 2015, p. 45).

A *roça* assim apresenta-se como resistência na garantia pelo território e também como resistência a percepção que parte da ordem Estatal como significado homogêneo.

A continuidade na colocação das *roças* representa a continuidade da forma de reprodução física e social. Na fala do Sr. Luiz Alberto ele observa que a *roça* como atividade que proporciona a base econômica familiar, e no seu viés simbólico sua continuidade representa resistir, significa demarcar que suas estratégias para defender seu território.

Esse pessoal aqui foram tudo criado, esse pessoal mais novo, tudo foram criados nessa área pela plantação de mandioca, plantando milho, feijão, esse pessoal trabalharam, nunca largaram de trabalhar nessa área. (Sr. Luiz Alberto, entrevista realizada no povoado Centrinho em 12/06/2016).

A fala do Sr. Luiz Alberto aponta que a vida desses agentes sociais está entrelaçada com o território, com a *roça*. A história de suas vidas, a narrativa do passado construído está referida a territorialidade.

A representação da roça estaria ligada a narrativa que perpassa as gerações. Se desfazer das roças ou deixar de botar roça é uma afronta a identidade étnica do grupo. A resistência se dá pela permanência na colocada de *roças*. As narrativas confirmam a roça perpassando o caráter meramente produtivo, sua representação é mais ampla e mais complexa.

O relato abaixo, o agente social aponta uma distinção dos conhecimentos da comunidade e do conhecimento científico, há uma consciência dos agentes no que tange a forma de uso do território, nesse caso, especificamente, ao tratar da produção dos cultivados nas denominadas roças.

Aqui nós trabalhamos é sem engenheiro agrônomo, por que aqui é nós mesmo que somos engenheiros do nosso território. (Sr. Catarino dos Santos, entrevista realizada em Triângulo em 10/04/2017)

O Sr. Catarino Costa ao se referir à roça reforça a ideia de que a vivência no local e o conhecimento próprio são formas de resistir. Além de diferenciar as formas de apropriação e do conhecimento que dividem “nós” e “eles”.

Depois **de 2009 para cá não tivemos mais paz no serviço da nossas roça**, principalmente, no nosso dia a dia também, nossa convivência, nossa Liberdade, principalmente a minha acabou totalmente. (Sr. Catarino dos Santos, entrevista realizada em Triângulo em 10/04/2017).

É destacado pelo Sr. Catarino Costa que o conhecimento sobre manejo e uso do território, a resistência no ato de continuar colocando são fatores estão em embate com as imposições econômicas e/ou políticas partindo da perspectiva de se manter na terra, está firmada na colocada das denominadas roças, não abrir mão do espaço das relações.

No relato acima o Sr. Catarino costa também pondera acerca dos conflitos, situando como eles interferiram a reprodução das roças, e conseqüentemente, de elementos econômicos e sociais que advinham dela. Colocar roça, significa na fala acima, ter a liberdade de viver, já que é ela que compunha a base econômica e social dos agentes sociais de Cruzeiro.

Com o acentuamento dos conflitos a partir de 2009, a roça também começa a ser pensada como forma de defesa, seja dos agentes sociais quanto da continuidade da própria roça até a colheita dos cultivados, já que foi a partir desse ano que ocorreram eventos de destruição das roças.

Eu fiz a roça aqui mais em baixo só com medo deles escangalharem também, eles escangalharam uma minha uma vez também. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em 10/06/2016).

Nós continua usando, mas aí eles cercaram de um lado ai nos fizemos nosso primeiro barracão, eles tocarão fogo, não derribaram, aí nós tornamos fazer, ai tornaram derribar. (Sra. Domingas Bertolha, entrevista realizada em Triângulo em 10/06/2016).

A Sra. Domingas Bertolha e o Sr. Raimundo Nonato nos relatos acima apontam formas de resistir que se diferenciam na comunidade. O Sr. Raimundo Nonato escolhe por colocar sua *roça* individualmente e mais próxima de sua residência na tentativa de não sofrer com os ataques do fazendeiro, enquanto a Sra. Domingas juntamente com vários outros agentes sociais colocam sua roça de forma coletiva com a construção dos chamados barracões dentro do campo de cultivo.

Os chamados *barracões* eram construções feitas de madeira e palha nos campos de plantio com intuito de demarcar espaços e proteger as roças. Havia a contribuição dos agentes nesse sistema de vigilância, onde num sistema de troca eles alternavam turnos em suas residências e nos *barracões*.

Diante de todas as tentativas de desmobilização por parte dos fazendeiros e pessoas ligadas a ele, a roça se apresentou como alternativa de demarcação do território, como espaço que delimita a luta política, como estratégia de resistência. A fala abaixo do Sr. Leonel Viegas aponta isso:

Pesquisadora: E como tu percebe as colocadas de roças nesse processo em que o fazendeiro derrubava continuamente as roças e vocês continuavam colocando?

Leonel Viegas: Pra mim é uma forma de resistência, é dizer assim: ele destruiu, mas nós não vamos baixar a cabeça, nós vamos fazer de novo. E assim, eles faziam de novo no mesmo local que ele já tinha derrubado antes, então se fez isso constantemente ao longo dos anos. Isso de uma certa maneira é uma forma de lutar, de dizer, estamos dentro do território e não vamos sair, vamos é permanecer dentro dele. Mesmo com os prejuízos todos que a gente tem somado, mas permanecemos, então pra gente isso é uma forma de resistir a todas as investidas do fazendeiro e de outras pessoas ligadas a ele. (Sr. Leonel Viegas, entrevista realizada em Triângulo em 09/06/2017).

A roça é antes de mais nada um ato de comunicação, que informa, que o território está em disputa e sendo ocupado pelos que nele “(r)existe”. Em consonância com vários elementos da vida cotidiana, a roça também se apresenta como possibilidade de resistir e lutar no território.

Esse negócio do fazendeiro querer impedir a gente de produzir no território foi uma estratégia muito horrorosa. A sobrevivência da gente, minha e de vários, de quase, de quase não, de todos nós é da terra, que **ninguém sobrevive do espaço, sobrevive é da terra. A gente quando é impedido de trabalhar na terra é impedido de viver.** (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em Cruzeiro em 09/06/2017).

Com o relato do Sr. Raimundo Nonato, nota-se que a disputa é consciente e que as estratégias são operacionalizadas no campo de disputa pelos autodefinidos e pelos seus antagonistas. Observa-se que a *roça* é entendida pelo agente social acima como sua própria existência, sua vida e a roça não estão dissociadas, a roça é a própria vida, é seu modo de ser, é sua existência. Deixar de colocar *roça* é deixar de viver.

A *roça* é assim, na comunidade quilombola de Cruzeiro, um modo de vida, um instrumento de defesa, uma forma de resistência, onde os agentes sociais se relacionam com ela de formas diversas. Concordando com ALMEIDA (2006) a *roça* “consiste num traço invariante e no símbolo exponencial da conquista de autonomia em decorrência da identidade que lhe corresponde” (Almeida, 2006, p. 51). A *roça*, que é materializada pela sua colocação, se articula com a identidade e com outras instâncias da vida cotidiana na comunidade quilombola de Cruzeiro.

A territorialidade agrupa alguns povoados que convergem para um território étnico específico. (Sr. José Domingos, entrevista realizada em Cruzeiro em 10/04/2017).

A decisão de dissertar entrelaçando discursos de agentes sociais, intelectuais e minha própria fala parte do princípio de pensar essas narrativas no mesmo plano de construção. É pensar a prática conecta com a teoria, é pensa-las também como indivisíveis na construção do conhecimento. É uma tentativa de não hierarquizar conhecimentos dentro do estudo.

2.2 A representação dos *encantados* para a construção e controle do território

A relação com a religiosidade se dá por diversos meios entre os agentes sociais de Cruzeiro. No entanto, as análises deste tópico serão direcionadas as representações dos *encantados*³⁰. A relação dos agentes sociais da comunidade quilombola de Cruzeiro com os chamados *seres encantados* chama a atenção pelo fato de ter relação com a construção territorial. Raymundo Heraldo Maués (1990) ao estudar a Amazônia define os encantados como:

Seres que normalmente permanecem invisíveis aos nossos olhos, mas não se confundem com espíritos, manifestando-se de modo visível sob forma humana ou de animais e fazendo sentir sua presença através de vozes e outros sinais (como o apito do curupira, por exemplo). (MAUÉS, 1990, p. 196).

Na comunidade quilombola de Cruzeiro uma das formas que os agentes dão significados a vida social é pela religião, especificamente pela relação com os encantados e locais sagrados (encantarias). As representações dos encantados em Cruzeiro são traduzidas nas figuras de homem, mulher, criança e até mesmo de uma mistura mística de animal e humano. Para Pacheco (2009):

“Somente populações inseridas num sistema de símbolos e crenças são capazes de assegurar suas difíceis formas de vida e criar explicações para a existência de encantados, visagens, assombrações e seres sobrenaturais, tão fortemente desclassificados pelo letramento ocidental e lidos como objeto folclórico” (PACHECO, 2009, p. 411).

³⁰ Seres que habitam a territorialidade fazendo parte do imaginário coletivo. Estes seres definem regras para o uso dos recursos naturais demarcando locais que lhes pertencem. Segundo as informações dos agentes sociais de Cruzeiro eles são seres que coabitam no território. Estas entidades podem organizar espaços sociais e dá sentido a modo de vida compartilhado pela comunidade.

A cosmologia em Cruzeiro não se separa da vida cotidiana revelando os saberes próprios da comunidade. Nos estudos realizados em Camaputiua por JUNIOR; SANTOS (2013, p. 82) apontam que “as narrativas místicas orientam as práticas das famílias”. (JUNIOR; SANTOS, 2013, p. 82)

Essas expressões sobrenaturais que traduzem o sistema de crenças³¹ da comunidade notadamente não estão referidas as religiões acatadas como oficiais nas sociedades ocidentais.

Os *encantados* podem estar referidos a água, a terra, aos animais, ao mato, suas representações pelos agentes sociais se dão justamente pelo vínculo dos encantados com esses elementos da natureza.

Os *encantados(as) d'água* são aqueles que vivem nas águas, nas profundezas dos rios, igarapés e nascentes que existem na territorialidade de Cruzeiro. Esta *encantaria* é representada em Cruzeiro pela figura feminina e pode ser vista como aquela que protege as águas.

Os agentes sociais contam que as encantarias tem o poder de fazer as águas onde vivem limpar ou sujar. Isto pode ocorrer quando alguém estabelece moradia próxima às águas onde pertence às encantarias, se a pessoa que ali reside não tiver o cuidado no uso da água ou até mesmo se a *encantaria* não se afeiçoar com a pessoa que fez morada próxima as águas, que pertencem àquela entidade, o morador não conseguira consumir daquela água, tendo grandes chances de ter que se mudar da localidade.

Os *encantados* referidos a terra e aos animais são aqueles que vivem nas florestas e determinam a utilização e o uso responsável da terra, dos recursos naturais e da caça, aqueles que caçam de forma exacerbada podem receber punição por parte dos encantados.

Os *encantados* que estão associados ao mato podem determinar o uso consciente das plantas, ervas, frutas e sementes que são disponibilizadas pela natureza.

³¹ O “sistema de crenças” se traduz em cruzeiro no compartilhamento das narrativas sobre esses seres místicos que compõem o imaginário social e é elemento de constitutivo do que se entende como território específico. A ideia de que essas representações fazem parte do imaginário não está assentada em dicotomias do que é “real” e do que é “imaginado”. Leva-se em consideração aqui, o que assinala Bourdieu, ao afirmar que “É preciso incluir no real a representação do real”. (Bourdieu, 1989, p. 113).

Nota-se que o compartilhamento dessas regras em relação ao uso prudente dos recursos naturais faz parte do imaginário dos agentes sociais e estão intrinsecamente em conexão com as crenças que permeiam o contexto cosmológico.

O sobrenatural está intrinsecamente relacionado com a vida social, pois ao determinar onde vão estabelecer morada, pescar, caçar ou até mesmo entrar, os agentes devem obedecerem aos limites nos quais são forçados pelos seres que ali vivem. Em diálogo com agentes sociais observa-se que os *encantados* que vivem na floresta são responsáveis pela proteção da localidade.

Como já apontado, esses seres místicos fazem parte do imaginário dos que ali vivem. Eles dão sentido ao sistema de crenças que é compartilhado pelos agentes sociais. O Sr. José Grácio compartilhou narrativas acerca dos seres místicos e externou sua preocupação em relação à destruição das matas, já que esses seres fazem morada nos locais onde a ecologia é preservada.

José Grácio conta que os *locais de encantaria* são espaços que transmitem muita energia, locais de segredo. Em Cruzeiro os locais que são mais distantes, chamados pelos agentes sociais de locais “virgens” podem concentrar mais forças. Com base nisso, a preservação desses locais traduz a permanência desses seres no território.

Em uma das caminhadas feitas no território acompanhada pelo Sr. José Grácio, um dos fatos interessantes ocorreu quando eu ao tentar registrar uma poça, tida como *local de encantaria*, meu equipamento desliza de minha mão e por pouco não cai na fonte de água, logo o Sr. José Grácio me olha e fala “mãe d’água não quer tu tirando foto não, tá vendo?”. Partindo desse diálogo inusitado, fica claro que são esses seres que apontam as atividades que devem ser feitas ou não em locais de encantaria, a partir de sinais que os agentes observam como uma tentativa de comunicação e alerta de limite. A foto abaixo são de locais que permanecem preservados e que pertencem as *encantarias* são chamados de *pocinhos*:



Imagem 4: *Locais de encantaria (pocinhos)*
Fonte: autora, pesquisa de campo, abril de 2017

Esses seres também podem estabelecer conectividade com algumas pessoas mediúnicas que são autorizadas para adentrar as *encantarias* para pedir proteção, descarrego, saúde etc. Essas pessoas, podem a partir do poder concedido pelos encantados curar, rezar, proteger e benzer aqueles que recorrerem a elas. Segundo alguns agentes sociais, esse dom não pode ser rejeitado, caso isso ocorra à pessoa pode sofrer punição das *encantarias*.

Os agentes sociais apontam também que existe uma conexão entre esses seres místicos com a territorialidade específica de Cruzeiro. Ao estudar nas comunidades Amazônicas, Eduardo Galvão afirma que nessas realidades: “tem-se desde os mistérios com encantarias, pajelança, rituais e até o momento das festas religiosas que é o ápice do imaginário das entidades míticas do mundo da natureza” (GALVÃO, 1976). Este autor, já apontava em seus estudos a presença de encantarias em povos Amazônicos.

A construção do território pelos agentes está dotada de simbologias, seja com relação à ecologia do território ou até mesmo com as experiências com o místico. Ressalta-se que não se analisa as narrativas julgando-as como verdades ou mentiras, mas sim, compreendendo o que isso representa nas relações sociais. Thereza nesta entrevista explica acerca dos seres místicos no território:

Pesquisadora: vocês moravam e trabalhavam lá?

Thereza: **era morava dentro e trabalhava, dentro da terra. então cada pedacinho aí dentro nós sabia o nome de tudinho**, os localzinho de zemelo, Batiqubaba, rio da Valença, mata da Valença, cabeça de rio de Valença, um monte de nome.

Pesquisadora: o que era isso, rio da Valença?

Thereza: é justamente, não tem aquele rio grande que passa lá?!

Pesquisadora: na estrada?

Thereza: sim, num tem?

Pesquisadora: tem sim.

Thereza: justamente, **na cabeça do rio ele tem braço dele, tem vários, ele vai se acabar lá no olho d'agua, então justamente tem o bracinho ele lá era tido, era não, é tido como uma encantaria** ele, não secava nem no inverno nem no verão, ele é todo tempo escorrendo água.

Pesquisadora: o que é encantaria?

Thereza: encantaria é o povo do mato, é que a gente chamava, que a gente ainda chama, currupira, mãe d'agua são essa coisas entendeu?!

Pesquisadora: sim.

Thereza: **então a gente tinha ali como se fosse um lugar aonde esse povo vivia, a gente chama povo né, a gente chama povo, esse povo do fundo, povo do mar, povo da água, povo do mato, a gente não olha, então é visagento**, tinha pessoas que olhava, tinha pessoas que conduzia, então essas coisa pra gente é a cultura da gente, então a gente tinha toda essa tendência, era o que valia a gente, que é o rio da Valença que não faltava peixe, não faltava mandioquinha que a gente plantava, não faltava agua, não faltava nada na época. (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada no povoado de Cruzeiro, 09/04/2017).

Esta agente social observa que a relações com os seres místicos era o que *valia*, pois é na conexão com esses seres e no cumprimento das regras estabelecidas por eles no que diz respeito ao usufruto dos recursos que perpetuava a abundância de recursos naturais no território.

Em Cruzeiro, evidencia-se a relação dos agentes com as *encantarias*, com o místico. Nota-se que há uma representatividade histórica desses *povos do mato* com a preservação da natureza e com a abundância daquilo que é cultivado na terra. Além disso, a uma relação do sobrenatural com a manutenção do imaginário coletivo como assinala a entrevistada. Na foto abaixo, podemos observar o rio da Valença, que é narrado pela Sra. Thereza Bittencourt como sendo *local de encantaria*:



Imagem 5: Rio da Valença (*Local de encantaria*)
Fonte: autora, pesquisa de campo, julho de 2016

A narrativa da Sra. Thereza Bittencourt elucida que esses seres estão desaparecendo de alguns locais por conta da relação conflituosa com o fazendeiro.

O território neste trecho da entrevista é colocado pela agente social não como uma propriedade privada, mas sim como representação da territorialidade pertencente aos *seres encantados*, pois estes aparecem como protetores da natureza, promovendo a preservação e a abundância dos alimentos e bens a serem extraídos do ambiente natural. Abaixo podemos observar os braços e nascentes do rio da Valença apontado pela agente social como locais em que os *seres encantados* viviam/vivem:



Imagem 6: Nascente (*Pocinho*), *Local de encantaria*
Fonte: autora, pesquisa de campo, julho de 2016

As *mães d'águas* são *encantadas* que estão relacionados com a água, os rios e nascentes (*pocinhos*) no caso de Cruzeiro. Os *currupiras* são encantados que

estão ligadas as matas, preservação da ecologia e dos animais que vivem nas florestas. Essas *encantarias* como informa a agente social não são vistas por todos e representam o místico do local, sendo estes ainda que organizavam os espaços que podem ser usados.

Esses seres místicos trazem lições como a importância da preservação do ambiente natural, o uso consciente dos recursos e os limites que podem ser adentrados no território, já que conforme os relatos estes podem punir quem adentrar certos locais e quem usufruir de forma exacerbada aquilo que a natureza disponibiliza.

Observa-se assim, que as *encantarias* fazem parte do imaginário da comunidade quilombola de Cruzeiro e ao estabelecer relação com o místico esses agentes reforçam também sua identidade. As *encantarias* dão sentido a vida social e a construção de saberes que são compartilhados.

A partir desses apontamentos verifica-se que a construção da territorialidade de Cruzeiro pelos agentes sociais está intrinsecamente relacionada com os seres místicos que habitam na territorialidade e que fortalecem os laços com o território, já que essas *encantarias* conectam os agentes com o território, no compartilhamento de crenças representam o imaginário nas relações sociais em Cruzeiro.

2.3. Práticas e saberes como elementos de resistência na vida cotidiana

O estudo sobre práticas e saberes, que toma como base a situação empírica da comunidade quilombola de Cruzeiro, nos convida a pensar em formas distintas de entender e construir significados. Estudar esses elementos nos mostra como as os modos de vida são variantes e se confirmam em saberes específicos que se modificam de uma dada realidade para outra.

O domínio das práticas e saberes que são reproduzidos socialmente como elemento simbólico representam a singularidade do modo de vida, da história do grupo, das experiências individuais e coletivas. Esses fatores entram no que tange a luta pela garantia do território. Esses saberes e essas práticas nos permite descortinar os processos de afirmação identitária e da construção da territorialidade.

As práticas e saberes compartilhados na vida cotidiana são ferramentas de resistência frente às experiências de conflitos vivenciadas pelas comunidades tradicionais. As práticas e saberes compreendidos na vida coletiva são compartilhados nas narrativas, na rotina da vida cotidiana, na memória de um passado construído.

Esses elementos aqui descritos são frutos de conversas e experiências compartilhadas pelos agentes sociais. Alguns elementos descritos anteriormente, como a roça e as encantarias já podem ser consideradas como formas de saberes e práticas experimentadas em grupo. Assim, nesse tópico, ainda será explorado esses conhecimentos.

As categorias que serão descritas neste tópico – saberes e práticas- só são possíveis se pensadas conjuntamente. Em todo o trabalho, as descrições em sua totalidade estão em conexão. As divisões necessárias para a compreensão da leitura, podem dar a entender que todas as classificações e práticas compartilhadas pelos agentes sociais são operacionalizadas de forma isolada na vida social, porém elas não se dividem, a separação é apenas para descrevê-las, mas nas relações sociais e econômicas todas as instâncias da vida social estão em coesão.

Nesse tópico, expõem-se o que foi apreendido através das relações construídas com os autodefinidos da comunidade quilombola de Cruzeiro. Observa-se que as práticas e saberes não podem ser mensurados em sua totalidade, as relações formadas e o tempo delimitado de produção da dissertação colocam limites para apreensão. Todavia, a partir dos dados observados e analisados através das entrevistas e exposição de conhecimentos dos agentes sociais, apresenta-se as práticas e saberes reproduzidos e compartilhados nas relações sociais possíveis de apreensão.

2.3.1. A pesca como conhecimento na relação com o território

Dentre as diversas práticas compartilhadas, a *pesca* é uma prática que expressa uma certa 'reciprocidade positiva' entre os agentes sociais de Cruzeiro. Esta prática envolve saberes compartilhados e difundidos nas relações sociais. A *pesca* é uma prática que é realizada em campos alagados, igarapés, poças e no rio que corre dentro do território. Na narrativa da Sra. Ana Lúcia Rodrigues, ela aponta para prática da pesca, não só como prática. A prática carrega em si, conhecimento,

a prática é modo de vida. A prática é expressão das relações construídas com o território.

O que eu sei fazer é ir no rio pescar, no campo. Porque eu pesco no rio e pesco no campo, pesco no igarapé, todo lado eu pesco. Aí a gente vai pescar, mas quando tem piranha eu fico atrepada porque eu tenho medo demais de piranha. Ai só vou com meu sacuri aqui, mas fico na beirinha atrepada, assim é que é, eu não vou mentir pra ninguém. Porque dentro do campo que tiver piranha eu não pesco. (Sra. Ana Lúcia Rodrigues, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018).

Na primeira incursão no campo empírico, a *pesca* já foi sendo apresentada como prática vigente na vida dos agentes sociais. O Sr. Raimundo Nonato ao me apresentar a sua casa, acontece um fato bastante curioso, é que a residência em si é mostrada de forma rápida, o quintal é o “compartimento” que se apresenta de forma demorada e cheia de detalhes. Suas fruteiras, criações e material de pesca é que é descrito pelo Sr. Raimundo Nonato com encantamento e muitas explicações. É exatamente nessa apresentação orquestrada pelo Sr. Raimundo Nonato que já começo identificar práticas e saberes de domínios desses agentes sociais.

Ao pegar seus instrumentos de *pesca*, ele descreve como cada um é manuseado na captura do pescado. Nesse momento, ele também vai apontando a variedade de pescados e quais são os seus preferidos. Observe na narrativa abaixo:

Pesquisadora: Como é tarrafa?

Raimundo Nonato: **Olha aqui a tarrafa, esse aqui é malhadeira.**

Pesquisadora: o que é a malhadeira?

Raimundo Nonato: A malhadeira é de espera e a tarrafa joga na hora. É muita coisa minha preta. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em sua residência no distrito de Triângulo em 12/06/16).

Neste mesmo dia, o Sr. Raimundo Nonato me mostra como produz o cofó usando as mãos e os pés. Ele aponta que este instrumento, é feito da palha do coco e que é usado para fazer a colheita nas roças, para colocar e trazer o pescado nos momentos de pescaria, para colocar os cocos de babaçu para quem tem essa prática como modo de vida na comunidade.

A *pesca* também é utilizada como forma de suplementos proteicos familiares, os instrumentos para obtenção dos pescados na comunidade é a tarrafa,

malhadeira, sacuri e socó³². Sendo o sacuri o mais utilizado. Conversando com o Sr. Raimundo ele explica que a malhadeira é um instrumento de captura de espera, onde o apetrecho é armado e depois de algumas horas se retira, já a tarrafa é um instrumento de captura imediata onde se lança e retira em seguida, o sacuri é usado com uma espécie de peneira para se apreender o pescado e o socó é usado numa espécie de encurralamento onde este é cravado no solo do ambiente alagado e o peixe é retirado com a mão.

Na entrevista abaixo a Sra. Ana Lúcia Rodrigues descreve quais pescados mais se captura na prática da pesca no território e adjacências.

É preciso, antes de iniciar de fato, apontar que todas as esferas analisadas no estudo, são indivisíveis. Elas abarcam uma infinidade de relações que a descrição científica pede que se fracionamento. Contudo, as “partes” que são divididas no trabalho fazem parte de um conjunto de relações interligadas.

Pesquisadora: Quais os peixes que vocês mais pescam?

Ana Lúcia Rodrigues: **nós pega mais aqui é piaba, cascudo, jejú e traira. É os que a gente mais pega aqui.** Ah e jandiá, baqui, piranha, é os peixes que a gente pega. Piranha a gente pega também no campo. Mas a piranha eu tenho medo que nem só eu mesmo. **Carangueijo tem também, bastante.** Quer ouvir tudo quanto é peixe? **É piaba, jeju, traira, carangueijo, cascudo, sarapó, acara, mussun e bagri. E esses todos dão em todo lugar.** Eu gosto de pescar mais é só de sacuri. Tem a malhadeira, tarrafa. **A malhadeira tu arrasta, já a tarrafa tu joga, já meu sacuri eu vou só levando,** o sacuri eu vou assim, levando, eu não vou mentir pra ninguém, eu gosto mais de pescar assim. **É assim que eu gosto de pescar. Com meu sacuri, tem gente que chama de landruá,** em outras regiões. esse aqui eu pesguei de sacuri, ele dá no rio ou no campo. (Sra. Ana Lúcia Rodrigues, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

A *pesca* é utilizada como acréscimo para suprir as necessidades básicas das famílias, observa-se também que está prática da captura do peixe é realizada não somente por homens, as mulheres também participam. Esta prática é realizada geralmente no começo da manhã.

Em conversas descontraídas e sem a utilização de gravador, com o Sr. José Grácio e a Sr. Vanubia Rodrigues, eles me convidam para me juntar com eles em uma pescaria que aconteceria dias depois. Ao questionar quem iria, eles apontam que já haviam convidado vários amigos/as da comunidade. A pesca é uma prática que notadamente reúne e une os agentes sociais. Essa prática, além de

³² Denominações de distintos instrumentos para a apreensão do pescado.

objetivar conseguir o pescado, é um momento que confraternização de amigos, parentes, etc.

Observa-se que está prática na comunidade de Cruzeiro não visa à acumulação de excedente sendo está apenas usada para suprir as necessidades das famílias, esta também é percebida por muitos como uma atividade que proporciona lazer e também a interação dos integrantes da comunidade.

Ao analisar como se organiza as comunidades quilombolas de Alcântara no laudo antropológico intitulado “o quilombo e a base de foguetes de Alcântara”, ALMEIDA (2006) faz referência a reciprocidade positiva que fortalece elos nas relações entre os agentes sociais que compartilham de uma identidade própria:

Constata-se uma especialização no nível dos povoados de que deriva uma divisão de trabalho, abarcando múltiplos elos entre eles, desde a esfera da produção até aquela da circulação dos produtos agrícolas, extrativos e da pesca. Semelhante interligação compreende, pois, tanto as relações de troca, fixando equivalentes da farinha, do peixe seco e do peixe fresco, quanto a utilização de determinados recursos naturais e de meios de trabalho de uso comum. (ALMEIDA, 2006)

No contexto analisado por ALMEIDA, as muitas comunidades que convergem a um propósito unificador e que compartilham de diversas formas de elos, apontam para uma especialização a nível de povoados. Compreendendo que as comunidades que mantêm relações de reciprocidade e troca, as quais analisa-se nessa dissertação, são em quantidade, significativamente, menor que as analisadas no citado estudo por Almeida, não ocorre assim uma divisão de trabalho tão aparente quanto em Alcântara. Porém, manifesta-se formas de coesão que se apresentam também em Alcântara, como a circulação e troca de produtos produzidos, a utilização e a divisão de recursos naturais e de trabalhos nas roças.

Ao tratar da pesca, essa prática se mostra como antes de prática, conhecimento. Essa atividade reproduz conhecimentos e aponta para uma forma de utilização do território que estreita laços de amizade, compadrio e de parentesco.

A Sra. Ana Lúcia expressa em sua narrativa a preocupação com a diminuição do pescado ao longo do tempo. Além disso, conforme já indicado, ela aponta a prática da pesca como um conhecimento, como um modo de vida próprio, como seu modo de ser no mundo.

Ana Lúcia: Desde de criança que eu pratico pesca.

José Gracio: **de tarde nós vamos botar ela pra pescar pra ela bater foto.**

Ana Lúcia: **ei zeca eu vou, eu é que vou, eu é que vou lá com ela.** E vou te falar, **durante esse tempo que eu pesco diminuiu demais o pescado.**

Porque hoje em dia **a gente vai no rio e não apanha mais, de primeiro a gente ia e apanhava hoje em dia a gente vai e não apanha é quase nada.** eles tapam a boca do campo pra o peixe não descer pro rio, ai o peixe não desce pro rio. Eles fazem tapagem, quando chega no começo do inverno eles faz tapagem, antes a gente pegava bastante peixe, hoje em dia a gente pega pouco. As vezes o que a gente pega é meio prato de piaba, um prato, dois prato, ai só dá mesmo p o almoço.

Pesquisadora: tem uma época do ano que é mais propicia para pescar?

Ana Lúcia: rapaz **pra mim, eu tô pescando é todo tempo.**

Pesquisadora: esse é o instrumento de espera, como ele funciona Lúcia?

Ana Lúcia: deixa lá no rio, ou então bem ali no igarapé que tem, aí chega de manhã vou tirar, ai vou ver o peixe que já tá engatado na rede. Oh aqui é meu sacuri. Rapaz nós vamos de manhã até uma hora da tarde, até uma hora da tarde, as vezes nós pega um quilo, dois quilo, e as vezes pega só.. que não dá nem de fazer a comida. (Sra. Ana Lúcia Rodrigues, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

A Sra. Ana Lúcia ao descrever como a *pesca* se transformou ao longo do tempo, por um conjunto de ações que produziram a diminuição do pescado nas áreas onde esses agentes sociais pescam, apontam para estratégias de destruição do modo de vida e do valor econômico que são proporcionados pela prática da pesca. Porém, a prática ainda é feita de modo sistemático como narra a Sra. Ana Lúcia, pescar para esses agentes representa resistir com seus conhecimentos, representa a possibilidade de viver.

Uma das agentes sociais ao falar do instrumento de *pesca*, faz questão de enfatizar que não a uma nomenclatura generalizante. As variantes de todos os aspectos da vida social que se dinamizam de comunidade para comunidade, se apresentam também na nomeação dos instrumentos de pesca. A Sra. Domingas Bertolha aponta abaixo, como essas classificações não são unívocas:

Na nossa língua portuguesa, o certo é sacuri. **Eu quando vou pescar, sempre vou com minha irmã, mais Lúcia. Com minhas sobrinhas.** Tem as épocas que é melhor pra pescar, agora já não tá dando é nenhum, já foro tudo desmatado os rios, e bosta de boi, fica ai, fica uma coisa, ai não sobe mais peixe assim. Não era como era antes, aqui dentro do território. A gente pesca nos campos que não é dentro do território, que tem a época também né. Oh nessa época tá muito cheio ainda, aí quando começa secar ai a gente vai pescar. **Pega aquele pescado só pra uso em casa mesmo.** O que eu pesco chama sacuri, porque a gente só chama sacuri aqui. Tem também o socó, mas o socó eu não sei pescar de soco, de anzol, tem tarrafa. Esse soco é feito de madeira mesmo, com as varinhas. Ai a gente bota em cima, quando espia tá dentro. **Porque quem pesca já conhece**

quando bate, é cair o peixe dentro e a gente saber que bateu no soco, aí é botar a mão e tirar o peixe. O anzol é botar dentro d'água com a isca, peixe chega fisga, aí puxa.

Pesquisadora: E o instrumento, vocês que fazem?

Domingas: **o sacuri eu faço.** Faz com linha, com fio. O cofó a gente mesmo que faz também. Na nossa língua, o claro é sacuri. (Sra. Domingas Bertolha, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

Todas as narrativas sobre pesca também ressaltam uma narrativa voltada para o passado. Neste caso, o passado é narrado como sinônimo de fartura dos recursos naturais que hoje se encontram em degradação.

Nas narrativas do Sr. Raimundo Nonato e Sra. Maria Ribamar é possível elaborar duas considerações sobre como a pesca se constitui enquanto prática que denota elos com o território com o valor afetivo da prática em si. O Sr. Raimundo em sua fala aponta para esta ligação com quem está praticando a pesca, não é só o peixe enquanto alimento, é o peixe enquanto vínculo com o que desenvolve a atividade de captura. Já na fala da Sra. Maria de Ribamar observa-se o elo da prática da pesca com as demais instâncias da vida social. O peixe é um dos que garante a produção da roça.

Raimundo Nonato: **peixe eu como se minha mulher pescar, porque comprar peixe eu não compro.** Peixe só se for pescado! (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada no povoado de Cruzeiro em 19/08/2108).

Pesquisadora: o Sr. Raimundo tava me falando que ele não pesca, mas já a senhora...

Maria de Ribamar: [Risos] **eu pesco pela manhã aí já garanto o que os meus trabalhador vão comer** [risos], vão comer um peixe com feijão, que todo dia a carne enjoa. (Sra. Maria de Ribamar, entrevista realizada no povoado de Triângulo em 20/08/2018).

A prática da *pesca*, estudada neste tópico com mais profundidade, revela um domínio majoritariamente feminino. Nas entrevistas coletadas e nas conversas informais com os agentes fica claro que a prática da pesca está nas mãos das mulheres da comunidade. A predominância das mulheres a frente desta atividade descortina como as famílias se organizam, como há uma divisão do trabalho com um recorde de gênero.

Como apontado pela Sra. Maria de Ribamar, a divisão do trabalho é organizada por diversos fatores, dentre eles e que tem uma observância

significativa, estar o fator gênero. O homem como responsável pelo cultivo das *roças* em sua maioria representa o responsável pela produção agrícola, a mulher não está de “fora” desse processo, quando ela não está como responsável pela produção, ela participa de determinadas etapas da produção e também é incluída no processo através da prática da *pesca*, pois é com a *pesca* que se alimenta os trabalhadores na maioria dos dias, essa divisão fomenta uma estrutura recíproca que proporciona que as relações e os diversos arranjos criativos confluem para a reprodução social e econômica do grupo. Através da prática da *pesca* podemos observar uma organização baseada na mutualidade, entre familiares, amigos, compadres, etc.

O domínio da *pesca* pelo gênero feminino, é observado por um nível de sociabilidade entre as mulheres a partir dessa prática. Além disso, a intensificação desse fenômeno é decorrente de um processo de “**(re)apropriação**” do território e de retomada. Com esses dois processos, se acentua a participação da mulher na prática da *pesca*, as entrevistas e conversas com os agentes sociais apontam para um processo transitivo onde a prática da *pesca* que era predominantemente masculina passa para o poder feminino dentro da comunidade.

Não se pode descrever essa passagem por um marco histórico, ou por um evento que inaugurou essa transição. O que se pode observar é que a prática da *pesca* no domínio das mulheres pode ser apontado como um marco de resistência, que não é tangível para análise ou respondido através de um questionário sobre como ocorreu esse processo, mas pelo que parece, essa transição se dá pelo fato dos homens se apresentarem mais nos processos de luta política, esse fato colocou as mulheres numa posição de busca de alternativas para suprir as necessidades alimentares sua e dos filhos. Assim, a *pesca* passa a ser uma prática frequente e de grande valor na vida das mulheres.

Na narrativa abaixo se evidencia um conjunto de instituições sociais que estão em consonância. O Sr. Antônio Domingos Chagas aponta também para a relação de dependência que se estabelece com os agentes sociais que compartilham ou não da territorialidade nas trocas de conhecimentos ao tratar da construção dos instrumentos de *pesca*.

Antônio Domingos Chagas: Isso é uma pescadeira aí [referindo-se a esposa], eu mais como do que pesco, eu parei de pescar mesmo. Meu ponto de referência quando tava com a família, eu pescava. Mas sempre fui trabalhador de roça, sempre. **Saia de madrugada, pagava meu cofinho, meu socó, saia aí pra maiar, quando era doze hora, eu chegava com cofinho de peixe no ombro, aí a mulher ia preparar eu ia dormir de cansado.**

Pesquisadora: socó?

Antônio Domingos Chagas: **o socó é um que a gente faz de marajá, marajá que encontra na mata, na nossa área tem.**

Pesquisadora: sim.

Antônio Domingos Chagas: **eu como não sei construir, vou pagar 60 reais pra quem sabe.** Aí tem o sacuri, o sacuri também não sei fazer, o sacuri é o que ela pesca. O sacuri é de fio. Nele o cara faz um arquinho e coloca, aí elas vão pescar, ele pega na hora, é bom quando pega o cofó cheinho [risos]

Pesquisadora: onde vocês pescam?

Antônio Domingos Chagas: **é terra preta, é caximbeiro.** Essa época a gente tá pescando de anzol. **Agora aqui tem muito é currupira, mãe d'água, tem hora que assovia aí no mato que faz dó. Ai quem não tem coragem não fica, agora nós que já conhece o caboco né Zeca? Assoviando a gente já sabe que é currupira, ai a gente fica por aqui mesmo. Eles não mexem assim com a gente, mas eles não gostam é de estranho, tá vendo. Agora entro estranho, elas já ficam braba, aí se tá com a gente, elas já pensa está com nossos amigos, ai não mexe.**

(Sr. Antônio Domingos Chagas, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018).

A prática da *pesca*, estudada neste tópico com mais profundidade, revela um domínio majoritariamente feminino. Nas entrevistas coletadas e nas conversas informais com os agentes fica claro que a prática da pesca está nas mãos das mulheres da comunidade. A predominância das mulheres a frente desta atividade descortina como as famílias se organizam, como há uma divisão do trabalho com um recorde de gênero que está alinhado com a luta política e a reprodução econômica e social do grupo.

Na comunidade quilombola de Cruzeiro, a prática da pesca apresenta-se como elo, como instância que gera reciprocidade positiva entre os agentes sociais, como saber que aponta para uma relação específica com a territorialidade e com os agentes sociais que compartilham de uma identidade coletiva.

2.3.2. “As nossas caças tão voltando”: a recuperação das matas e as narrativas sobre um passado de devastação

Quando se trata de conflito, podemos entendê-lo como a divergência de modos de vida e de forma de apropriações de significados, ao falar da questão

territorial a partir da diferencial de significados se produz formas de apropriação distintas.

Os autodefinidos quilombolas ao se relacionar com sua territorialidade demarcam uma divisão de mundo, um modo de vida que se coloca diferente das sociedades capitalistas modernas, esse fato também não supõe oposição, apenas distinção.

Seu modo de vida próprio é acionado há todo tempo. Ao lembrar de um passado elementos que contornam a luta política e o reconhecimento territorial se relacionam com suas vivências e narrativas.

Ao tratar da prática da *caça* evoca-se uma narrativa que demarca a apropriação territorial e o valor das matas para o grupo. A *caça*, a *pesca* e a vida dos encantados dependem da preservação ecológica. Nesse sentido, as narrativas opostas sobre a apropriação e a dimensão simbólica que o território envolve diverge do uso da terra pelo fazendeiro Manoel Gentil. Esses aspectos é que demarca a luta por um modo de vida, pois é o território que garante isso.

Quando se fala da prática da *caça*, imediatamente as narrativas se voltam para memória de um passado. Se resgata o passado para fazer apontamentos da diminuição das caças no território.

Assim como todos os elementos analisados no texto dissertativo. A *caça* está em relação com a construção territorial, com a preservação da mata, com a vida dos encantados, com a luta política.

O Sr. Catarino Costa ao falar da luta política retoma o passado e aponta o que se deseja alcançar. As *caças* e a recuperação das matas se movimentam juntas, pois é no recuperar das matas que as formas de vida surgem novamente.

Na verdade, **a principal luta que a gente tem no território, a principal luta minha, é que quando eu me entendi, tinha um lugar chamado mata da Valença, era inverno e verão, era muito peixe, muito açai, muito buriti, muita fruta, bacuri, pequi, e andando, hoje nem o rio não se encontra mais dentro do território.** A devastação avançou em 2009, destruiu a mata toda, plantou capim, e além de plantar o capim, ele desmatou as beiras do rio. Ai quando dava chuva ele foi assoreando a beira do rio aterrando né, e hoje o rio sumiu, se acabou, outra coisa também a caca, a caça sumiu, havia muita paca, muita cutia, todo tipo de caça, quando eu me entendi, ainda tinha muita caça ainda. **E outra questão muito seria que a gente ver até hoje, é que não respeita a si mesmo, eu falo a si mesmo, porque quando se trata de fazendeiro, tem um ditado que diz que fazendeiro não tem pena nem do próprio sangue dele, da**

própria pele dele, que ele ama mais o boi do que a si mesmo, porque se ele soubesse valorizar o dia a dia da nossa natureza, as caças, os caboclos também, que tudo isso sumiu do nosso território, as mães d'água, os currupira, coisa que muita gente diz que é lenda mais não é lenda, a partir do momento que acabou a mata de Cruzeiro as mães de santo, os pais de santo foram se desanimando também. (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em 10/04/2017)

Na narrativa acima, o Sr. Catarino Costa anuncia como as matas preservadas representam a continuação das diversas vidas que habitam no território. As matas simbolizam também a reprodução das crenças, a continuação de elementos religiosos que se consolidam através das matas e existem a partir dela.

A distinção dos usos do território e da luta para se reflorestar as matas perdidas pela destruição se apresenta como pauta principal dentro da luta política que busca o reconhecimento legítimo do território.

O Sr. Leonel Viegas explica como se diferencia as formas de uso do território, apontando um jogo de interesses dentro do campo de luta.

Eles [quilombolas] tem uma relação Direta com a natureza e tem outras formas de apropriação. **E ele [fazendeiro] de certa forma utiliza o território para devastar a colocar outro tipo de produção né, uma produção que está mais ligada mesmo a geração de lucro, então são muitos interesses das pessoas que estão lá, então há uma diversidade muito grande de interesses com relação aos conceitos que são gerados dentro do território de um lado estão os quilombolas**, que a gente quer a terra sim, mas quer a terra para trabalhar e usufruto de modo sustentável; e do outro certos grupos utilizam o território para a exploração dos recursos naturais madeira, Palmito. O fazendeiro hoje ele produz, ele trabalha com o gado, que ocasionou também na devastação de boa parte do território. que é usada inadequadamente e que foi devastada a vegetação por completo. (Sr. Lionel Viegas, entrevista realizada em Triângulo em 09/04/2017)

O uso desenfreado das terras para a criação bovina promoveu a devastação das matas. Esse fator desencadeou uma mudança ecológica e também no modo de vida dos autodefinidos. As matas representam um conjunto de representações que se afirmam por elas, como: as encantarias, a fartura, a volta dos animais.

Nesse quadro de devastação, a narrativa que se constrói é que a recuperação depende da luta política. Conforme se avança as pautas

reivindicatórias se reconstrói as matas e conseqüentemente as representações inerentes a ela.

A narrativa proferida pelo Sr. Catarino Costa ressalta como essa relação preservação e devastação está em alinhamento com a luta pelo reconhecimento legítimo do território. Os avanços nos processos de luta são o que asseguram a preservação ecológica.

Além da relação entre luta pelo reconhecimento legítimo do território e a preservação ecológica, o Sr. Catarino Costa aponta como se pode apreender as caças do mato. Ele aponta para três formas de se caçar: com armas de fogo com o auxílio de cachorros, com arma de fogo sem o auxílio de cachorros ou por armadilhas que emboscam a presa.

A caça aqui na verdade tá bem pouco. Porque na verdade, o que assegurava a caça dentro do território era o mato, aí agora só tem um pouco, ainda pega desse lado aqui, que é o lado que tá menos desmatado. E mesmo assim houve a invasão, pra extração de palmito, de pessoas de fora. E isso vem a acabar com as caças e os passarinhos também. Isso é uma invasão tão grande, que eles chegam entram escondido no mato, não pensa de matar paca, cotia, mata todo bicho que aparecer na frente, então se não souber..., mas com essa nossa luta aí já tinha muita caça novamente, **tinha muita caça, a gente ainda encontra, vai no mato ainda ver uma cotia correndo, mas muito diferente de quando eu me entendi,** que a gente andava 100 metro e via qualquer bicho correndo dentro do mato, mas agora com o desmatamento, a área mair, que é chamada a mata de Valença, é uma área que é chamada de Valença não é por nada, é porque é muito rica de caça de tudo, tudo que procurasse dentro. Antigamente eu tinha 8 no máximo 10 anos de idade, a gente saia pro mato aí, pra encher um cofo de peixe era de pressa só com a mão mesmo sem sacuri sem nada, hoje passo o dia todinho andando não pega um quilo de peixe, a caça é do mesmo jeito. **A caça do mesmo jeito, antes entrava no mato botava cachorro, acuava pro lado, pegava e vinha embora com um. Hoje tu procura uma cotia pra matar não acha.** A gente aqui caça com cachorro, mas as vezes não. Porque cachorro afugenta muito, afugenta muito os animais, e podo ser no tiro também. A uns 8 meses atiraram em uns tatus ali perto das nossas roças, outro dia eu olhei, achei dois tatus morto, tava com uns cinco a seis dias, eles atiraram mais não ficou parado, saíram pro mato e morreram. Tem a armadilha também, mas eu não sei nem botar armadilha, tem um senhor ali que caça muito, e as armadilhas não são com arma de fogo, é tipo um saco, aí o bicho chega entra, vai comendo vai la pro final, aí não sai. É um saco largo boca, aí ele vai comendo e o final é bem estreitinho, aí ele entre e se enrola, aí não consegue sair, aí trás vivinho pra casa. **Os caras já acabou muita caça aí, esses cara que mata sem precisão só pra vender. Isso que eu fico mais indignado dessas pessoas que invadem o território pra caçar, só caça pra vender se fosse pra sustentar os filhos eu até não dizia nada. Rapaz se fosse pra comer uma coisa diferente eu nem dizia nada, mas caça todo dia só pra vender. Além de cometer o crime de**

matar, ainda comete o de vender. (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em 18/08/2018)

Observa-se a partir dos apontamentos deste tópico, que houve um processo de destruição ecológica com a prática da pecuária por parte do fazendeiro e da exploração predatória e desenfreada dentro da territorialidade. Este processo de devastação, vem causando efeitos no modo de vida dos autodefinidos, ademais se construiu uma narrativa a partir das situações de conflitos que demarca diferenças e que reforça a luta coletiva e suas causas. A reivindicação territorial é uma reivindicação por um modo de existir.

2.3.3. Os saberes tradicionais: sistemas de classificação dos vegetais

Quando tratamos de vegetais, se inclui os saberes tradicionais sobre hortaliças, ervas usadas para rituais de cura, bênçãos e quebra de feitiços, plantas de divisão e as matas que representam nesse sistema classificatório o respeito a natureza.

O domínio e controle desses saberes por povos e comunidades tradicionais fazem parte do conflito social descrito por Almeida (Almeida, 2008, p. 42) como um capítulo da luta por liberdade ao tratar do uso dos conhecimentos tradicionais, essa disputa e negação do controle dos que produzem e reproduzem tais conhecimentos classifica a nomeada “guerra ecológica” (ALMEIDA, 2005).

Apresenta-se aqui como o domínio desses conhecimentos compartilhados apontam para um controle dos espaços, dos vegetais, do imaginário que constituem o modo de vida da comunidade quilombola de Cruzeiro.

O sistema de classificação botânico demonstra como cada comunidade quilombola estabelece de forma particular os usos para determinados vegetais. Os saberes tradicionais sobre os vegetais se expressam em todos os segmentos da vida social.

Os saberes tradicionais são compartilhados de forma prática e de forma simbólica, quando se fala dos conhecimentos sobre plantas que curam, que tiram mau olhado, que quebram feitiços, que abençoam. Os significados que dão a esses vegetais são eficazes pelo compartilhamento das crenças, pela coletivização do que se acredita.

Observa-se uma relação das dimensões da vida social e das taxinomias tradicionais. Os saberes tradicionais, as classificações e a inserção das categorias no âmbito da produção e plantio, no uso no contexto religioso e cosmológico apontam como esses saberes fazem parte de todas as dimensões da vida social ao tratarmos dos vegetais.

O modo de apropriação simbólico da natureza e a representação dada a ela na vida social significa a soma de práticas vividas, formas de socialização, memórias e conhecimentos tradicionais compartilhados de geração a geração.

Ao falar dos conhecimentos sobre botânica, situamos a visão de corpo, de mundo e do sobrenatural. Essas referências são fruto de arranjos classificatórios que transitam por todas as dimensões. Pensar sobre as classificações sobre os vegetais é revelar o modo de vida e suas estruturas.

Os cipós e palhas são usados para práticas tradicionais. As palhas de coco servem para o cobrimento de casas, para construção de barracões e para construção dos pontos de venda do excedente de produção das *roças*, além disso são produzidos artesanalmente *cofos* que tem diversas finalidades prática. Já os cipós são usados para fazer o *balaio*. O cipó usado para construir é o *quarimã*, essa espécie de vegetal se encontra próximo as nascentes. O Sr. José Grácio explica que:

José Grácio: **O quarimã, a gente preserva muito isso aqui por que usa pra fazer balaio, fazer cesta. quarimã que nós chama.**

pesquisadora: o que é o balaio?

José Grácio: **balaio é pra vintaja o arroz quando tá socando.**

pesquisadora: vintaja é?

José Grácio: espanar o arroz, **usa pra espremer massa.**

(Sr. José Grácio, entrevista realizada em Triângulo em 11/06/2016)

As relações entre vegetais, vida social e produção se alinham e são interdependentes. A construção de formas singulares de relação com o território e com os recursos demonstram uma a construção coletiva dos conhecimentos tradicionais.

As hortaliças são vegetais que servem para temperar as comidas, são suplementos que complementam a alimentação cotidiana. Essas são, geralmente, cultivadas em jiraus próximas das residências. Observa-se que o cultivo está em

todos os espaços possíveis da vida social. O Sr. Raimundo Nonato ao mostrar-me seu quintal com encanto, fala:

Pesquisadora: você tem outros plantios no quintal?

Raimundo Nonato: **oia como tá meu bem, é pé de coco, é quiabo, é maxixe, é limão.** E isso aqui minha preta eu encho de porco. (Sr. Raimundo nonato, entrevista realizada em Triângulo em 2016)

Já os “**matos santos**” são matos que englobam saberes tradicionais, eles podem ser cultivados ou encontrados nas matas, podendo ser usados para produção de remédios para curar, para abençoar, para quebrar *feitiços*, para tirar *mal-olhado*, para *benzer*. Observa-se que como a demanda desses matos dependem exponencialmente das matas, ele tem diminuído por conta da devastação ambiental.

As matas têm relação principal o equilíbrio ecológico, é o espaço onde se referência a engrenagem das reivindicações na luta política. É o espaço que denota o retorno dos animais, dos encantados, dos rituais. Para além da ideia de paisagem, as matas representam a retomada da vida social, é através do que ela já foi que se enxerga o passado olhando para o futuro. A mata tem significado social e cosmológico.

Os vegetais de divisão são usados principalmente para demarcar os espaços de roça. Eles demarcam os limites dos roças. São eles que separam as linhas na roça, evidenciam o “uso comum” (Almeida, 2006) nas roças. Esses limitam as linhas de pessoa A para pessoa B.

Observe o quadro abaixo acerca das classificações dos vegetais na comunidade quilombola de Cruzeiro:

Categorias	Locais	Variedade
Cipós e palhas	Encontrados nas matas e produzidos nos quintais, no caso do coco de praia	Babaçuais, pés de coco de praia, quarimã etc.
Hortaliças e vegetais	São produzidas em jiraus nos quintais das residências	Quiabo, maxixe, abobora, vinagreira, cheiro verde, cebola verde etc.

Matos santos	São encontrados principalmente nas matas, alguns podem ser cultivadas em jiraus	Boldo, alecrim, hortelã, capim santo, mastruz, vassourinha, rumã, folha santa, raiz do assa peixe etc.
Matas	São encontradas dentro do território	Uma variedade densa de vegetação
Vegetais de divisão	São encontrados nos campos das roças	Quiabo, maxixe, feijão, abobora etc.

Quadro 2: classificação dos vegetais

Fonte: elaboração própria. Pesquisa de campo, 2018

Os saberes tradicionais fundamentam todas as relações. Eles transmitem os significados elaborados nas relações sociais. Em todas as instâncias da vida coletiva, os saberes tradicionais se apresentam na constituição do modo de vida.

2.4. . As diferentes formas de pertencimento na comunidade quilombola de Cruzeiro

A imensidão de elementos que constituem um modo de vida, assim como cada um se percebe dentro das relações, podem nos desvendar a partir de quais elementos esses agentes sociais se constroem e constroem seus critérios de inclusão e exclusão.

O pertencimento pode ser acionado por uma diversidade de elementos que fazem parte do modo de vida desses agentes sociais. a heterogeneidade que constitui diversas maneiras de se perceber pela identidade de quilombola dilui os princípios essencialistas de classificação.

A Sra. Liziane Pereira afirma sua identidade por está na luta política, por se perceber e ser percebida enquanto companheira nas disputas com os opositores. O elemento viver da terra entra também na construção de sua identidade.

Desde nascença eu já me considero quilombola, meu pai chegou aqui com 10 anos, casou dentro dessas terras, meus avós trabalharam dentro dessa terra. Minha lembrança eu pequenininha, meu pai me mostrou a primeira roça, e eu olhando caí, sai descendo no grutinhão. Então **desde cedo a gente teve que trabalhar, então eu me vejo quilombola. Tem gente que acha que quilombola é ser descendente de escravo e eu não, eu acho que ser quilombola é a tua convivência no território, a tua forma de trabalho, a tua contribuição participativa**, é tá nas reuniões, e respeitar os membros os sócios, é procurar ter o respeito máximo. (Sra. Liziane Pereira, entrevista realizada em Triângulo em 10/04/2017)

Os critérios para se pensar a identidade a partir da fala da Sra. Liziane Pereira elenca que a identidade coletiva não pode ser pensada pelos critérios essencialistas como origem, sangue, cor. mas sim, pelo acionamento de um passado construído calcado na luta política. Nesse sentido, ser quilombola, antes dos critérios acionados por cada um, é estar no processo em defesa do território.

O Sr. Catarino Costa explicando sobre como o acolhimento a novos membros caracteriza esta comunidade aberta e distante da ideia de isolamento. As fronteiras de quem somos nós e quem são eles, não são rígidas. A inclusão ao grupo de pessoas que vivenciam a negação de direitos e se reconhecem nas dificuldades dos autodefinidos nos aponta como a comunidade quilombola de Cruzeiro está aberta e num processo dinâmico que elabora critérios de inclusão e exclusão. Observa a partir do relato do Sr. Catarino Costa:

São pessoas que não tinham onde mora, aí **a gente pegou e foi acolhendo. Porque mesmo nós não sendo irmão de sangue, mas somos irmãos da parte de deus**, é tão triste a gente ver morando debaixo de ponte, morando em outros ambientes não confortável. Então, **nós acolhemos eles com a gente, hoje eles que querem excluir a gente deles. Não é a gente que tá excluindo a gente deles**. Porque eles têm o conhecimento da ata, pra ter uma boa convivência entre nós e eles não tão cumprindo com o acordo deles. Catarino Costa

Assim, podemos refletir através dos relatos aqui descritos que os critérios de inclusão e exclusão são contínuo e dinâmico. As regras sociais sobre os processos de aceitação são **“(re)inventadas”**.

CAPÍTULO 3 – “O QUE MAIS PREJUDICA É AS DERRIBADA DAS ROÇA E A OUTRA É O LENTAMENTO DO GOVERNO”: conflitos socioambientais e estratégias de resistência

Dos conflitos que nos rodeiam
Que insistem em nos matar

Ainda surgem esperanças
Da alegria prosperar

As estratégias de resistências
Que decidimos acionar
São necessárias para na luta
Os companheiros continuar

Reconhecendo no outro, motivos para lutar
Fazemos as retomadas sem medo de nos “mudar”
Acampamentos coletivos e muita união
Ombreados de consciência fazemos a transformação

Na luta de classificações que insiste em nos reduzir
Movidos pela ganância e pela necessidade de produzir

Até a própria ciência, tenta nos deslegitimar
A racionalidade instrumental
Diz que estamos a inventar
Tentar “definir” o outro nada mais que colonizar
Hoje falamos por nós, não precisamos dessa voz
Que quer nos classificar

Essa luta para existir,
É luta por reconhecimento
É luta por autonomia de todos aqui de dentro
Das amarras do colonialismo e do egoísmo dos “engenhos”
Lutar pra emancipar (Iarinma de Moraes Paula)

Na análise dos conflitos socioambientais³³, o esboço da “redefinição do Estado” (Hobsbawm, 1996) remonta para a formação de movimentos e reivindicações pautadas na afirmação da identidade.

O Estado como detentor de controle e organização, formulou políticas voltadas para povos e comunidade tradicionais. Esses processos de inclusão dos povos e comunidades tradicionais como sujeitos de direitos não ocorreram despretensiosamente, apartados das lutas políticas, pelo contrário, foram as lutas políticas que embasaram a construção de direitos.

A reivindicação dos povos e comunidades tradicionais que operam no território de forma distinta da lógica do Estado contrapondo a ideia de território nacional elemento fundamental para o esboço do Estado-nação representa um desafio de ordenamento ideológico. Oliveira (1998) sobre isso enfatiza:

A existência de outros territórios no Estado-nação, sejam eles as autoproclamadas “nações” ou “nacionalidades”, ou territórios sociais como estamos analisando aqui, representa um desafio para a ideologia territorial do Estado, particularmente para sua noção de soberania. Esse ponto de vista representa uma das razões pelas quais o Estado brasileiro teve e tem dificuldade em reconhecer os territórios sociais dos povos tradicionais como parte da sua problemática fundiária. (OIVEIRA, 1998, p. 39)

É exatamente o fator identitário na organização política para a reivindicação de um território específico que endossam as transformações políticas e de formulação de políticas étnicas voltadas para a questão territorial.

No debate sobre direito territorial aos povos e comunidade tradicionais, acendeu-se um discurso dos meios para se atingir os fins. E diferente de como a razão instrumental argumenta para pensar acerca dos processos de afirmação identitária e das políticas étnicas, que representam as afirmações identitárias com uma certa “teatralização” para se alcançar políticas específicas, os processos de lutas políticas e de reivindicações para reconhecimento da identidade própria foi o que motivou a formulação das políticas étnicas de reconhecimento territorial, argumentando a contradição do que propõem a racionalidade instrumental.

Na transversalidade do debate sobre afirmação identitária e território, o conflito social emerge como instrumento analítico que tangência a distinção de

³³ Inspirado em ACSELRAD, H. “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”. ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/Relume e Dumara, 2004, p. 13-15.

modos de vida, de apropriação, uso dos recursos e controle territorial. Conforme Portela e Martins, 2013) que entendem os conflitos sociais com instrumento que auxilia a delinear um campo de força que é dissociável do processo de afirmação da identidade quilombola que elaborou-se as análises propostas nesse estudo.

Os conflitos sociais, no bojo dos processos de afirmação identitária vem se acentuando em grande proporção. Como dito, esses conflitos apresentam dimensões objetivas e subjetivas que contrapõem modos de vida, uso de recursos naturais e efeitos gerados pela ação humana. Além disso, as ações do Estado que movimentam o conflito social.

Os “processos de territorialização” (Oliveira, 1998) foram articulados pelas sistemáticas expansões das fronteiras, cujo as distinções das lógicas de vida se acentuaram, o conflito social é o que demarca a distinção entre modos de vida e forma de organização social.

As divergentes formas de apropriação da natureza é um dos elementos que propiciam os conflitos. O território “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2006, p. 96). Nesse sentido, as disputas vão além das relações de poder, se materializando na luta pela apropriação das dimensões “ambientais” do território.

Em Cruzeiro, a relação dos quilombolas com a ecologia é permeada por simbologias e laços de afetividade. O território permite a manutenção das relações sociais, da cultura e é do território que estes agentes sociais tiram o sustento familiar. Para além disso, é nele que se identificam e remontam seu passado, para organizarem-se enquanto identidade coletiva

A afirmação identitária está em relação com o território, assim, o território extrapola a ideia de apropriação aos moldes da racionalidade operada para o lucro. Os conflitos sociais e ambientais como instrumento de análise desvendam as campo de poder existente, entendendo-o assim, como instrumento que viabiliza a análise por determinada perspectiva. Sobre os conflitos ambientais ACSELRAD (2004), aponta para seu caráter material e simbólico, enfatizando seu significado:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos

grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p 26).

É portanto, pela instrumento analítico de conflitos que operacionaliza-se a construção do estudo, entendo-o como meio para elaborar distinções e compreender como seus efeitos inviabilizam a reprodução da comunidade quilombola de Cruzeiro.

3.1 Dimensões do conflito: modalidades perceptíveis do conflito

Os conflitos podem ter várias dimensões, movimentos e dinâmicas complexas. A análise de pontos de distinção de lógicas é o que aponta para a genealogia dos conflitos sociais e ambientais.

O foco central que busca entender os conflitos são as relações em torno de um campo de forças que disputam uma territorialidade. Compreendendo, as distinções tensionadas no modo de vida, apropriação, uso dos recursos e controle do território.

Assim, este tópico investe a reflexão nos pontos identificados na situação concreta de Cruzeiro que descortinam o conflito social e suas dimensões. Observando, a distinção que delinea um campo de forças em torno da territorialidade.

O que se pretende apontar neste tópico, é como o conflito socioambiental se refere a uma construção distintas de existências que se confrontam a partir da uma disputa pelo detenção do reconhecimento legítimo de uma territorialidade, é a partir da identificação dos conflitos que se pode elaborar as análises das estratégias de resistências frente aos avanços das forças que inviabilizam o modo de vida dos autodeclarados.

Assim, apresentam-se as dimensões dos conflitos sociais e ambientais observados a partir da situação concreta analisada. O conflito socioambiental, nesta perspectiva analítica é observado não somente como práticas cometidas de um grupo determinado a outro, mas como distinção de lógicas de vidas e apropriação dos recursos naturais.

3.1.1 A centralidade do conflito social nas relações: diferenciação de modos de vida, formas de apropriação e controle dos recursos naturais

Os conflitos sociais e ambientais como instrumento de análise desvendam as estruturas de poder existentes. Sobre os conflitos ambientais ACSELRAD, aponta para seu caráter material e simbólico, enfatizando:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p 26).

Identificar os conflitos socioambientais nos remete observarmos que agentes estão em jogo na situação concreta descrita. Reconhecendo, que a análise e a classificação dos agentes situados para entender os conflitos sociais e ambientais parte da observação e da contribuição de uma parcela dos que disputam o território, que são os quilombolas, o instrumento de análise possibilita a percepção de lógicas distintas em confrontação. No campo de forças em torno de uma territorialidade, são os agentes em disputa que apontam para essas distinções.

No território, as distinções de modo de vida, apropriação e controle do território está representada pelos autodeclarados quilombolas e o fazendeiro Manoel Gentil cujo não compartilha da mesma lógica e percepção territorial que os quilombolas, esta confrontação denota os aspectos que estruturam a distinção de modos de vida. O Sr. Catarino Costa referencia o opositor principal no campo de forças, na disputa pelo território.

Tem gente que fica achando que é um, que é outro, mas **na verdade nós só brigamos com um proprietário dentro da área. Ele é invasor e o primeiro páreo que nós tivemos que enfrentar foi com ele.** O conflito maior que gerou na comunidade de cruzeiro foi **com Manoel gentil.** (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

Neste campo existe diferentes forças, com proporcionalidades distintas de poder e de embate. Os quilombolas apontam o fazendeiro Manoel Gentil como opositor que protagoniza os embates mais acirrados, isso porque as lógicas sobre como veem e operam na territorialidade são demasiadamente diferentes. Este

fazendeiro goza de poder e prestígio por sua posição, estes elementos condicionam um poder de ação cuja a força comparada com o poder dos autodefinidos é seguramente maior.

O que está em jogo neste campo de disputa, são lógicas de vida. As classificações como propriedade e território operam com racionalidade distinta das sociedades cujo a mercantilização é prioridade nas relações, para os que se organizam pela fundamentação das terras de uso comum, o território é elemento constituinte da identidade e fundamento da luta política por reconhecimento.

Essa distinção e os processos que delimitam quem está dentro e fora, é possível mediante a relação e o contato, é na relação que se estabelecem o nós e o eles. Os conflitos sociais, com todo o seu poder destrutivo ao modo de vida da comunidade quilombola, deixa as fronteiras mais definidas, e as situações de embate mais sistemática, já que os conflitos sociais e ambientais sintomáticos conforme a disputa territorial avança. O Sr. Catarino Costa explica “Viver com conflito é viver com ameaça dentro da casa onde a gente mora”. A proferida frase indica que o conflito é eminente e permanente, ele é a ameaça que não só avizinha, mas devasta o modo de vida do outro. Invade. Este mesmo agente social aponta que a permanência dos conflitos que duram muitos anos:

Essa luta de cruzeiro é antiga, tem mais de trinta anos, na verdade mais de quarenta anos, porque meu bizavô eu não era nem nascido entro em confronto com um senhor chamado João Canela. **Meu avô e minha avó foi quem me esclareceu muita coisa, antes eu não tinha muito interesse, mas foi conversando com ela que eu me toquei dos meus direitos e me apeguei mais ainda ao território.** Então quer dizer **que o conflito a gente convive com ele porque não tem jeito**, aí tem gente que diz larga isso de mão, aí eu digo não muito pelo contrário, **quem tá nessa luta, e pensar que vai largar essa briga essa reivindicação do direito dele e ficar acomodado, não tem como.** (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

Os conflitos ambientais são protagonizados entre o grupo quilombola que move a luta política pela defesa do território e das matas e o fazendeiro que percebe a terra apenas como um instrumento de lucro. O Sr. Catarino Costa observa que o processo de reconhecer-se-ia enquanto sujeitos de direito passa por uma reinvenção do passado e pela construção da memória. Estes elementos são fundamentais para o processo da *consciência de si* dentro da disputa.

Nos últimos anos com a transição dos pretensos proprietários e com a organização dos quilombolas, os conflitos se intensificaram e as distinções de modos de vida e formas de uso do território se mostrou com mais clareza. Esse acirramento, é explicado pelo cerceamento do território, cobranças pela produção por parte dos quilombolas, devastação da matas e poluição dos rios. Os depoimentos abaixo evidenciam isso:

você tem a questão do próprio processo de devastação dos recursos naturais, da retirada do palmito, por exemplo, madeira pra carvão, então **essas coisas é comum dentro do território**. Tem gente que vem de são bento por exemplo tirar e isso acaba trazendo prejuízo para o território, traz prejuízo pra todo mundo, então é... a ideia dos conflitos que a gente chama ao longo do tempo parece que vão se intensificando mais, ai aparece um outras pessoas que vão agregando nesse processo [...] **Hoje a fazenda tá totalmente regida a máquina, então vai ser no mínimo uns trinta anos pra tentar recuperar a máquina, mas não recupera porque foi colocado muito veneno na época**, o babaçual foi derrubado, os mais velhos e os mais novos foram botados veneno, passamos mais de 3 anos sem pescar no rio tava todo envenenado, o campo principalmente, jogava o veneno no campo e do pasto descia pro campo, então quer dizer ai, **é um descaso total, foram acabando de sumir o que ainda tinha, ai foi que não ficou mesmo mais nada**. (Sr. Lionel Viegas, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

Os conflitos começou de uns longos anos pra cá, se não me engano de 2009, mas antes nós trabalhava a voluntario, livre, ai veio esse cidadão pra pagar foro. **Quando ele entrou como proprietário foi impedindo as pessoas a trabalhar, pedindo foro, onde ele dizia que pertencia a ele, e você sabe que a renda já é pouca, a dificuldade pra se fazer uma roça é grande, então desse pouco que colhe ainda ter que pagar, se não o cara não planta lá dentro**, então cada vez que passa o cara vai sendo privado, e a sobrevivência da gente, minha e de vários, vários não, de todos nós é da terra. (Sr. Raimundo nonato, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

essa falta de Liberdade vem através do conflito, da reivindicação do nosso direito e como ser uma pessoa diferente da associação, ser uma pessoa que batia de frente contra as invasão de outra pessoa, de outra cidade principalmente o grileiro, então, o cargo dessa forma, por tá na frente dessa reivindicação do nosso direito e não querer deixar ele fazer o que ele fazia antes, fora do território sem a liberdade de trabalho no território, **sem a liberdade de ficar à vontade em cima da Terra que é nossa mãe**, é tudo pra gente né!? (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

Se nós tivesse cabeça mais quente não tinha morrido só um deles, se fosse gente doido já tinha morrido muita gente, nós já tinha morrido também era uma guerra. (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada em Cruzeiro em 09/04/2017)

O uso dos recursos naturais para a reprodução material e simbólica dos quilombolas acontece em consonância com a preservação ambiental. Diferente da lógica de uso dos recursos comprometidos com o avanço da devastação para produção pecuária. A utilização de agrotóxicos comprometeu os rios e campos, áreas de pesca. A expropriação de parte do território ocorreu com o cercamento de mais da metade da área reivindicada. O processo de devastação vem inviabilizando o modo de vida, os meios de reprodução física e social. Esses dados demonstram que a lógica de uso da terra pelo fazendeiro provoca deliberadamente uma tentativa de desmonte do modo de existir e se entender enquanto pertencentes a territorialidade.

As narrativas combinam as derivações dos conflitos. Elas apontam para suas dimensões, materiais e subjetivas. O embate em torno do uso dos recursos, a defesa das matas pelos quilombolas se contrapõe a lógica de apropriação de quem não se reconhece e não é reconhecido através da construção do território. O cercamento parcial do território, que impossibilita seu uso e causa rupturas em todas as dimensões que convergem para um modo de vida próprio dos autodefinidos quilombolas

Essas ações deliberadas, que provocam um esvaziamento das possibilidades de reprodução social e econômica, são garantidas pela negação dos meios de reprodução. Essas ações de devastação obrigam-os a criarem novas formas de existir e resistir na territorialidade

Todos os relatos acima descortinam dimensões indivisíveis do conflito social e ambiental. As narrativas colocam os conflitos sociais na centralidade da luta por reconhecimento territorial, apontando que a garantia do território se mostra como chave para elaborar saídas de proteção e defesa do território, assim como garantia para a reprodução do modo de viver e existir dos quilombolas da comunidade de Cruzeiro.

3.1.2 As ações do Estado e a emergência do reconhecimento territorial como aspectos amplificadores dos conflitos socioambientais

O Estado com algo inimaginável e complexo, permeado de relações de poder e de lutas de força, passou por processos que possibilitaram sua construção enquanto sistema gerenciador. O Estado que classifica, bem como, campo de força,

e que em certa medida, gerência as disputas, detém poder de legitimar discursos, representações, instituições e poderes. Ele define-se pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima. (Bourdieu, 2014),

“o setor do campo de poder, que se pode chamar de “campo administrativo” ou “campo da função pública”, esse setor em que se pensa particularmente quando se fala de Estado sem outra precisão, com o tempo não se utiliza da força física, porque as formas de controle já estão embricadas nas mentalidades (Bourdieu, 2014),. A dominação é reproduzida pelo simbólico. Assim, o Estado é o espaço de relações de força e de sentido que produz princípios de ação e formas de pensamento.

O Estado é fundamento de integração lógica e é fundamento de integração moral. Os valores e formas de pensamento não estão dissociados do Estado. Assim, as formas de percepção de mundo e as categorias de pensamento compartilhadas não é algo natural, mas aprendido. O Estado domina a representação legítima do mundo social.

O Estado como campo de força, como espaço heterogêneo em que diferentes grupos, discursos, instituições e poderes estão em disputa por legitimidade, em que as instâncias de forças dentro deste campo são desiguais, hierarquizadas: pessoas, grupos, saberes, visões de mundo.

Concomitantemente, a imposição de lógica e classificação legitimada pelo Estado, há grupos que constroem suas próprias maneiras de dar sentido ao mundo, a saber, de classificar. Estas auto classificações, na comunidade quilombola de Cruzeiro a partir das representações construídas, se encontram em disputas com outras formas de percepção do mundo social.

Dado ao Estado a função legítima de reconhecer, os autodefinidos por meio de instrumentos judiciais reivindicam o reconhecimento e titulação do território construído socialmente. O processo regido pelo INCRA da comunidade quilombola até aqui descrita encontra-se em disputas que dificulta a operacionalização para o resultado final, que é a titulação do território. Sobre isso ALMEIDA assinala os obstáculos para a titulação definitiva no que tange as comunidades quilombolas:

Constato dois planos de obstáculos na titulação definitiva das comunidades remanescentes de quilombos: o primeiro concerne aos dispositivos

jurídicos-formais e aos procedimentos burocrático-administrativos que orientam a operacionalização do artigo 68; o segundo, por sua vez, compreende as estratégias de interesse econômico que, detêm o monopólio da terra e são responsáveis pelos elevados índices de concentração fundiária, controlando as engrenagens de diferentes circuitos do mercado de terras, cuja expressão política maior consiste na ação de partidos conservadores, que aglutinam a chamada “bancada ruralista” e exercem pressão constante sobre o aparato de Estado. (ALMEIDA, 2011: 155-156).

A efetivação dos textos sobre titulação dos territórios de comunidades quilombolas expressam “uma correlação de forças políticas” (ALMEIDA, 2011, p. 156). Essas disputas que circunscrevem obstáculos para a titulação definitiva ocasionam conflitos de ordens distintas na comunidade quilombola de Cruzeiro. Os conflitos internos que conferem divisões entre agentes que estão no território estão relacionados a falta de celeridade nos processos de titulação da comunidade. A Sr. Thereza Bittencourt elucida acerca da demora no processo de titulação:

O que mais prejudica é as derribada das roça, e a outra como é que se diz, é o lentamento do governo, do INCRA, porque esse processo do INCRA vem se arrastando desde 2009, então isso é que vem prejudicando a gente que a gente já teve várias vezes no INCRA, a gente só gastando indo daqui pro INCRA, fazendo greve de fome, pedindo, implorando, fazendo isso fazendo aquilo e até agora nada. **Se a gente já tivesse com território, com documento em mãos livrava de ter acontecido o que aconteceu, o maior culpado é o governo, é o próprio INCRA do que aconteceu, é quem gera o conflito maior.** (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada em Cruzeiro em 08/04/2017)

A *ficcionalidade do “oficial”* que consiste na classificação legítima que se constitui de forma arbitrária, impositiva e inquestionável, se mostra frágil no cumprimento de suas atribuições e nas formas de enunciar sobre o *outro*, através desta ficção produzida pelos chamados agentes de Estado (ANDERSON, 1993). A Sr. Thereza Bittencourt, no trecho acima, aponta a fragilidade das formas de classificação e de elaborar documentos no processo de titulação dos territórios quilombolas que contemplem suas perspectivas e modo de vida, as produções “oficiais” com os documentos já produzidos e com a demora para procedência de todas as etapas para a titulação, ao contrário do que confere suas atribuições vem intensificando conflitos sociais na comunidade quilombola de Cruzeiro. O Sr. José

Grácio ainda sobre como as ações do Estado, elucida como o poder de classificar do Estado pode interferir nas disputas no território:

Quando saiu o documento com o tamanho errado do território gerou disputa dentro do território, porque teve gente que ficou alegre pensando que o fazendeiro ia poder usar uma parte. Ai **quem é contra a gente e ficou sabendo que o fazendeiro não ia doar terra pra trabalhar, eles mesmos que são contra a gente já tava ficando contra o fazendeiro**. Inclusive tinha gente que antes era contra a gente e hoje já tá ao nosso favor, que **eles achava que a gente tava brigando pela terra era só pra nós, mas como eu sempre explico pro povo a gente tá lutando pela terra não é só pra nós, é pra todo mundo**, é pra os trabalhador que precisa da terra. Nossa disputa mesmo é só com uma pessoa, só com fazendeiro, não com os trabalhadores. **Eles que se identificam como lavrador, só não lavrador quilombola, dá muita pena porque ai os direitos deles podiam ser melhor, porque a gente não empata deles trabalharem**, a gente só quer que eles tenham respeito pelo nosso território [...] até agora **a gente vai arrastando com a barriga mesmo, porque não pode ter conflito, pra evitar de da morte, entendeu? Eu espero mesmo é que a justiça seja sincera, legalize tudo e entregue**. Porque já era pra ter feito desde o ano passado. Eles não acreditam que a gente ganha a terra um dia os contra. (Sr. José Grácio, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

A narrativa acima, proferida pelo Sr. José Grácio traz para o debate como as deliberações do Estado no que tange a demarcação do território quilombola de Cruzeiro, geram disputas e conflitos na territorialidade.

Este relato demonstra que as disputas e as posições dos que estão no campo de força são dinâmicas, os contras designados pelos autodefinidos em momentos determinados são entendidos dentro de um jogo de posições inerentes de como o processo de titulação está sendo construído.

O conflito só é entendido como eminente ao tratar de *fazendeiro*, pois este é entendido não como um agente que pode mudar de posição, já que a distinção ecoa não só em práticas, mas em perspectiva de mundo, relação com o território, modo de vida.

A incompletude do primeiro laudo antropológico cujo a produção estava sob responsabilidade de uma terceirizada, escolhido por meio de pregão onde as empresas disputam licitações (fato este que carece uma discussão, viável em outro momento), ocasionou o repasse da produção do RTID para a funcionária

permanente do INCRA, da superintendência do Maranhão. Esta serie de descolamentos de responsabilidades da produção do laudo antropológico provocou conflitos internos e conflitos entre o Estado e os autodefinidos.

Aqui o tanto de laudo que já teve, mas aí cada um quer fazer uma coisa diferente, essa Rosangela a última vez que ela veio aqui ficou marcado pra ela vir trabalhar dentro do território com nós. Aí ela saiu pra Cruzeiro desde manhã, aí deu 9 horas da noite e nós preocupado com ela, aí tava nos contra, fazendo entrevista, aí no outro dia ela veio: **esse negócio tá errado, você veio para trabalhar com os quilombolas, dentro do nosso território.** Aí ela disse que veio trabalhar até com o diabo, aí eu falei que com o diabo ela vai trabalhar pra lá, aqui dentro não. **Aí nós rejeitamos o trabalho dela, mandamos embora.** Aí foi embora e disse lá que nós não tinha aceitado. Aí fomos no INCRA marcamos uma audiência com ela lá, aí ela falou que nós tinha expulsado ela do território. **Nós expulsamos sim, porque lá não tem um diabo p trabalhar com você, nós queremos ser respeitado, você entra no nosso território e fala que vai trabalhar até com o diabo. Ela fez foi mudar toda a versão de Lidiane, nós dizia que era assim e ela fazia de outro jeito. Não o limite de vocês é aqui, o resto é da fazenda. A pessoa vem lá de são luís e diz não santinho a área de vocês não é essa aqui não, é só metade. Quem sabe o que é nosso somos nós, quem define isso somos nós.** Nós ajudamos muito eles, marcamos todos os pontos, rios, área de roça, pra facilitar, pra ser mais rápido. Limpamos tudinho os rumos, os limites, pra quando chegar pra trabalhar tá tudo limpo. Pra chegar na hora fazer um trabalho desse, não é assim. (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

A condução da elaboração do laudo, não corresponde também ao que está estipulado ao tratar de comunidades e povos tradicionais. O elemento autodefinição entra como fator primeiro para estruturar o trabalho de identificação de territórios quilombolas, bem como o reconhecimento dos limites dados pelas relações dos agentes com a *territorialidade* e os significados inerentes dessa relação de construção do território.

O primeiro laudo antropológico elaborado pela citada antropóloga, Lidiane Amorim, foi interrompido e teve sua continuidade efetivado pela antropóloga do quadro fixo do INCRA-MA citada no relato acima, a condução da produção pericial teve divergências do modo que se deve operar ao elaborar os trabalhos com comunidades tradicionais.

Observa-se que estes aspectos da condução do estudo pelos agentes de Estado denotam a ineficiência deste campo de poder para elaborar trabalhos que contemplem o critério de autodefinição e o modo de vida dos quilombolas.

O caráter *pericial* (Bourdieu, 1989) e os critérios incorporados pelos órgãos oficiais, muitas vezes, são elaborados por meio de perspectivas “frigorificadas” (ALMEIDA, 2011), deixando de abranger dimensões sociais, simbólicas e políticas dos autodefinidos quilombolas, faltando reconhecer os processos de construção da territorialidade pelos autodefinidos quilombolas, cujo a construção passa pelas por um “elenco de representações sociais” (MARTINS, 2010, p. 166).

As comunidades quilombolas, segundo Almeida estão “sob a ação constante de diferentes mecanismos oficiais de controle” (ALMEIDA, 2011, p. 157), e como explicou o Sr. Catarino Costa a legitimidade do Estado não é conferida na prática, isso gera conflitos acerca dos critérios usados pelo Estado para classificar e o modo que os autodefinidos se percebem e constroem sua territorialidade. Ainda o Sr. Catarino Costa, observa como os povos e comunidades usam das estratégias de pressionar celeridade nos processos administrativos sob o comando do INCRA:

Aqui só na base da pressão, o governo hoje só na base da pressão. É igual aquele feijão preto, que passa o dia todinho cozinhando e nada, mas aí depois que bota na pressão é rapidinho. (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

A morosidade nos processos administrativos provoca conflitos internos que dividem famílias, parentes, amigos que convivem na territorialidade, porém não compartilham da reivindicando o território de forma coletiva.

Os chamados *atos de Estado* que passam pela “ideia do oficial, de público e de universal” (BOURDIEU, 2014: 38; 40; 41) com seu poder de categorizar, podem dividir, nomear, titular dotados de autoridade em suas ações. Como bem aponta a Sr. Thereza Bittencourt Sobre esse processo, a autarquia do INCRA pode definir quem é “nós” e quem é “eles” munidos de legitimidade nas canonizações de suas classificações sociais.

Se o INCRA já tivesse feito o trabalho todo mundo já sabia quem é quem. isso aqui é deles, é dos quilombolas, aí acabava o conflito. (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada em cruzeiro em 09/04/2017)

Essa legitimidade de reconhecer proferida pelas instituições Estatais acentuam as disputas em torno da territorialidade e intensificar as situações de conflitos, ao Estado se deposita a capacidade de aferir quem é reconhecido legalmente é e dotado de autoridade sobre a territorialidade.

Assim, a forma que são classificados pela oficialidade, a morosidade (deliberada?) no trato dos processos e a incapacidade do Estado de conduzir estudos que não seja formulado através do dado aparente sem considerar todas as especificidades para construção de pesquisas localizadas com as comunidades quilombolas podem provocar mais disputas e conflitos pela territorialidade

3.3 Os conflitos e os processos de devastação: do desmatamento a contaminação dos rios, lógicas distintas do uso do território

As situações de conflitos que ocorreram com o acirramento das tensões de lógicas de vida e disputa territorial, desencadeou deliberadamente a inviabilidade da reprodução social e econômica dos autodefinidos.

Os avanços de fronteiras, as disputas pela territorialidade tensionadas por poderes em proporções diferentes e desiguais, ocasionou ações em que a afirmação identitária surge como fator preponderante face aos conflitos. O relato do Sr. Catarino Costa, relaciona o acionamento da identidade coletiva com as situações de conflitos:

Desde de 2009 eu não sabia quem eu era, nem pra onde eu ia, nem o que eu queria, **mas eu tive interesse de saber da minha origem, porque minha cor era assim**, se foi passado tinta pra poder ficar dessa cor, qual o valor que eu tinha, o respeito que eu poderia ter por ela, então eu quis saber disso e me empenhei pra saber minha cultura. **Se nós soubéssemos o valor que nós temos, a força que nós temos, nós somos igualmente um boi que se soubesse a força que ele tinha não tinha corda que segurasse ele**. E assim mesmo somos nós! Nós sabendo o direito que nós temos, o valor que nós temos, na nossa cor, no nosso sangue, na nossa raça, na nossa cultura não tem quem para a gente na frente. (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 18/08/2018)

Os processos de afirmação identitária na transversalidade da luta política por reconhecimento se fortalece com o perigo que é sustentado pela confrontação

do uso e apropriação dos recursos naturais que são contrapostos a compreensão do território pelos autodefinidos.

Esse processo de acionamento da identidade elabora a percepção dos autodefinidos enquanto sujeitos de direitos e fornece elementos para organização coletiva. Esses processos em torno da afirmação identitária são conduzidos pelos autodefinidos a partir da perspectiva de defesa do território.

As situações de conflitos tomando outra proporcionalidade a partir de 2009 suscita a unificação dos autodefinidos para desenvolver estratégias para defesa do território. Assim, a afirmação da identidade quilombola passa por essa negação da submissão, pela luta por autonomia e defesa do território, conforme elaborado por Almeida (Almeida, 2006, p. 42)

O significado de quilombo compreende um processo de trabalho autônomo, que por atos deliberados recusa a submissão forçada a terceiros, e as respectivas práticas de uso comum dos recursos e de livre comercialização de sua produção agrícola e extrativa. Compreende formas de cooperação simples e práticas de reciprocidade positivas entre as unidades familiares que se agrupam sob uma mesma identidade diante dos mesmos antagonistas. (ALMEIDA, 2009, p. 42)

Essa negação da submissão ressurgiu como consciência da identidade quilombola, construindo a origem e o passado para fornecer elementos coletivos de transformação da posição de submissão para sujeitos atomizados dotados de consciência de si e de sua territorialidade. A identidade quilombola é marcada pela defesa do território e da forma de existir nele.

Essa mudança de percepção de si elucidada em meio aos conflitos inerentes da luta de forças pela legitimação do território e da forma de existir dos autodefinidos quilombolas em seu território, evoca um processo de montar estratégias de resistência face aos processos de devastação (ALMEIDA, 2005).

As forças opositoras representadas por lógica diferente de atribuição aos recursos naturais disponíveis são responsáveis por provocar processos de devastação das matas, das nascentes, dos rios e do modo de vida atribuído a esses territórios.

Com a produção de pecuária e sua extensão o pretense proprietário da terra vem provocando a devastação dos locais de pesca, de caça, de extração vegetal. Esses territórios que atendem a fins econômicos das famílias, para além

desses fins organizam e dão significado ao modo de vida desses agentes sociais. O Sr. Catarino Costa, relata que está divergência de significados dado ao território e seus recursos é o centro do conflito socioambiental.

na verdade, a principal luta que a gente tem no território, a principal luta minha, é que quando eu fui crescendo, tinha um lugar chamado mata da Valença, todo tempo era muito peixe, muito açáí, muito buriti, muita fruta, bacuri, pequi, e andando, hoje nem o rio não se encontra mais dentro do território. **A devastação avançou em 2009, destruiu a mata toda, plantou capim, e além de plantar o capim ele desmatou as beira do rio.** (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

O relato acima, evoca também, que o campo de disputa é intensificado a partir de 2009, com os processos de devastação. A *mata da Valença* território cujo sua apropriação se destina para fins materiais, como para a reprodução do modo de vida e das formas de classificação próprio que é sustentado pela representação desta mata. O Sr. Raimundo Nonato

A extensão do plantio de capim para criação de gado com a chegada do “novo” fazendeiro já conhecido pela apropriação de terras em conflitos com grupos, acelerou o processo de devastação e tensionou as relações que já eram conflituosas. Os agentes sociais fazem a descrição de em quais âmbitos da vida social essas situações de conflitos vêm acarretando processos de devastação:

mas a gente usa da melhor maneira possível, preserva da melhor maneira possível. Depois de 2009 para cá não tivemos mais parte no serviço da nossas roça, principalmente no nosso dia a dia também, nossa convivência, nossa Liberdade, principalmente a minha acabou totalmente. (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

Então o cara [se referindo ao fazendeiro] não faz investimento nenhum, destrói, se você for olhar as fotos, tudo isso aqui era área coberta por vegetação. E hoje você tem algumas poucas ilhas de vegetação. LIONEL

Os agentes sociais, além de sofrerem com os processos de devastação do território, sofrem com ameaças que resultam na falta de liberdade, principalmente das lideranças que organizam as ações coletivas para reconhecimento e defesa do território.

As lógicas distintas de apropriação do território a as atribuições dadas aos recursos naturais ocasionam efeitos que incide sobre o modo de vida dos autodefinidos, representados por uma lógica que organiza todas as instâncias da vida social, simbólica e econômica e outra que atende aos interesses meramente mercantis de caráter privatista desprezando toda a forma de existe que atrapalhe a esses interesses inviabiliza a reprodução social dos autodefinidos quilombolas.

Essas situações de conflitos, ora descrita, para além do aparente, desmonta todo uma forma de existir e de se perceber que está em relação com as matas, os rios e os animais. Os chamados processos de devastação, devastam além dos recursos naturais, o modo de vida.

3.2 como as situações de conflitos incidem sobre o modo de vida

As situações de conflitos são produzidas por distinções de modo de vida, pela negação das possibilidades de garantia de existência do *outro*. Os conflitos têm seus efeitos em todas as dimensões da vida social.

Os conflitos produzem processos de devastação do território, das roças, da memória coletiva, dos conhecimentos e, sobretudo, do modo de vida específico dos autodefinidos da comunidade quilombola de Cruzeiro. As situações de conflitos, dentre de um campo, são ocasionadas por ações de grupos contra outros, essas ações são produto dos conflitos sociais eminentes.

A destruição das roças, destrói as possibilidades de existência, física e social. O Sr. Luís Alberto nos adianta como esses *processos de devastação* são resultados de ações para destruição do *outro*.

É a quinta vez agora que nós já perdemo roça, é prejuízo minha senhora. A máquina revirando tudo, foi a coisa mais horrível da minha vida, você já viu trabalhar derramar o teu suor no sol quente de manhã, 6 horas da tarde, meio dia e você olhar o homem destruindo teu trabalho, tua vida. (Sr. Luís Alberto, entrevista realizada em Triângulo em 10/04/2017)

É a análise de como esses conflitos incidem sobre o modo de vida desses agentes sociais e provocam uma nova modalidade social que é feita a partir das impossibilidades e dos processos de devastação.

3.2.1 As derrubadas das roças e as impossibilidades de reprodução social e física

O conflito social e ecológico que aparece como análise central no estudo é pensado relacionamento com afirmação identitária. Assim, esta descrição descortina um campo de relações de força que estão em disputa – desigual- em torno de um território.

As situações de conflitos se manifestaram através de práticas. A relação desigual e de subordinação referenciada pelo passado que se instalou no período pós-escravidão, em que tudo que se produzia era dividido para os “donos” da terra fruto de processos de abandono e descaço por parte do Estado subsidiou uma relação desigual e que por meio de muita luta política se alcançou avanços.

As narrativas dos agentes sociais apontam como essas práticas vem gerando diversas impossibilidades para a reprodução do modo de vida dos autodefinidos quilombolas.

Em 2009 a gente decidiu entrar com Cruzeiro, nós começamos nossa luta aqui em 09/11/2009. Isso foi acontecendo através de vários acontecimentos, inclusive queima de roça, porque ele queria só pagando foro, ou as vezes só olhava pra cara da pessoa e não deixava roçar. Nossa ocupação era só uma área, que fica na parte esquerda da MA 014, mas depois como ele queria cercar, ai **nós decidimos ocupar a área toda, a fazenda e a área que não tava desmatada. Isso tudo foi através da pressão de não poder trabalhar.** (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

2009, através de uma liminar. e depois disso teve outra derriba, depois da liminar fizeram três derruba, a gente não conseguia derrubar essa liminar, ai foi que doutor rafael da CPT conseguiu derrubar essa liminar, ai já trabalhamos de 2011 pra cá até 2015 foi que ns conseguimos tirar alguma coisa do nosso território, mas durante essa liminar, nos plantava e eles derrubava, nos plantava e eles derrubava, os barracões eles derrubava. [Os barracões] é que nós fazia na beira da estrada, fazia reunião, eles viam e tocavam fogo, amanhecia nós não sabia quem era que tocava fogo. **As barraquinhas, os bancos, tudo tocado fogo e nós não sabia quem era, depois que derribamos a liminar e a roça como eles não puderam mais derrubar as roças, aí nós fazia as barraquinhas pra vender e eles tocava fogo, amanhecia só a fumaça, rapaz nós já sofremos muito, já sofremos muito, já tivemos muito prejuízo.** (Sr. Luís Alberto, entrevista realizada em Triângulo em 10/04/2017)

As situações de conflitos, que verbera a partir de lógicas distintas do uso do território, como apontado anteriormente, se acentuaram com o cercamento e a impossibilidade do uso de metade do território reconhecido pelos quilombolas,

imprescindível para a reprodução social e econômica da comunidade. O Sr. Luís Alberto explica o processo:

Tá com oito ano, que o conflito acontece, porque quando o povo, **quando ele [refere-se a Manoel Gentil] veio, cercaram, o pessoal se manifestaram e disseram que se ele cercasse ia arrancar arame, arrancar estaca, ai ele não cercou,** mas ai ele fico, deixo o pessoal trabalhar, quando o pessoal trabalhou, quando o pessoal trabalhou que a roça tava no ponto de rancar. **Perdermos toda a roça, foi todinha que nem deu pra fazer farinha. aí começo o conflito.** (Sr. Luís Alberto, entrevista realizada em Triângulo em 10/04/2017)

Verifica-se que o “início” das situações de conflito tem como plano imediato a imobilização, a impossibilidade, a destruição de uma produção, de um modo, que é a roça.

Com as mobilizações por parte dos que se autodefinem como quilombolas e que usam o território, o fazendeiro desistiu se apropriar de todo o território. Assim, o grupo continuou a trabalhar e produzir em parte do território⁴, porém no período de colheita, com a ajuda do poder público local, as roças foram destruídas, vale lembrar que as roças são para maioria das famílias de Cruzeiro importantes para o sustento familiar.

Porém com a insegurança acerca da produtividade no território devido aos conflitos que se acirram cada vez mais ao longo do tempo muitos buscar outras fontes de renda, como benefícios sociais, trabalhos nos municípios próximos e vendas de produtos alimentícios, bebidas nas residências que ficam a beira da BR 014. Mas a roça ainda é um dos meios importantes que serve de subsidio as necessidades básicas das famílias.

Eu vendia, porque a gente não tinha outro ganho naquela época. Mas naquele tempo tinha que vender pra comprar a roupa da gente, outras coisas, **hoje é somente pra comer, porque agora um ganha pro lado outro pra outro.** Hoje não tem mais nenhum pra trabalhar só com roçado, ou é aposentado, ou empregado. Antes não tinha isso, era todo mundo nas roças. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018).

Observa-se que os atos repressivos foram apoiados pelo poder público local através do órgão estatal que tem como responsabilidade a seguridade da população.

Mediante os conflitos nota-se que as famílias que usam o território intensificaram as mobilizações locais em prol da não restrição do território. Outras instituições que contribuem na luta pela terra juntamente com os grupos que são marginalizados socialmente e economicamente entraram em ação após essas práticas violentas que ocorreram em Cruzeiro.

Pesquisadora: isso há oito anos?

José Alberto: Isso, ai lutamos pela associação, a CPT, a via palmares, num sei o que, Incra, ministério público, tudo se envolveram logo, era bispo, era padi, todo mundo, já envolvido no caso pra não deixar, que **não podia destruir a roça, ele podia primeiro ter deixado tirar a colheita** e falado eu vou cercar minha 145ano, é minha? Ta com comprovante é minha? É. Aí o pessoal, pois bem, tá bom ele não cercou, mas fico dizendo que ninguém ia fazer mais nada. (Sr. Luís Alberto, entrevista realizada em Triângulo em 10/04/2017)

O relato acima aponta que algumas instituições que lutam juntamente com esses povos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os órgãos públicos que são responsáveis pela identificação e titulação dos territórios quilombolas se manifestaram perante os ataques que culminaram na destruição das roças. No relato acima fica evidente que mesmo não tendo cercado a área constantes ameaças foram feitas para tentar coibir os que trabalham e usam a terra.

Mesmo sofrendo ameaças nota-se que os que se autodefinem se posicionaram diante da relação conflituosa, após a queima das roças foi construído uma estrutura dentro do território e próximo das roças como forma de se manifestar e chamar a atenção do poder público acerca da restrição do uso da terra e do ato de queima de roças.

Pesquisadora: E que vocês fizeram?

José Alberto: **Nós faz o barraco [uma espécie de acampamento nas áreas de roça que foram destruídas] ele mando tocar fogo, porque quando toca fogo é porque já tá mandado né?! Aí toca, e amanheceu queimado,** fizemo outro ele veio com a maquina, mando derriba com tudo, e o velho [pai de Manoel Gentil] que era vivo disse que ele ia matar nós de cansado, nós é que vai matar ele de susto, e o veio morreu (risos), o velho morreu, hein o pai do Manoel, ai nós fiquemos, rapaz vamo trabalhar é lá a turma foi. (Sr. Luís Alberto, entrevista realizada em Triângulo em 10/04/2017)

As práticas violentas tencionaram ainda mais a relação entre os quilombolas e o fazendeiro, outras roças que foram novamente destruídas. A ação foi realizada por aquele que detém poder econômico no território, esta ação segundo o agente social foi acompanhada pela força policial local.

Pesquisadora: olhei

José Alberto: **melancial, senhora, melancia, tinha fruta que já tava quase boa, o pessoal tava despreocupadinho quando ele chegou com a polícia.**

Pesquisadora: De Palmerândia?

José Alberto: tudo, tavam todos os policial. Nisso cortaro arame, rancaro de, de, de... das melanciera, arrancada, jogada as ruma, era soldado demais arrancando e ele lá.

Pesquisadora: nossa.

José Alberto: aí, aí foi mais confusão ainda, ai ele disse que ninguém trabalhava mais. Aí foi que o povo, nos num respeitamos, agora nós vamos é trabalhar, bota roça aqui dentro. Já tinha milho botando a boneca [Neste caso o agente social faz referência ao milho estar nascendo], aí eles vieram cortaram toda a colheita, rancaram os pés de milho tudo assim, tá vendo, de todo, todo o pessoal. (Sr. Luís Alberto, entrevista realizada em Triângulo em 10/04/2017)

Observa-se que mesmo com as práticas repressivas, as relações de companheirismo e o sentimento coletivo vigoram mediante o conflito, mostrando que o padrão de dominação capitalista que também é subsidiado pelo Estado não é obedecido por aqueles que não têm suas demandas sociais, territoriais (através da titulação), educacionais atendidas.

As ações violentas ocasionadas pelo fazendeiro cujo os interesses são divergentes daqueles que ocupam o território historicamente é relatada a seguir por alguns entrevistados, todos apontam que a queima de roças é a prática que mais prejudica o grupo.

Eu mermo quando Manoel pegou a primeira liminar com um juiz e de são bento, que ele chegou queimando nossas roça, derrubando barraco [ele se refere aos pontos feitos na beira da BR para venda daquilo que é produzido] e eles falaro que minha casa era um barraco, levo até a máquina que era pra derribar, ai o promotor disse aqui ninguém derruba que é uma residência. (Sr. José Grácio, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

Outro ponto que merece destaque é a agente social Thereza Bittencourt indicar que a falta de titulação do território intensifica os conflitos e agrava ainda mais a vulnerabilidade social em que se encontra o grupo. A não efetivação das políticas que amparam as comunidades quilombolas através da titulação de terras, da educação específica para essa população é apontada como uma das causas dos conflitos existentes em Cruzeiro. Isso por que o Estado ao mesmo tempo em que deve atender as demandas das comunidades quilombolas tem que promover o avanço do capitalismo, assim, nota-se que os interesses governamentais colidem em alguns momentos.

O uso de táticas de intimidação e as ameaças de não concessão a terra aos quilombolas pelo fazendeiro causa efeitos em várias esferas da vida social na comunidade de Cruzeiro. Exemplo disso é parte dos que tem o mesmo vínculo histórico mais que não se declararam enquanto quilombolas, isso ocorre pelos estigmas e o racismo estrutural existente na sociedade. Vale ressaltar que mesmo os que não autodefinem enquanto quilombolas usam o território.

Os que usam o território nem todos querem se declarar como quilombola, porque eles acham que quilombola é vagabundo, é ladrão, toma terra dos outros. (Sr. José Grácio, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

Nos relatos os agentes sociais indicaram que os que não se autodefinem optaram por isso por terem uma imagem negativa da categoria “remanescentes de quilombo”, partindo disso observa-se que essas pré-noções foram construídas socialmente e que como os de “fora” percebem esses grupos afetam em como esses indivíduos vão construir sua própria identidade.

Com a restrição ao território observa-se que as áreas de cultivo disponíveis atualmente são insuficientes as necessidades do grupo e, além disso, atingiu a autonomia produtiva das famílias, possivelmente interferindo na própria autoimagem do grupo, já que esta está vinculada a reprodução cultural e física. Esta insegurança, devido os conflitos promoveu o crescimento do êxodo rural, representado principalmente pela população jovem.

Pesquisadora: Tem muita gente que sai daqui pra trabalhar em outros lugares?

Raimundo Nonato: Rapaz, sai, sai. sai um punhado de jovem. Mas sai e volta. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada Triângulo em em 19/04/2017)

Portanto, os conflitos com o fazendeiro acarretaram diversos efeitos para os quilombolas de Cruzeiro, destacando-se principalmente a destruição da produção agrícola que corresponde o meio em que grande parte utiliza para manter as necessidades básicas humanas. Já a demora para finalização do processo de titulação do território é percebida como um dos pontos que proporcionam a extensão das disputas.

Por fim, nota-se que mesmo na situação de conflito a identidade é acionada como mecanismo de resistência e de afirmação de seus direitos, assim sempre observou-se que foi no contato com seus antagônicos que as fronteiras do grupo são delineadas.

3.2.2 “A cerca é o que nos deixa cercado”: a cerca, os despejos e as retomadas

A *cerca* como categoria ora analisada, tem atribuído ao seu sentido uma das dimensões dos conflitos sociais, essa ideia aqui é pensada transcendente a perspectiva geografizada. Esta categoria provoca problematização dentro do campo abstrato. Sua dimensão é descrita aqui pela modalidade perceptiva que permite percebe-lá como um elemento de *(di)visão* e distinção de modo de vida e construção da territorialidade.

No seu campo de estudo, Pacheco explica que “o conflito é também um aspecto crucial das relações sociais e que frequentemente atua como o operador de uma nova modalidade de configuração social” (OLIVEIRA, 2015, p. 39). A *cerca*³⁴ como conflito divide: relações, território e percepções. Além disso, os efeitos da *cerca* submetem esses agentes a elaborarem uma nova modalidade social.

Essa nova modalidade social, elaborada a partir da *cerca* restringe as relações construídas com a territorialidade que está do outro lado da divisão. As

³⁴ Esta categoria designada pelos agentes sociais da comunidade de Cruzeiro elucida uma forma de divisão que marca a ideia de propriedade. A *cerca* é um divisor de ideias. Os agentes sociais em suas relações constroem sua territorialidade a partir da ideia de *uso comum* e a *cerca* apresenta a propriedade da perspectiva privatista. A *cerca* é uma dimensão e representação dos conflitos e seus efeitos.

narrativas, as memórias e o passado do grupo antes percebido por toda a territorialidade passa agora a ser dividido em função da *cerca*.

O último que botou nós pra fora do território foi João canela, porque **nós morava era tudo dentro do território, era tudo dentro do território, ai ele foi fazendo a devastação.** Ai o outro veio e cercou. Era mata, mata, mata a gente andava era tudo escuro e hoje a gente não sabe mais de nada porque não sabe onde é o olho d'gua do zé mero. (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada em Cruzeiro em 09/04/2017)

A cerca é um elemento que funciona como forma de *(di)visão*. Os agentes sociais, relatam abaixo sobre como a *cerca* produz uma outra modalidade de relações sociais e territoriais:

Essa área é toda cercada, continuam trabalhando ainda, continuam com o gado dentro, tinha uma área de Baixão por exemplo que é por onde passava o rio, que recentemente ele desmatou por completo. Além de destruir o próprio rio. Então essa área continua em desuso por nós quilombolas, continua cercada sob controle do que se diz proprietário, depois da tragédia que aconteceu com seu Egino, que envolveu um companheiro nosso, nós meio que abandonamos pela situação de violência com medo de perder um dos nossos [...] **eu participei do processo de retomada em 2015. foi uma decisão da comunidade para pressionar as autoridades a fazer o reconhecimento do território como um todo, então a ideia foi vamos retomar essa outra parte lá**, que essa outra parte lá que é a parte que nós costumávamos trabalhar primeiro que é o que ia compor, que eles publicaram em dezembro de 2015 como sendo os 315 há, agora a outra, então nós resolvemos fazer o processo de retomada da segunda parte do território, que tem criação de gado, essas coisas todas lá [...] os prejuízos promovidos pelo fazendeiro não é só um prejuízo de não está podendo usar o território, dele ter cercado, mas é um prejuízo financeiro gerado ao longo dos anos. Além do desrespeito social, moral que eles fizeram com todo o pessoal da associação. Talvez as pessoas que estão fora não olhem por esse lado, enxerguem só “os caras tomaram a terra, invadiram a terra da pessoa”. **Essa parte do território da Noeli é totalmente devastada, usado apenas para a criação de animais para corte.** (Sr. Lionel Viegas, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

No brasil, como se diz, que dinheiro grita mais alto, pois então a gente tem que mudar o brasil. Seja de onde for, de onde vir. Se a gente deixar o dinheiro gritar mais alto a gente via perder o direito até de morar dentro da casa da gente, que é o nosso território. Porque autoridade sempre tá atrás de disso. **E pode chegar a esse ponto, por isso a gente tem que tomar uma atitude agora. Porque isso pode acontecer no brasil, porque as autoridades apoia.** (Sr. José Grácio, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

A narrativa do Sr. Lionel Viegas, traz elementos para entender a divisão provocada pela cerca e seus prejuízos irreparáveis, já que o cercamento é pensado

para além da ideia utilitarista, essa divisão ocasiona efeitos na dimensão territorial, moral e econômica da vida social na comunidade quilombola de Cruzeiro.

A divisão acontece na dimensão de modo de vida, pois se firma uma narrativa que é elaborada a partir da *cerca*, cujo formas de relação com a territorialidade. A *cerca*, neste caso, é uma categoria que serve como instrumento de distinção entre “nós” e “eles”.

A *cerca* para além dos seus efeitos de devastação, estabelece fronteiras abstratas e físicas de percepções de modo de vida. Essa categoria além de cercar o território, restringe e elabora outra forma de manter o modo de vida dos agentes sociais desta comunidade quilombola. Observe:

A questão de retomar o território, foi resistência, e uma resistência obrigada. Foi uma resistência obrigatória, porque se nós não se une, nós não ia se manter. E ainda tá cercado uma parte, mas a outra nós ainda tamo trabalhando. Nós já tamo trabalhando tirando nossa colheita, tá mais tranquilo agora. As coisas melhorou, porque nós tivemos 2009, 2010, 2011, 2012 pra cá, foi depois daí que as coisas foi melhorando pra nós sem tanta perseguição. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

O Sr. Raimundo Nonato ao falar dessa (di)visão ocasionada pela *cerca*. Em situações de conflitos em que o medo das ameaças se tornou eminente, e que havia a possibilidade do cercamento de toda a área, nessas situações de conflitos intensos, elaborou-se estratégias de resistência imediatas que o agente chama de “resistência obrigada” para que o território não fosse tomado por completo pelo pretense proprietário.

Os conflitos produziram uma nova modalidade social, cujo a coesão se tornou necessária para o enfrentamento dos riscos que os avizinhavam. Em 2008, com a chegada do fazendeiro Manoel Gentil, já conhecido pelos agentes sociais por atuar de forma truculenta em Charco, comunidade quilombola que estava em disputa com esse mesmo fazendeiro, foram formuladas estratégias para que a *cerca* não produzisse a impossibilidade de estar no território.

Todos os processos de (di)visão operacionalizados pelos conflitos, geraram uma dinâmica de “(re)tornar” à territorialidade. As retomadas são processos que demarcam as disputas e fomentam a ideia de legitimidade. Retomar o território é afirmar que o pertencimento é estratégia de resistência.

As retomadas são processos que podem ser entendidos em diversos aspectos da vida social dos quilombolas. Seu entendimento passa pela ideia de retomar o território, retomar as roças, as memórias que compunham o imaginário coletivo, retomar as práticas e seus significados, retomar o conhecimento perdido e a relação com os encantados, retomar o modo de vida cujo a incidência dos conflitos vem inviabilizando. As agentes sociais apontam para as retomadas como sentido estratégia de resistência, como elemento de se “(re)apropriar” de algo que lhes foi tomado:

A gente faz nossas retomadas, que é umas casinhas dentro do território, passa uns dias ali, tenta um jeito de chamar atenção do INCRA porque a gente sempre pede a presença dele. (Sra. Liziane Pereira, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

A gente tá enfrentando porque a gente tem que trabalhar. O que a gente quer, o que a gente conversa com os companheiros, é que o pessoal se interesse mais para trabalhar, porque ainda tem pouca gente trabalhando. Mas tem gente que ainda tá com medo, de ser derrubado. **Mas a gente deve fazer uma retomada melhor**, mas a pior coisa que a gente tem em relação ao nosso território é o negócio dos nossos barracões, que a gente faz eles vem e toca fogo, a ideia deles é bagunçar os serviços. Mas nem por isso nós desistimos, porque o propósito é a gente desistir, mas nem por isso nós desistimos. Isso que faz **a maioria das pessoas não querer trabalhar mais no território, mas nem por isso nós desistimos**, porque a ideia dele é matar a gente no cansaço. E o pior que aconteceu foi a casa de Liziane, que é a mulher do márcio que foi toda quebrada. (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada em Cruzeiro em 19/08/2018)

A Sr. Thereza Bittencourt ao relatar sobre os processos de retomada nos dar pistas para analisar seu sentido. As retomadas são estratégias que buscam reforçar o pertencimento, essas estratégias estão dentro de um campo de disputa cujo está em jogo o território, a construção do passado, a roças. As retomadas são estratégias para manter a reprodução de uma comunidade com seu modo de vida específico.

As situações de conflitos, como já analisadas ao longo da dissertação, tem suas várias dimensões, uma delas pode ser os chamados despejos. Esses despejos é a realização mais concreta e truculenta dos processos de devastação. É resultado da tentativa de imposição de visão de mundo, de negação do modo de vida do *outro*. A Sr. Deuziane Pereira conta como a devastação destrói o lugar de moradia, as possibilidades de existência:

Os conflitos que já enfrentei foram vários, mas principalmente o mais difícil que eu enfrentei foi, porque antes o que a gente enfrentava não tinha criança, que era as queima, ameaça mas o mais grave foi o ano passado, que de repente de 9:30 p 10:00, a gente recebeu um comunicado que tinha uma turma que vinha quebrar minha casa, eles falaram eu acho, mas eu não tive a certeza, aí quando foi 12:00 aí os meninos na mesa sentadinho um em cada cadeira, aí de repente veio aquela zoada aquela ruaça, aí os menino maiorzinho foram ver, aí era aquele monte de gente querendo derrubar minha casa, aí quebraram, destruíram toda, tocaram fogo nas casinhas que a gente vende milho, as coisas da orta, aí então a gente almoçando aí veio aquela coisa, aí tinha tanta da gente, mas **ai chegaram ai quebraram tudo tudo tudo tudo, ficou aqui o resto da pia, a geladeira aqui é doado, tudo que tenho dentro da minha casa hoje é doação**. Isso foi uma ameaça muito grande, e foi pelo fazendeiro. Aconteceu o homicídio numa tarde e no dia seguinte aconteceu isso aqui. (Sra. Deuziane Pereira, entrevista realizada em Cruzeiro em 19/08/2018)

Esse conjunto de conflitos com suas múltiplas dimensões, produz efeitos que inviabilizam a reprodução física e social das famílias da comunidade quilombola de Cruzeiro. As suas dimensões devastam o modo de vida, e sua eminencia produzem estratégias de resistências que são sistematicamente acionadas em meio aos conflitos sociais.

Os conflitos sociais analisado nesse tópico abriu as discussões para se pensar as estratégias de resistência. Assim, o tópico seguinte irá desnudar esse elemento da vida social a partir da situação concreta aqui descrita.

3.3 Estratégias de resistência acionadas nas situações dos conflitos sociais

A política sendo a possibilidade de mais de um *mundo visível*. Em que a confrontação desses mundos é observada pelo litígio, provocando rupturas na ordem de dominação. Rancière nos apresenta que a política:

“[...] não advém naturalmente [...] advém como um desvio extraordinário, um acaso ou uma violência em relação ao curso ordinário das coisas, ao jogo normal da dominação. [...] A política advém nas sociedades como uma ruptura no processo de passagem de uma lógica da dominação a outra, do poder da diferença no nascimento ao poder indiferente da riqueza”.(O DISSENSO. p. 371).

É pela política que se pode confrontar mundos visíveis que estão fora da lógica consensual. Essa lógica “dissensual” que extrapola o lugar da política a partir de uma definição da participação regulada e organizada, sugere que a luta política

detém estratégias na confrontação. É a partir das chamadas estratégias, especificamente, as estratégias de resistência que tratara este tópico.

Bourdieu no livro as coisas ditas, ao refletir sobre as questões de parentesco elabora uma análise que faz um deslocamento das “regras matrimoniais” para “estratégias matrimoniais” (Bourdieu, 2004). Essa mudança de palavras para pensar sobre parentesco representam uma mudança de ponto de vista.

A partir desta leitura, penso nas estratégias de resistência da situação concreta observada não pela perspectiva rígida e calculada que se expressa nas regras fundada por um modelo para pensar o jogo, mas sim pela fluidez e movimento ao falar de estratégias.

As regras como modelo para explicar o jogo, passam com as *estratégias* a ter o “domínio prático da lógica ou da necessidade imanente de um jogo, que se adquire pela experiência de jogo e que funciona aquém da consciência e do discurso” (BOURDIEU, 2004, p. 79).

Apoiado em Bourdieu, e amparando-me nas reflexões em que James Scott pensa as estratégias a partir da ideia de *infrapolítica*, tecendo críticas à reprodução de neologismos no campo da ciência social. Este autor aponta que nas chamadas democracias liberais, a luta silenciada das camadas subordinadas vai para além do visível, ele chama a atenção para o fato de que essa invisibilidade das resistências ocorre de forma deliberada, havendo assim, uma perseguição estratégica.

Este autor, potencializa a capacidade política, ao colocar que os agentes sociais possuem ao seu alcance a possibilidade de expressar suas ideias e resistir, mesmo que de forma discreta, quando a situação é de perigo.

Fazendo a análise crítica dos discursos daqueles que estão em situação de subordinação nas relações de poder, Scott faz reflexão sobre a resistência simbólica e a resistência material, apontando essas duas como integradas dentro do mesmo complexo de práticas, afirmando que a relação antagônica é um conflito concreto, onde a ação de ambas as partes destaca sempre as fraquezas do outro, tentando tirar vantagem na relação. Nesse sentido, as estratégias de resistências desses grupos estão ligadas com o próprio espaço da *infrapolítica*.

Dentro dessa perspectiva sobre estratégias de resistência, Scott incorpora a ideia de *discurso oculto*, em que seu sentido estaria ligado as resistências

cotidianas, Scott vai colocar que este carrega uma grande carga simbólica ao expressar uma agressão a uma figura dominante sem correr riscos. Esse tipo de ação serviria para substituir uma ação direta que talvez não seja possível em determinado momento.

Assim, Scott nos apresenta que tais grupos que se encontram em situação de dominação, criam alternativas de resistência, como já mencionado, este que sugerindo uma resposta no embate com antagonistas. E para além de respostas, estratégias que movimentam a luta política. Essa ampliação que Scott elabora sobre a ideia de resistência potencializando a política, não seria a substituição da ação prática, mas este seria condição da própria ação prática. As formas resistência não estão separadas das lutas concretas. Assim, ele chama a atenção para as resistências cotidianas, como fazendo parte do processo político de reivindicatório.

Nessa relação entre dominados e subordinados, a luta pode se apresentar em ação prática, mas também em sua forma simbólica. As formas de resistências são ampliadas por Scott, nos fazendo refletir que os grupos subordinados estão em cotidiana luta no processo político.

A reflexão em torno das estratégias de resistência será amparada pelas compreensões construídas por Bourdieu e Scott, apresentando os múltiplos espaços de ação, e seu caráter dinâmico. Desde a forma organizativa como estratégia e espaço para construir as estratégias até as redes de apoio, as retomadas e a unidade do grupo regido a partir de regras internas. Para inaugurar o debate trago a voz dos agentes sociais, (já que são eles que tem propriedade para falar e são cientes do conhecimento que detém) , apresentando seus diversas forma de resistir.

Eu nasci e me criei dentro do território, então eu sei de coisa de 40 anos atrás porque o cabra com 10 anos já tem uma boa atitude. **Então dentro do meu conhecimento, dentro do meu território de tudo eu sei falar, explicar.** (Sr. Raimundo nonato, entrevista realizada em Triângulo em 18/08/2018)

Pra resistência do conflito é.., como eu vi no quilombo calungas lá de minas gerais, **é a própria experiência de intercambio, saindo pra outras comunidades, tendo o diálogo com outras pessoas**, porque tem gente que pensa que só tem na comunidade dele, então esse conflito nós partilhamos com outra comunidade, partilhamos no dia a dia da gente. **Então a gente pode tá triste como tiver, mas se você sair pra outra**

comunidade e ver o sofrimento de outra pessoa você vai levando no dia a dia da gente, sempre quando eu sai de lá, que tenho que voltar pra cá bate uma tristeza por saber que volta tudo de novo [...] tem um ditado, que **ovo não quebra pedra, quando a pedra é lisa, tudo bem, agora quando ela é cheia de buraquinho vai ser difícil tu conseguir limpar**. Então quando ovo quebra faz um meleiro e a pedra vai fraquejando. **Quando mais quebra ovo mais ela vai enfraquecendo**. Então nossa luta eu tiro dessa experiência, desse ditado. **É difícil ovo vencer, mas a gente insiste. Não desiste**. (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

É com a potência da voz dos que criam suas estratégias de resistência e que as expressam conscientemente nos relatos concedidos que os seguintes tópicos elucidam seu poder e significado na luta política.

As estratégias de resistências, que tomam diversas formas e se dinamizam nos movimentos que ocorrem no campo de disputa, é referência de análise da dissertação, e especialmente, deste tópico. Seguimos com as reflexões.

formas organizativas: redes de apoio e organização interna

As estratégias de resistência, tem na centralidade de seu sentido, a organização, o que é chamado por Almeida de “formas organizativas” (ALMEIDA, 2009). Essa ideia que é concebida aqui como estratégia, é guiada pela necessidade de enfrentamento nas vias legais, e se ampliam para pressionar o próprio Estado para garantia do território, no caso das comunidades quilombolas.

Os arranjos organizativos, estão expressos nas associações, nas organizações internas fora da lógica associativa, nos movimentos que incluem diversas comunidades a reivindicarem a garantia do seu território frente ao Estado (redes de apoio).

Todas essas formas organizativas desvendam diversas estratégias que são acionadas para garantia do território, e demais reivindicações (Segurança, educação, saúde) pautadas pelas as comunidades quilombolas.

A comunidade quilombola de Cruzeiro, apresenta-nos nuances de estratégias de resistência. O diálogo, seja localizado ou compartilhado com outras comunidades quilombolas, é uma das estratégias que repercutem no despertar para luta política e na evocação de ações em âmbito local, formal e face ao Estado.

3.3.1 As redes de apoio, são constituídas, por espaços políticos que discutem experiências similares nas reivindicações localizadas. A comunidade quilombola de Cruzeiro tem construído redes de apoio, com diversas identidades coletivas que se veem em oposição a lógica dominante, mas a rede construída que se evidencia como a mais forte é destacada pelos conflitos que foram experimentados por Cruzeiro e Charco que coincidem com a atuação do mesmo fazendeiro, Manoel Gentil.

Esta aliança fortalecida pelo diálogo com a comunidade quilombola de Charco promoveu a unificação a partir do opositor comum. O Sr. Catarino Costa, abaixo traz elementos que confirmam como o diálogo é estratégia de resistência que deliberadamente fortalece a comunidade quilombola de Cruzeiro, e a luta quilombola de outras comunidades:

Nós [referência a Charco] tem um diálogo, um intercâmbio muito sério, uma irmandade que a gente chama de irmão, porque brigamos com um fazendeiro só, então a luta foi uma luta só. Em 2012 houve a tentativa de homicídio contra minha pessoa, pelo o mesmo que atua aqui no Cruzeiro, **é o manel de gentil.** Então outra questão que a gente discute muito, discute muito nos encontros, discute muito nas comunidades, principalmente nos diálogos entre Charco e Cruzeiro, que nós jamais vamos deixar essa luta, não só porque é um fazendeiro só, **porque as outras comunidade acordaram muito mais, porque eles fizeram o seguinte, eles tiraram a vida de flaviano pensando que iam acabar com a comunidade né, mas esse conflito fez foi acordar muito mais,** foi muito pelo contrário, hoje quem assume a liderança lá é uma mulher chamada Gilmar pinto mendes, sobrinha dele, uma mulher guerreira, assumiu e nunca mais saiu da luta, tá na luta diretamente, então são **coisas que a gente deve levar, eu levo comigo como uma lembrança, como uma vitória, de ter conhecido ele, tava com seis meses que nós estávamos dialogando e trocando experiência.** Além disso, temos outras vitórias muito grande, que foi através do INCRA nacional fizemos um acordo em 2012, início de 2012, no mês de março, e no final de 2012 teve outra tentativa de homicídio, então foram momentos tensos que eu passei na minha vida, coisa que eu nunca esperei passar o que eu passei, mas nem por isso me desanimei e nem por isso eu desisti da luta, porque eu não desisto. Quando foi em 2014 mais uma tentativa de homicídio, **nós como liderança quilombola que tá dentro do movimento eles querem fazer de tudo pra calar a voz da gente. Porque quem sai pro impacto da luta, sai com dois destinos o de chegar vivo ou o de chegar morto.** Mas o que eu tenho pra dizer eu não escondo pra ninguém, **se a gente tiver em cima do nosso direito nós vamos dizer.** Nós não vamos é passar por cima da lei, como governador passa, como presidente passa, mas eles vão ter que respeitar o nosso direito que tá lá na constituição federal. (Sr. Lionel Viegas, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

O destaque para a unificação - a partir de um conflito comum - é uma estratégia de resistência que potencializa a criação de outras estratégias de resistência, dialogar com Charco, antes de tudo, é uma forma de conhecer como o opositor elabora suas ações. Conhecer o outro é o mecanismo mais eficiente para enfrenta-lo.

A memória do companheiro assassinado é o elemento que coletiviza suas ações na luta política em vida, há um avivamento simbólico da representação do que foi feita em vida pelo companheiro na luta política. Neste sentido, a memória como apresenta KESSEL [...]garante o sentimento de identidade do indivíduo colocado numa memória compartilhada não só no campo histórico do real, mas, sobretudo no campo simbólico” (KESSEL, 2011, pag. 03).

O Sr. Catarino Costa ao tratar do direito a territorialidade relaciona seu discurso com seu pertencimento ao território “estar em cima do direito” é pertencer ao território, e sua narrativa pelo território é construída pelo pertencimento, nesse sentido, garantir o território é garantir também a narrativa, a oralidade que é construída nele.

O Sr Lionel Viegas ao falar das conquistas alcançadas referencia-as como coletivas, como parte de uma movimentação que conta com apoiadores, com agentes sociais mobilizados de diversas comunidades. Sua narrativa descortina as instâncias em que as estratégias de resistência são acionadas.

Eu gostaria de pontuar **a questão da publicação do RTID**, mas dizer que ela **não é uma vitória só da comunidade, ela é uma vitória do movimento quilombola do maranhão**, do MOQUIBOM como um todo, **das diversas comunidades que vieram nos dar apoio**, entendeu? Aqui a gente tem o seguinte, **além do trabalho interno que é de mobilização e conscientização dessas pessoas**, de vestirem a camisa, de gritarem “o território é nosso”, porque a gente precisa brigar por isso, né; **a gente contou com o sindicato dos trabalhadores, com a igreja católica, eu digo de modo mais específico de algumas lideranças, não é todo o pessoa da igreja católica, contamos com a cpt, sindicato dos trabalhadores públicos**, mas eu acho **o processo de luta se dá nesse sentido, chamar para questão, empoderar as pessoas do seu direito**, porque tem uma legislação amparando você, então **se tem 3, 4 gerações suas que trabalham estão naquele território, isso é seu direito, é chamado quilombo por herança**. Então trata-se da ideia de um quilombo por herança, já que teve trabalho escravo a muito tempo atrás. (Sr. Lionel Viegas, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

A luta política é movida por estratégias de resistência, que se encaminham pela formação de companheirismo entre instituições, movimentos, e sobretudo, agentes sociais mobilizados no mesmo propósito, que é o reconhecimento de seus modos de vida e a garantia de seus territórios.

As estratégias de resistência têm como elemento central, a consciência de si, o reconhecimento dos agentes enquanto sujeitos de direitos. As estratégias de resistência são possíveis, pela coletivização da consciência sobre a luta política.

O mesmo agente social do relato acima, elucida que algumas estratégias de resistência (geralmente as que envolvem ações concretas de defesa do território, como as retomadas e as ocupações das instituições governamentais), mesmo não tendo no seu sentido a rigidez das regras, são pensadas e discutidas, isso não quer dizer que são as mesmas em todos os momentos, mas que delibera-se para se ter um alinhamento das ações coletiva, em ações localizadas e compartilhadas.

Para que a luta surta efeito a gente precisa de um planejamento de ação, de algo pensado né. Então tem o momento para encontrar as lideranças, **nos encontros a gente faz os planejamentos, traça orientação de trabalho, discutindo quais são os melhores caminhos para se chegar ao objetivo que nós nos propomos que é a titulação das terras. Lutar contra o governo que diz que não tem como regulamentar essas terras.** Então tudo isso se traça dentro de um planejamento. **Essa experiência que a gente tem uma comunidade e outra é o que nos ajuda e o que faz o movimento.** E a organizar o movimento de resistência forte em todo o país. **A gente tem desde pauta a força o INCRA a rever certas decisões, com a briga com o governo do país, as bancadas, o pessoal do agronegócio, os evangélicos e outros mais. Para tudo isso tem um planejamento.** (Sr. Lionel Viegas, entrevista realizada em Triângulo em 20/08/2018)

Essas estratégias de resistência fazem enfiamento em múltiplas esferas, com formas distintas de embate, com protagonistas diferentes, que estão envolvidos no campo de disputa pela territorialidade.

O Sr. Lionel Viegas ao longo da narrativa vai nos dando apontamentos de que o campo de disputa - ao contrário do dado aparente que traria apenas o opositor local e seu poder destrutivo estando em disputa – é movimentado por diversas agentes, instituições, poderes, representações. A rede de apoio formada por comunidades e povos que tem em suas lutas a semelhança da reivindicação, o

território, se fortalecem pelo diálogo, pelo compartilhamento de estratégias que tem efeito dentro das disputas, é esse movimento de apoiar-se na experiência do outro que colabora para o enfrentamento em suas realidades localizadas.

É essa ampla rede de afirmação da luta política que envolvem processos locais diferentes que convergem e dão sentido para uma pauta que unifica, a da garantia de seus territórios e da verbalização de um modo de vida próprio.

O Sr. Raimundo Nonato, no trecho abaixo, traz elementos para pensarmos como os processos de luta são calcados pela convergência de uma diversidade de agentes que se unem para lutar por um bem comum. Veja:

mas eles ficam, como se diz, trabalhando na sombra, são pessoas da mesma atividade e tão se aproveitando de mim e da associação, porque fica trabalhando e não quer dar as caras, não tem esse negócio? E isso não é justo, **porque o justo é nós lutar por um objetivo por todos nós, porque não é certo um cara ficar por trás se mantendo daquilo que nós lutemos.** É pessoas traidor. **Quando a pessoa se acha muito oprimido ele toma uma decisão porque andorinha só não faz verão.** (Sr. Raimundo nonato, entrevistado realizada em Triângulo em 19/08/2018)

A forma organizativa de luta por meio associativo, significa a luta coletiva que uni uma diversidade de agentes sociais, com distinções de pensamentos e de formas de se ver dentro da luta, porém as diferenças são negociadas e dão lugar ao vínculo que se assenta no reconhecimento de sua luta na luta do outro, a liga que organiza esses agentes sociais é a luta em comum, pelo território e pela garantia de seu modo de vida. Na narrativa do Sr. Raimundo Nonato observa-se que organizar-se é ver com clareza como amenizar os conflitos, principalmente quando o adversário é íntimo. As diferenças expostas pelas percepções distintas de formas de se entender no território e de permanecer nele, podem pedir que os agentes que se autodefinem quilombolas organizem suas relações e sua formas de lidar com os conflitos com os mais próximos, como explica o Sr. Raimundo Nonato:

Olha a minha posição aqui é nessa luta é de acomodar! Porque você sabe que aqui tem os que não se autodeclaram, então a gente vai levando esse povo é no banho maria. Eles convivem com a gente, são amigos, mas não estão na luta. Então **a gente vai acomodando pra não gerar conflito.** (Sr. Raimundo nonato, entrevistado realizada em Triângulo em 19/08/2018)

Essa organização coletiva é que traz a lucidez das disputas e dos interesses escusos, é nela que se promove estratégias para se conseguir ter efeitos na luta política. A consciência de estar em posição de opressão e a da importância de se unir para se fortalecer e mudar essa ordem de dominação que oprime e subjuga é que promove a coesão dos agentes sociais.

As formas como se organizam e como expandem as organizações localizadas em redes de apoio construídas por eles e para eles, são estratégias que se criam para elaborar modos de enfrentamentos aos conflitos sociais. As redes de apoio, amplas e localizadas, é o elemento que dar sentido a luta política e ao reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, assim, a partir da descrição do campo de disputas de Cruzeiro passa-se a entender as estratégias de resistências e seus efeitos nas disputas territoriais.

As estratégias de resistências que são efetivadas no território, trazem as designadas *retomadas* com processos de defesa ao território e retomar o que foi lhes negado, é garantir o território pela permanência nele. O tópico seguinte traz a descrição das chamadas retomadas.

3.3.2. As retomadas como estratégias de resistência na defesa territorial

As nomeadas *retomadas* são processos de efetiva “**(re)apropriação**” do território. Ao falar de retomar o território, pensa-se em retoma-lo em seu significado material e simbólico.

As *retomadas* incluem em sua semântica um jogo de trazer aquilo que foi tomado nas disputas, ela passa pela ideia material, mas, sobretudo, a ideia simbólica, que constitui o imaginário. Essas esferas, indissociáveis, asseguram a reprodução social da comunidade.

Passando por dentro da ideia de *retomada* está o pertencimento ao território, retomar é afirmar pertencer ao que lhes foi tirado. É marcar, através da permanência no território negado que é nele que se garante o seu modo de vida e sua existência.

As *retomadas* se confirmam como uma construção de conquista a partir do que foi refutado, é uma luta pelo que se quer engendrada pelo que se perdeu. As *retomadas* são processos que visam defender aquilo que se construiu a partir do

que lhes foi tirado. Elas estão embasadas na construção para o futuro, a partir da lembrança do passado. *Retomar* é construir-se no território novamente. É lutar pelo que foi tomado através da permanência.

Os processos de retomadas são efetivados através de acampamentos dentro da área dominada pelo fazendeiro, através da *retomada* na produção das roças após situações de conflitos, através da *retomada* das reuniões, das vendas, das festividades, das memórias, das narrativas. As *retomadas* é o engajamento legítimo para que o coletivo se mantenha vivo e resistente.

O Sr. Catarino Costa registra que as *retomadas* se dão pela permanência e pela persistência. A efetivação da ação de retomar está dentro de uma disputa em que a destruição dessas estratégias é recorrente. É pela persistência que as *retomadas* avançam em sentido e ação. Observe a narrativa do Sr. Catarino Costa:

então o que tá faltando é reconstruirmos nosso barracão, desde de 2012 venho debatendo, **gente vamos retomar o território, vamos retomar o território**. Retomamos em 2013, então eu acho que é o momento de saber o que tá fazendo. Porque **a luta quilombola é desse jeito fez o barracão de manhã, queimou a tarde, a noite já estamos fazendo outro**. (Sr. Catarino Costa, entrevista realizada em Triângulo em 18/08/2018)

As ações que visam destruir as estratégias de resistência são sistemáticas, e os agentes sociais forjados na luta são conscientes que suas estratégias são recorrentemente tentadas a destruição. É o permanecer, no sentido, efetivo e simbólico que potencializam as *retomadas* como estratégias de enfrentamento. A consciência coletiva de que o inimigo ver nas *retomadas* o risco potencial da conquista é o que a fortalece como estratégia. A narrativa do Sr. Catarino costa denota a lucidez que se tem sobre a eficiência das retomadas como estratégia de resistência. É no território que se afirma quem se é, estar no território para esses agentes sociais é a forma mais legítima para garantir seu reconhecimento.

É relevante endossar que dentro das próprias estratégias existem disputas entre os agentes sociais para quais se acionar em determinado contexto. As *retomadas*, em seu sentido amplo, podem ser expressas pela persistência na colocação das roças, mesmo quando esse direito lhes é negado. A Sr. Thereza Bittencourt aponta a colocação das roças como uma nuance dentro da ideia das *retomadas*. Observe:

A resistência, é fazer as reuniões no nosso barraco, mas agora a gente tá com medo porque a gente faz os barracos e eles derruba. **Eu acho que é uma estratégia muito boa é mesmo a gente até esquecer um pouco os barracos e botar nossas roças, pra eles ver que a gente não tá brincando, tá lá é para trabalhar**, e que de lá é que a gente tira nossa sobrevivência. (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada em Cruzeiro em 19/08/2018)

Os espaços retomados são espaços de construção de caminhos que orientam as estratégias de resistência. Retomar o território possibilita construir espaços em que todos os agentes sociais embasados pela vontade de defender seu território elaborem coletivamente suas estratégias, as *retomadas* propiciam o avigoreamento na luta política, elas positivam o sentimento coletivo dos que estão empenhados em garantir e defender seu território.

O relato do Sr. Lionel Viegas traz apontamentos de como as *retomadas* são estratégias construídas a partir do que se foi tirado, do que se foi rompido. Na fala podemos perceber que as retomadas perpassam por todos as esferas possíveis de luta dentro do campo de disputa.

o processo de retomada não foi fácil, a gente teve as plantações destruídas né, por exemplo, a gente teve barracos queimados, **é a quarta vez que os barracos são queimados, que o espaço da associação de reunião e discussão ele é destruído pelo pessoal**, não só isso, aí existe uma série de outras situações que a gente tem que ir pontuando, tem pessoas que até o ano passado, por exemplo, entravam no território de uma certa maneira pra tirar algum tipo de recurso, mas não permanecia no território. Lionel viegas **Eu não sou quilombola por natureza**, a minha mulher é que, **mas a gente tá dentro desse processo** conduzindo a articulação da luta, na construção de barraco, na construção de **retomada de plantio**, já tive em acampamento com zeca, com chorão, então **a gente também tá na frente com isso porque não poderia deixar de estar. Na minha concepção a que é mais organizada e vive um processo mais intenso, comparado a outras comunidades é Cruzeiro**. Com relação aos conflitos, **eu participei do processo de retomada em 2015**, não ouve uma restrição da parte toda, **mas foi uma decisão da comunidade para pressionar as autoridades a fazer o reconhecimento do território como um todo**, então a ideia foi vamos retomar essa outra parte lá, que essa outra parte lá que é a parte que nós costumávamos trabalhar primeiro que é o que ia compor, que eles publicaram em dezembro de 2015 como sendo os 315 há, agora a outra, **então nós resolvemos fazer o processo de retomada da segunda parte do território, que tem criação de gado, essas coisas todas lá**. (Sr. Lionel Viegas, entrevista realizada em Triângulo em 18/08/2018)

O relato do Sr. Lionel Viegas aponta as *retomadas* como processos que buscam construir algo a partir da ruptura e da devastação. As *retomadas* são estratégias para ampliar o domínio do território, assim como, mecanismos que são acionados para pressionar o Estado a titulação do território.

A comunidade quilombola de Cruzeiro, vem acionando está estratégia em diversos momentos da luta política. Desde 2012 se construiu processos de *retomadas* para defesa do território e tudo que ele representa.

Ao vivenciar processos de devastação, esses agentes sociais construíram estratégias de resistência que se consolidaram como formas de permanecer e pressionar as entidades estatais responsáveis a efetivar os direitos étnicos territoriais. Os agentes sociais abaixo trazem em seus relatos a noção de como as denominadas *retomadas* são continuamente realizadas:

Esse negócio de o fazendeiro derrubar as roças, e no ano seguinte a gente vir e colocar de novo, é uma forma de resistência. É uma forma da gente dizer que não baixar a cabeça e que vai continuar. A gente ia fazer de novo no mesmo local que tinha derrubado antes. Então fizemos isso constantemente ao longo dos anos. Isso de certa maneira é uma forma de luta, de dizer que a gente tá dentro do território, vai permanecer e não vai sair de dentro dele, mesmo com todos os prejuízos já somados, mas permanecemos, então pra gente isso acaba sendo uma forma de resistir

nós continuamos usando [referindo-se a parte do território], mas aí eles cercaram de um lado aí nós fizemos nosso primeiro barracão, eles tocarão fogo, não derrubaram, aí nos tornamos fazer, aí tornaram derribar. Domingas bertolha

ele não cercou, mas fico dizendo que ninguém ia fazer mais nada, nós faz o barraco [uma espécie de acampamento] ele mandou tocar fogo, porque quando toca fogo é porque já tá mandado né?! aí toca, e amanheceu queimado, fizemos outro, ele veio com a máquina, mandou derribar com tudo, e **o velho que era vivo [se referindo ao pai do fazendeiro] disse que ele ia matar nós de cansado, nós é que vai matar ele de susto, e o veio morreu (risos), o vei morreu, hein o pai do Manoel.** (Sr. Luís Alberto, entrevista realizada em Triângulo em 18/08/2018)

As narrativas dos agentes sociais fundamentam as *retomadas* como eixo estratégico que perdura, inclusive após ações violentas efetivas. As destruições fundadas pelos que tentam desmontar o modo de vida dos autodefinidos tem como efeito, a atomização da luta pelo território.

O fator continuidade das *retomadas* responde de forma prática as sistemáticas tentativas de desmonte, de destruição. As oralidades, dos agentes acima, evidenciam a lucidez de como as *retomadas* produzem o sentimento incessante de coletivização da luta política e do avivamento contínuo da resistência na disputa pelo território.

Os espaços de discussão, de politização das ações foram os alvos mais incididos pelo fazendeiro e seus apoiadores. O sr. José Domingos e a Sra. Thereza Bittencourt apontam que foram os espaços de construção e politização do conhecimento que que sofreram ações sistemáticas.

Esse barraco foi queimado no verão, **nós ainda não recuperamos ele**, mas ainda vamo recuperar, **e o conhecimento todo que nós temos é esse, o conhecimento que eu tenho os outros também já tem**, porque a gente vai contando um pro outro e vai acompanhando mesmo

nós fazia na beira da estrada, fazia reunião, eles viam e tocavam fogo, amanhecia nós não sabia quem era que tocava fogo. as barraquinhas, os bancos, tudo tocado fogo e nós não sabia quem era, depois que derribaram a liminar e a roça **como eles não puderam mais derribar as roças, ai nós fazia as barraquinhas pra vender e eles tocava fogo, amanhecia só a fumaça, rapaz nós já sofremos muito, já sofremos muito, já tivemos muito prejuízo.** (Sra. Thereza bittencort, entrevista realizada em Cruzeiro em 08/04/2017)

A destruição desses espaços são ações planejadas que buscam romper com as estratégias compartilhadas nos momentos de reuniões. Todas essas ações repressivas acarretou em divisões internas. Muitos/as que compartilham suas vivências e conhecimentos dentro do território afastaram-se dos que estavam mobilizados, a insegurança promovida pela incapacidade estatal e pelas ações do fazendeiro provocou processos de divisão e de ruptura nas relações sociais.

Os processos de inclusão e exclusão, para definir quem está fora ou dentro do grupo, está, portanto, relacionado com diversos elementos, esses processos são dinâmicos e partem de um conjunto de fatores que são pertinentes a realidade social da comunidade quilombola de Cruzeiro.

O Sr. Lionel Viegas ao pensar as estratégias como inclusas em um planejamento que é discutido e compartilhado, aponta que todas as estratégias são possíveis pela organização coletiva. Observe a narrativa abaixo:

Quais são os melhores caminhos para se chegar objetivo que nós nos propomos: é a regularização das terras. O RTID já foi publicado, **a luta agora é contra o governo** que disse que não tem dinheiro para regulamentar as terras né. Então, **tudo isso se trata dentro de um planejamento**, então a gente costumo dizer que é uma vitória de muitas mãos, de muitos braços e de muitas cabeças ao mesmo tempo. **A vitória é coletiva.** (Sr. Lionel Veigas, entrevista realizada em triângulo em 18/08/2018)

Essa interlocução aponta que as estratégias de resistência podem estar situadas em planos conflitos variados. Ora se direciona as estratégias na disputa com o fazendeiro, ora com o Estado.

Diante de toda a discussão proposta, as chamadas *retomadas* podem ser pensadas como estratégias que perturbam a dominação em seu sentido material e simbólico. Essa estratégia de resistência construída ao vivenciar processos de devastação é a forma legítima de constituir o que foi tomado pela destruição. As *retomadas* estão assentadas na urgência de lutar e estar no território.

3.4 A identidade quilombola como estratégia de resistência

Como já visto no tópico anterior, nas situações de conflitos os agentes sociais construíram estratégias de resistência. A identidade, dentro dessas estratégias de resistência, é o elemento mais unificador e mobilizador.

A identidade coletiva é acionada pelos que se construíram no território e lutam hoje por ele, e a nível mais amplo, pela defesa de um modo de vida que está contraposto com a lógica de dominação.

A Sr. Thereza Bittencourt narra como a identidade de quilombola é compartilhada por diversos agentes sociais que estão na luta por suas territorialidades específicas.

A gente se entende como quilombola e ver **que a luta não foi inventada aqui, porque é uma luta que é identificada no Brasil inteiro**, por isso que eu quis entrar na luta, **essa luta não é só por querer ser, é por origem, pelo sangue da gente**, mas eu vejo que a única quilombola dentro da minha família sou eu. Porque **a maioria de Cruzeiro é Bittencourt mas não querem ser quilombola.** (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada em Triângulo em 09/04/2017)

Na fala acima, pode-se analisar que a identidade é intrínseca a construção do território e que a luta pela territorialidade é localizada, mas é tem sua dimensão expandida ao pensar em como outros agentes constroem essa identidade e lutam por reconhecimento. Nesse sentido, a identidade é coletiva quando trata-se de pensar em agentes sociais que se organizam para defenderem seus territórios específicos e também quando falamos de diversos agentes mobilizados que estão lutando por uma visão de mundo que está em disputa com a ordem vigente de dominação. Repara o relato do Sr. Raimundo Nonato:

Mas o que eu tenho pra dizer eu não escondo pra ninguém, **se a gente tiver em cima do nosso direito nós vamos dizer** esses que são contra não fala não, não vai sair nada de lá, porque tem muitos que são contra e não são, eles ficam na dele, não sabem o que faz. Não sabe se luta com a gente o se fica do lado do fazendeiro. Ai fica: **ah eu não vou entrar pra associação que pode acontecer do fazendeiro mandar me matar**, chegar bagunçar minha casa, medo né. Hoje nós estamos trabalhando bem mais tranquilo, teve aquela morte, nosso companheiro matou um adversário, a gente sabe que ele errou, vieram derrubaram as coisas da casa da menina ali, bagunçaram nossas roças, quebraram cerca, roça, arrancaram tudo, mas agora aquietou. A gente depois ajuntou umas trinta pessoas, e rapaz vumbora trabalhar, fizemos a cerca e começamos, dali pra cá ninguém mexeu mais, e hoje quem fez isso tá arrependido, a maioria tá arrependido. Isso foi em 2015. Nós somos uma associação, sócios, companheiros, então o direito de um é o direito de todos. Na vez de sair, na reivindicação dos direitos, no respeito ao companheiro. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em triângulo em 09/04/2017)

Os processos exploratórios e expropriatórios vivenciados pelos que ali resistem e que foi sentido nas diversas esferas da vida dos quilombolas, propiciou a formulação de estratégias de proteção e resistência na comunidade. Uma das conquistas alcançadas observável é a manutenção de uma parcela do território isso quando Sebastião Murad era o “proprietário”, essa concessão era para implantação de lavouras para subsistência.

Entre os anos de 2008 e 2009 que foram o período de acirramento dos conflitos, com já relato anteriormente pelos agentes sociais, observou-se que ocorreu um processo em que a elevação da consciência de sujeitos de direito e a organização do grupo objetivavam defender os direitos ao usufruto do território, principalmente as áreas utilizadas para produção agrícola.

Nota-se que mediante o acirramento dos conflitos verbera a consciência do direito do grupo, tendo em vista o processo de ocupação dos espaços, essa

consciência dos integrantes foi de extrema importância, pois é a partir dela que emerge o processo de auto definição enquanto “comunidade remanescente de quilombo”. Acerca das movimentações que possibilitam a luta política ALMEIDA (1988) salienta:

Por seus desígnios peculiares, o acesso à terra para o exercício das atividades produtivas, se dá não apenas de tradicionais estruturas intermediárias da família, dos grupos de parentesco, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade, que reforçam politicamente as redes de relações sociais. (ALMEIDA, 1988)

Percebe-se que o sentimento de insegurança física e produtiva em decorrência das ações violentas promovidas pelo fazendeiro, também possibilitaram a integração da luta política pelo território.

Essas lutas desenvolvidas pela comunidade de Cruzeiro na luta pelo território se deram na prática, com ocupações na sede do Inca na capital do Maranhão. Os conflitos e as práticas abusivas que ferem os direitos humanos foram visibilizados em algumas dessas ocupações.

Nesses contextos de luta política verifica-se que a identidade quilombola é acionada como forma de resistir e lutar por uma realidade diferente. Sobre a identidade, CASTELLS (1999) salienta que as identidades são polissêmicas, podendo legitimar, resistir ou projetar.

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais (...)

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostas a esses últimos (...)

Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS, 1999, pag. 24).

No caso de Cruzeiro é assumido a identidade com significado de resistência onde sua afirmação reafirma suas particularidades e que a forma de apropriação do território se diferencia do seu antagonico. Nota-se que a identidade é fortalecida quando as disputas são acirradas.

A relação da identidade com o território historicamente construído é apontada na fala do agente social Raimundo Nonato.

Pesquisadora: se chegassem pro senhor perguntando, é verdade que você faz parte de uma comunidade quilombola o que você responderia?
Raimundo Nonato: que faço, **sou, por que trabalho dentro das terras**, eu tô chegando agorinha do cercado, da roça, nasci dentro dessas terras e vou morrer dentro delas. (Sr. Raimundo Nonato, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

Observa-se acima que o sentimento de pertencimento ao território está ligado ao fato da sua identidade enquanto quilombola. Além disso, é apontado a sua força produtiva e o uso da terra como fato que lhe dar direito a viver e construir sua história no território.

O espírito de união grupo também é acionado como um dos mecanismos para se defender e resistir as ameaças que os “remanescentes de quilombo” vem vivenciando. O cultivo de forma coletiva é uma das ferramentas para continuar produzindo mesmo mediante o conflito, pois este se apresenta como um instrumento que pode diminuir os riscos de intimidações e violência física.

Olha, porque se eles encontram a gente junto, eles não mexem com a gente, aí a gente planta em grupo, agora se encontra um companheiro só eles pode mexer, né? (Sr. José Grácio, entrevista realizada em Triângulo em 19/08/2018)

Essa reafirmação constante da identidade é utilizada para demonstrar aos de “fora” que os direitos do grupo devem ser atendidos pelo Estado. E pra efetivar a regularização do território que é tão importante para existência do grupo, não enquanto indivíduos ou grupos familiares, mas enquanto pertencentes a uma identidade coletiva que diverge historicamente da sociedade ocidentalizada. Sobre isso alguns agentes apontam que há uma tentativa de deslegitimação da identidade por parte dos de “fora”.

Eu considero que pela nossa luta à dez ano, o governo já era pra ter regularizado nosso território, porque eu espero justiça. Porque é sempre o dinheiro que grita mais alto, porque sempre os grileiros tem mais dinheiro. (Sr. José Grácio, entrevista realizada em Triângulo em 10/04/2017)

Tem gente que chama a gente de “carambola” pra dizer que a gente tá é inventando, é assim que eles chamam. (Sr. Luís Alberto, entrevista realizada em Triângulo em 09/04/2017)

Nos relatos acima é apontado por um dos agentes que aquele que detém maior poder econômico mantém uma relação mais próxima com o poder público local e que o sistema onde os padrões sociais partem da noção dominante também interfere em como esses grupos socialmente marginalizados são percebidos pelos de “fora”.

Quando indagados acerca de sua identidade quilombola, os agentes afirmam sua identidade e relatam que a percepção dessa identidade é passada pelas narrativas e construção coletiva dela.

Pesquisadora: Se alguém chegasse pra ti e perguntasse: Thereza, você se considera quilombola?

Thereza: **Vixe, eu e minha família todinha, minha filha, filho, neta, minhas neta tem na ponta da língua a palavra pra quem disser que ela não é quilombola.**

Pesquisadora: Porque que você se enxerga como quilombola?

Thereza: **eu me enxergo assim porque desde que eu comecei dentro do movimento, assim, a nossa tradição desde pequeno a gente não tinha conhecimento de que era quilombola, aquilo assim dentro de mim, aquela coisa dentro de mim,** desde quando mamãe contava nossas historias é..., aquelas histórias antigas de onde veio, os nome com quem veio , a história de como os negro chegaram até aqui, através dos nomes dos sobrenomes, pelo nosso costume, pelos costume dos escravos, pelo tambor de crioula, pelo tambor de mina, isso era coisa dos negro, era não é. **A maioria dos negro, eu já nasci dentro dessa coisa, minha mãe era caxeira, rezadera, rezava ladainha, rezava rosário, infelizmente eu não aprendi nada disso,** mas eu acompanho todas essas coisa, toque de caixa, tambor de crioula, a gente faz a pagelância do curandeiro que se diz, aqui a gente se junta várias pessoa, justamente faz é o bloco de mina, pra preservar. (Sra. Thereza Bittencourt, entrevista realizada em Cruzeiro em 09/04/2017)

Nota-se que a identidade enquanto quilombola começou a ser acionada a partir da categoria ser inserida pelos textos jurídicos e que está identidade está relacionado com a história de seus antepassados e das manifestações culturais que são preservadas pelo grupo.

Ademais, a identidade também é acionada para demonstrar que esses se diferenciam dos demais, pela construção de um passado vivenciado e narrados coletivamente. É interessante observar-se, que os agentes entendem que esse os processos de devastação e expropriação devem se “reparados” através da efetivação das políticas direcionadas para essas comunidades.

Pesquisadora: José, você se considera quilombola?

José Grácio: Me considero e não nego pra ninguém.

Pesquisadora: Por que?

José Grácio: **Me considero, por minha origem, porque sou descendente de escravo**, aí aqui tem gente que tem vergonha porque até hoje tem o racismo. Mas **eu sou quilombola e não nego pra ninguém**. Pela minha origem e eu trabalhar aqui no território. (Sr. José Grácio, entrevista realizada em Triângulo em 09/04/2017)

Mais uma vez é apontado que a produção desempenhada no território é percebida como um dos motivos que caracteriza estes grupos como sujeitos de direito. Assim, a construção de um passado comum, o modo de vida, a identidade e a relação com o território são acionados como formas de lutar para a efetivação dos direitos e resistir aos grupos antagônicos.

Desse modo, o grupo autodefinido de Cruzeiro usa as práticas cotidianas, o espírito coletivo, como estratégias de resistir e lutar para construir caminhos ao reconhecimento das pluralidades e de seus territórios.

Observa-se que os conhecimentos sobre o ambiente e como se produzir no território é orientado pelas interações construídas socialmente, compreendendo técnicas próprias de manejo e percebendo os espaços de forma singular, sendo todos esses conhecimentos passados de geração em geração.

As sucessivas estratégias de resistência consolidaram uma identidade coletiva que luta pela garantia de seu território e conseqüentemente sua autonomia econômica.

Os conflitos condicionam as ações de resistências que se atomizam na sua forma coletiva, suas estratégias de resistências são delineadas pelas situações de conflitos, pois é a partir deles que os agentes sociais traçam suas estratégias de enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada trouxe reflexões e problemáticas para pensarmos como os conflitos socioambientais podem incidir sobre modos de vida específicos, chamando a atenção para as estratégias de resistências acionadas no campo de disputas pela legitimação do território.

As discussões feitas no decorrer deste trabalho são possibilidades que dão margem para outras reflexões e aprofundamentos da situação empírica descrita.

Assim como, provocação sobre como os conflitos socioambientais podem ser acentuados pelo Estado e suas ações que violam e negligenciam direitos territoriais das comunidades e povos tradicionais, especificamente, da comunidade quilombola de Cruzeiro.

No campo de disputa pelo território, apresentou-se como o fazendeiro local que atua na comunidade quilombola vem inviabilizando e destruindo as roças, as matas e as águas.

No estudo, apresentou-se a *roça* como uma forma de existir e resistir. A roça aqui é percebida para além da ideia de unidade produtiva, extrapola-se seu sentido e a sua percepção.

Descreveu-se os saberes tradicionais, como conhecimentos formulados a partir da relação com o território. A apreensão desses conhecimentos aponta para formas singulares de entender o uso dos vegetais.

A religiosidade, ora refletida, assim como todos os elementos discutidos, faz parte de um complexo imaginário que dá sentido ao *real*. Todos os aspectos estudados, são entendidos em relação um com o outro. A racionalidade para pensá-los está dentro de um movimento que dar sentido as representações sociais.

A disputa por recursos naturais – que conta com uma certa vantagem que o fazendeiro tem em relação aos autodefinidos – vem acarretando processos de devastação, que destroem as fontes de recursos naturais e as representações inerentes a eles que compõem o imaginário coletivo.

A descrição desta situação empírica, relativizou os procedimentos e métodos para construção do saber científico, tecendo críticas a como a própria ciência se constitui como dotada da verdade.

O nexos pensado pela representação de um mundo único, formado pelo imaginário colonial é derrubado aqui pelas reflexões sobre a identidade coletiva que é constituída a partir de uma territorialidade específica.

A ruptura com a ordem de dominação, percebida neste caso, é refletida pela ampla relacionalidade em que se assentam as relações sociais. É por um modo de vida intrínseco ao território que estes agentes se organizam e constroem estratégias de resistência no campo de disputa.

A ordem de dominação, com seus instrumentos e agentes de reprodução e expansão, usurpa direitos e devastam formas de existir. As instâncias de poder (Estado, empresas), provocam sistemáticas *violências simbólicas* e matérias nessa comunidade. Ao citar a discussão feita ao longo do texto sobre a destruição das roças efetivada com o aval judicial.

Aqui apontou-se a emergência de se pensar essas realidades se distanciando do *dado aparente* que é elaborado a partir do que está evidente, não atentando para as complexidades de se pensar sobre o que está envolto nas relações estabelecidas com os territórios reivindicados pelos agentes sociais.

Esta necessidade urgente apontada é fundamental para avançarmos na efetivação da garantia dos territórios e dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.

Ao longo do trabalho colocou-se como os conflitos socioambientais trazem efeitos para existência dos autodefinidos. Assim como, mediante esses conflitos foram construídas estratégias de resistências na luta por reconhecimento identitário e titulação territorial.

As retomadas como estratégia são acionadas para defender o território, e para fazer pressão as entidades responsáveis de garantir os direitos étnicos territoriais.

Frente a todas as situações de conflitos, considerou-se as especificidades de uma comunidade quilombola estrategicamente mobilizada e resistente, mesmo com as condições nocivas. Entendendo o modo de vida incluso na análise dos conflitos socioambientais e das estratégias de resistência.

Perceber as práticas cotidianas como estratégias de resistência é compreender que a *política* tem seu sentido e ação desprendidos dos espaços destinados deliberadamente a ela.

Aqui elucidou-se a reivindicação como coletiva fora da ideia isolada e individual, a luta dessas comunidades não está pautada pela perspectiva de caráter individual e privado como na lógica capitalista, mas passa pelo sentido de defender reprodução social e seu modo de vida próprio.

Observou-se a partir de todas as reflexões aqui pautadas a emergência da titulação do território quilombola de Cruzeiro, para que o grupo possa se reproduzir

socialmente e economicamente. É pelo direito de uso e permanência em seus territórios que movimenta a luta política.

Há uma intersecção entre os povoados na prática conjunta de formas de regular as ações no território que se materializam na preservação e na escolha de locais onde a pesca, a caça e o extrativismo podem ser feitos. essas regras se evidenciam através do imaginário comum e são normatizadas por meio do estatuto associativo. isto denota, que todas as dimensões observadas nas relações sociais em cruzeiro estão interligadas por instrumentos de ordens distintas.

Portanto, do presente estudo conclui-se que as narrativas expressas pelos agentes sociais sobre a rede de relações sociais e a luta nas diversas instâncias pelo reconhecimento de um modo específico de viver e pela garantia territorial são movidas pela forma que se constroem coletivamente na territorialidade específica e se lançam na defesa de seu território.

Assim, as disputas pelo/no território os levam a acionar suas identidades étnicas diante tantos conflitos como forma de resistir estrategicamente e de lutar pela permanência no território reivindicado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas.**

In: ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (Org.) *Justiça Ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Pag. 26-39.

_____. **O lugar e as possibilidades da política: sentidos da cartografia social.** Alfredo Wagner Berno de Almeida (ed.); Arydimar Vasconcelos Gaioso, Cynthia Carvalho Martins, Jurandir Santos Novaes, Patrícia Maria Portela Nunes (Orgs.) – Rio de Janeiro/São Luís:2017

_____. **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social /** organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior.: manaus: UEA Edições, 2013. p. 13-34

_____. **Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil.** Sociologias, vol. 16, núm. 35, enero-abril, 2014, p. 84-105 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio. Na trilha dos grandes projetos. CASTRO, E.; HEBBETE, J. (Comps.). Belém: NAEA, UFPA, 1989 p. 163-196.

_____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia.** Rio de Janeiro: Casa 8, Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. **Guerra Ecológico nos babaçuais: O processo de devastação das palmeiras, a elevação de preço de comodites e aquecimento do mercado de terras na Amazônia/**Alfredo Wagner Berno de Almeida, Joaquim Shiraishi Neto, Cynthia Carvalho Martins. – São Luís Lithograf, 2005.

_____. **Os quilombolas e a Base de Lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico /** Alfredo Wagner Berno de Almeida. 2V. – Brasília: MMA, 2006.

_____. **Quilombos: sematologia face a novas identidades Quilombolas e novas etnias.** In: **Quilombos e as novas etnias** –Manaus: UEA Edições, 2011. p. 34-47

_____. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito.** In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de;

_____. **Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto.** Manaus. 2. Ed. Manaus: PPGSCA/PNCSA, 2008. (Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico, vol. 2).

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo.** Mexico. FCE. 1993 (trad. de Eduardo L. Suárez).

BACHELARD, Gaston, 1884-1962 **A noção de Obstáculo epistemológico.** In: **A formação do espírito científico : contribuição para uma psicanálise do conhecimento** / Gaston Bachelard; tradução Estela dos Santos Abreu – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 7- 29

_____. 1884-1962 **O primeiro obstáculo: a experiência primeira. A formação do espírito científico : contribuição para uma psicanálise do conhecimento** / Gaston Bachelard; tradução Estela dos Santos Abreu – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 29-69

BARTH, Fredrik. **Os Grupos étnicos e suas fronteiras.** In: **O Guru, o Iniciador e as Outras Variações Antropológicas.** Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. P. 25-69

BERREMAN, Gerard D. (1975) **“Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia”.** In: **Desvendando Máscaras Sociais** (GUIMARÃES, Alba Zaluar, org.) Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A.

BOURDIEU, Pierre. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo.** In: _____ **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989. p. 59-73.

_____. **A opinião pública não existe.** Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em *Les Temps Modernes*, 318, janeiro de 1973.

_____. **Sobre o Estado:** Cursos no Còllege de France (1989-92). (trad) Rosa Freire d'Aguiar – Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **A uma sociologia reflexiva.** In: O poder simbólico/Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (Português de Portugal) – 16ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Pag. 17-58

_____. **Coisas ditas /;** tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim ; revisão técnica Paula Montero. - São Paulo : Brasiliense, 2004.

_____. **Compreender. In: A Miséria do mundo /** sob direção de I Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo ... I et. ai. 17. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Pag. 693-733

_____. **Espaço social e gênese das classes. In: O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1989. 142-161

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: UNESP, 2004. Pag. 18-30

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** (Trad) Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRASIL, **Constituição** da República Federativa do. *Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.* Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003.

BRUYNE, Paul de. *Polo epistemológico.* In: **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica /** por / Paul de Bruyne, Jacques Herman /e/ Marc de Schoutheete; tradução de Ruth Joffily, prefácio de Jean Ladrière. Rio de Janeiro, F. Alves, 1982. Pag. 41-60

CARRARA, Sérgio. **Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1996.

DIÉGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. 2001. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001

DELORIA JR., Vine. 1994. *God is red: a native view of religion*. Golden, CO: Fulcrum Publishing

FEYERABEND, Paul. **Introdução. In: Contra o método**; tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977. Pag. 17-26

FRAZER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista**. cadernos de campo, São Paulo, 2006. p. 231-239

GEERTZ, Clifford. Capítulo 1: **Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: Obras e Vidas: O antropólogo como autor**. Editora UFRJ, 2002.

GUSFIELD. **A community: a critical response**. New York: Harper & Row Pub., 1975.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (trad) Thomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 8. Ed. Rio de Janeiro: DP&A.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. (trad.) José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBBSAWM, Eric. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. (trad.) Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Davi Perira; SANTOS, Dorival dos. **Quem não tem santo tem visagem: A contribuição de santos e encantados na construção de territorialidades quilombolas na baixada maranhense. In: Insurreição de saberes: tradição quilombola em contexto de mobilização** / organizadores Cynthia Carvalho Martins, Aniceto Cantanhede Filho, Davi Pereira Junior; Cynthia Carvalho Martins ... [et al.]. – Manaus: UEA Edições, 2013. Pag. 51-64.

LIMA, Luís Augusto Pereira. **A roça como categoria de análise e de afirmação identitária: estudo da relação dinâmica de resistência e garantia do território em situações sociais referidas a quilombolas e indígenas** / Luís Augusto Pereira Lima. São Luís, 2015.

LINHARES, Luiz Fernando do R. **Terra de preto, terra de santíssima**. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 1999.

MARIN, Rosa Azevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural, 2009, pp. 39-66. Vol. II.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Reflexão Preliminar sobre a Categoria Quilombo em Penalva, Maranhão**. In: Cadernos de debate Nova Cartografia Sociais: territórios quilombolas e conflitos. Alfredo Wagner Berno de Almeida (orgs.) [et.al]. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: UEA Edições, 2010.

MAUÉS, R. H. **A ilha encantada: medicina e xamanismo**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1990.

NUNES, Patrícia Portela. **Medicina, poder e produção intelectual**. São Luís: Edições UFMA, 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Manaus n. 4(1): 47-78.

PACHECO, Agenor Sarraf. **História e Literatura no regime das águas: Práticas Culturais Afroindígena na Amazônia Marajoara**. In: Revista Amazônica, mês janeiro, v. 2, 2009.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia** / Mariza Peirano. — Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à Democracia.** (trad) Mariana Echalar. 1ª ed – São Paulo: Boitempo, 2014.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social / organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior.: manaus: UEA Edições, 2013.

